



CORREIOS  
MALA DIRETA POSTAL  
5727/01 DR/SPM  
Imprensa Oficial

# Diário Oficial

## Estado de São Paulo

Diário da Assembléia Legislativa - 14<sup>a</sup> Legislatura

Presidente: Walter Feldman

1º Vice-Presidente: Celino Cardoso  
2º Vice-Presidente: Edmir Chedid

1º Secretário: Hamilton Pereira  
2º Secretário: Dorival Braga

3º Secretário: Roberto Moraes  
4º Secretário: Gilberto Nascimento



PALÁCIO NOVE DE JULHO – Av. Pedro Álvares Cabral, 201  
CEP 04097-900 - F: 3886-6122 – <http://www.al.sp.gov.br>

<http://www.imprensaoficial.com.br>

Volume 112 • Número 146 • São Paulo, sábado, 3 de agosto de 2002

# RELATÓRIO FINAL DOS TRABALHOS

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA COM A FINALIDADE DE APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA DISTRIBUIÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E NA QUALIDADE DOS COMBUSTÍVEIS NO ESTADO

### MEMBROS DA CPI COMBUSTÍVEIS

Presidente Deputado Edmir Chedid  
Vice-Presidente Deputado Geraldo Vinholi  
Relator Deputado Arnaldo Jardim

Membros Efetivos	Membros Substitutos
<b>PSDB</b>	
Deputado Ary Fossen	Deputado Edmur Mesquita
Deputado Vaz de Lima	Deputada Célia Leão
<b>PT</b>	
Deputado José Zico Prado	Deputado Donisete Braga
<b>PPB</b>	
Deputado Aldo Demarchi	Deputado Edson Gomes
<b>PL</b>	
Deputado Eduardo Soltur	Deputado Arthur Alves Pinto
<b>PFL</b>	
Deputado Edmir Chedid	Deputada Terezinha da Paulina
<b>PTB</b>	
Deputado Pedro Yves	Deputado Paschoal Thomeu
<b>PDT</b>	
Deputado Geraldo Vinholi	
<b>PPS</b>	
Deputado Arnaldo Jardim	Deputado Vitor Sapienza





Petrobrás e viabilizou a importação de combustíveis por intermédio da Lei n. 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que criou a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, e álcool etílico combustível, encerrando-se assim o ciclo da total desregulamentação do setor, em conformidade com o comando constitucional vigente.

#### V - RESUMO DAS OITIVAS GRAVADAS E REUNIÃO NACIONAL COM AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO SOBRE COMBUSTÍVEIS REALIZADAS NO BRASIL

##### 26 de abril de 2001

O Sr. Vanderlei Roberto dos Santos, do Sindicato dos Empregados em Postos e Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo, de São Paulo, afirmou saber de denúncias sobre percentual de benzeno acima do permitido no combustível.

##### 3 de maio de 2001

Em depoimento, o Secretário-Adjunto de Segurança, Mário de Magalhães Papaterra, confirma que a adulteração se trata de um crime organizado e o Sr. Bittencourt confirmou que a adulteração é um problema de legislação em estrutura e reconhece que na parceria poderia se resolver o problema.

##### 8 de maio de 2001

Em entrevista reservada, o Sr. Clóvis Panzzarini, da Secretaria de Estado da Fazenda, afirmou que a Secretaria da Fazenda tem poucos fiscais para o serviço de fiscalização de álcool e combustível, por isso, não pode priorizar a fiscalização nas usinas.

O Sr. Clóvis Panzzarini afirmou também que tem estudos que comprovam as prioridades em cada fiscalização, ou seja, ele tem que abrir mão de uma fiscalização mais efetiva em alguns setores para fiscalizar outros, que são mais corruptíveis e são mais rentáveis ao Estado.

##### 10 de maio de 2001

A Sra. Maria Inês Fornazzari, do PROCON, explicou que o consumidor costuma variar de posto por posto e não é fiel a um estabelecimento comercial e que o PROCON possui limite de regularidade em trabalhar nos casos de adulteração de combustível e não pode atuar em um posto, só por- que está vendendo combustível mais barato. O PROCON tem restrições no tocante à fiscalização dos combustíveis.

##### 15 de maio de 2001

O Sr. Luiz Vaz denunciou a preocupação do SINDICON com a adulteração de combustíveis.

##### 17 de maio de 2001

O Sr. José Alberto Paiva Gouveia, do SINCOPEURO, falou que não sabe como posto honesto sobrevive e que o posto sabe quando está comprando produto adulterado, o Sr. Gouveia manifestou também a preocupação com a concorrência desleal que fazem os supermercados ao revenderem combustíveis. Um supermercado ao vender combustí- vel possui uma regalia tributária que pode graças ao repase de ICMS, vender combustível mais barato do que um posto de abastecimento, fazendo assim um “dumping” nos preços. O maior índice de adulteração de combustíveis acontece no fim de semana. Afirmou também que existe a venda de gasolina formulada, cuja fórmula é feita sem qualquer gota de gasolina e tem cheiro de acetona, com autorização da ANP e a maioria destas vendas são feitas feita sem nota fiscal.

O Sr. César Augusto Guimarães Pereira do Sindicato dos trabalhadores no Comércio de Minério e Derivados de Petróleo, falou que os produtos de uma refinaria são neurotóxicos e que os trabalhadores que permanecem um longo tempo nesse serviço ficam louco mesmo, com a neurotoxicidade.

Proveu também a facilidade de comprar solvente. Compra-se em nome de alguém e esse produto nunca chega ao destino que foi originário na nota fiscal. E que não há como um revendedor honesto sobreviver e, tam- bém, que não há inocentes, pois o posto sabe, sim, quando está comprando produto adulterado. E que a maior inci- dência e concentração de venda de produtos alterados é no fim de semana. No fim de semana é que os postos são abastecidos com produtos adulterados.

##### 22 de maio de 2001

O Dr. Luís Horta Nogueira, da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP, falou, no dia 11 de maio de 2001, que a ANP pensava em alterar o número de fiscais e em instituir mudança na estrutura de fiscalização existente da ANP. Foi também conversado com a CPI sobre marcadores de gaso- lina e marcadores de solvente. Falou também que a ANP estava planejando criar o Programa de Fidelização nas empresas. No fim, concordou que achava necessária uma revisão na legislação e que concordava que a legislação atual da ANP possui penalidades muito leves. Sob o passivo ambiental informou sobre um estudo e levantamento da situação no Brasil, e ficou de entregar relatório sobre o assunto no Estado de São Paulo. Afirmou também saber que existem problemas de denúncias de produtos contra- bandeados entrados ilegalmente no País.

##### 24 de maio de 2001

O Sr. Antonio de Pádua Rodrigues, da ÚNICA - União da Agroindústria Canavieira, informou saber que São Paulo perde 900 milhões por ano em sonegação de álcool, mas não trouxe nenhuma documentação ou prova de que a ÚNICA tem feito esforço para minimizar os sonegadores do setor.

##### 29 de maio de 2001

Álvaro Rodrigues Antunes de Faria, do Sindicato Nacional do Comercio de Transportes, Revendedores e Retalhistas de Petróleo, denuncia que as grandes distribui- doras vendem querosene iluminante e que hoje em dia as transportadoras não têm vínculo com as distribuidoras.

O Sr. Marco Antonio Santini, da ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, afirmou que a manobra de adicionar ou reti- rar álcool da gasolina é prejudicial ao motor dos veículos. Ao mesmo tempo, o Sr. Marco Antonio Santini, afirmou que a ANFAVEA não possui estudos sobre o prejuízo que o combustível adulterado causa, ou seja, não está na priori- dade da ANFAVEA esta divulgação.

##### 31 de maio de 2001

O Sr. Israel Cardoso, da ARNOPETRO, afirmou saber que houve uma transferência acionária da Distribuidora POLLUS para o Sr. Ari Natalino da Distribuidora Petroforte, há dois anos.

O Sr. Marcos Muraro, da empresa MUNDIAL/ALAMO, reconhece que realmente houve um caminhão que saiu da base da MUNDIAL e chegou ao posto adulterado e que esse posto fora autuado. Afirmou, também, que 90% dos distribuidores vendem combustíveis para atravessadores, que não possuem base legal e que a ALAMO pertence à Empresa Gasolinera ALAMO.

##### 5 de junho de 2001

O Sr. Míceno Rossi, das Empresas EXXEL/TERRA, afir- mou que a Distribuidora TERRA possui algumas notifica- ções junto a ANP. E também que o pós-base, ou seja, após sair da base, uma carreta pode virar três ou quatro carretas de combustível e que diariamente surgem ou estouram

batedouros. Batedouros são locais onde é misturada a gasolina.

O Sr. Mário Catanho, da Distribuidora MACOM, não explicou a parte societária da empresa, formada por offs- hore, e por ter somente 10% de participação societária não conhece a parte contábil, embora administre outras áreas da empresa.

O Sr. Ari Natalino, da PETROFORTE, disse que é procu- rador da PETROFORTE, não proprietário, mas que manda na empresa, por isso que iria enviar todos os documentos que a CPI requisitasse.

##### 7 de junho de 2001

O delegado Antonio Carlos Gonçalves prestou informa- ções sobre Joaquim Felipe Santoro, vulgo Quincas, foragi- do, proprietário de oito postos, envolvido em suposto roubo de carga. Informou também que sabia que o Sr. Joaquim Felipe Santoro ganhou uma licitação para vender combustível para a polícia, e esta licitação estava sendo averiguada.

O Delegado Hélio Francisco Borges dos Santos falou sobre o inquérito de álcool combustível no depósito do prefeito de Potim, da empresa CANABRAVA. A Empresa Canabrava, supostamente, poderia vender somente aguar- dente de cana.

##### 12 de junho de 2001

O Sr. Ademir Emídio da Silva, motorista da SARFIL TRANSPORTES de COMBUSTÍVEIS, relatou assalto em que o caminhão que dirigia, transportando combustível, foi assaltado. O Sr. Ademir afirmou também que todo cami- nhão que transportasse combustível deveria ser obrigado a ter um rastreador por satélite.

O Sr. Henrique Augusto Múcio, encarregado de trans- porte da SARFIL, afirmou que seus motoristas são orienta- dos a, assim que receberem a nota fiscal, ligar para checar se o procedimento está correto ou se a nota fiscal não foi, já no destino, preparada para que o envio fosse para alguém irregularmente.

O Delegado do 33o Distrito Policial, Antero Leonardo Bianchi, falou sobre a excepcionalidade nos procedimentos no caso do roubo de combustível em que um carcereiro da polícia encontrou o caminhão que tinha sido roubado e o estava vigiando.

O Sr. Sidnei Cadarssi, delegado da 4a Delegacia Funcional da CORREGEDORIA DE POLÍCIA CIVIL, disse que carcereiro pode até fazer diligências, mas que não é nor- mal. O depoimento deixou claro indefinição em procedi- mentos e atos envolvendo a policia no caso “bicos” com empresários no setor de combustíveis.

A Secretaria da Segurança admite que se trata de um crime organizado, que se trata de um crime complexo, mas, neste depoimento prestado, mostrou estar totalmente despreparada para atuar em casos de ocorrência com combustí- vel.

Em depoimento, o Sr. Ruy Ricci, do Sindicato Nacional de Comerciantes e Atacadistas de Solventes e Derivados de Petróleo, explicou que o solvente é uma matéria-prima, ou seja, um produto que entra na fabricação de outros produ- tos e que somente vende o solvente para consumidores industriais, mas o Sr. Ruy Ricci não foi claro na explicação sobre o controle exercido pelos membros do SINDISOLV no Controle de venda de solventes para as Industrias auto- rizadas, e nem qual o volume de compra que o cliente pode adquirir, ou seja, qualquer indústria, qualquer tamanho, pode comprar qualquer volume de solvente.

Em depoimento, o Sr. Ari Natalino, da PETROFORTE, afirmou que existe uma ação orquestrada do SINDICOM, com o apoio da REDE GLOBO, contra as novas distribui- doras de combustíveis. Afirmou também que a dívida da PETROFORTE é de 160 milhões com a União, 18 milhões com o Pis e Cofins e 18 milhões com o Estado de São Paulo, o e que não é muito, pois a ESSO deve um bilhão.

Sobre o Ofício n. 1.604, de 10 de setembro de 1999, sobre certidões, o Sr. Natalino explicou a facilidade que existe em tirar certidões negativas com efeitos positivos e conseguir liminares e assim deslacrar bases irregulares, ou seja, a CPI iniciou os trabalhos de uma nova visão, a visão de adulteração tributária de uma forte bancada jurídica defendendo alguns distribuidores de combustíveis. Com isso eles ultrapassam o Estado, ultrapassam a legalidade, através de documentos que permitem aberturas de empre- sas lacradas por irregularidades.

##### 19 de junho de 2001

O Sr. Alberto Antonio Ahuji Filho, proprietário de uma rede de postos, afirmou que vendeu um posto ao Sr. Joaquim Mariano e que, no contrato de venda, falava sobre o pagamento com combustível da AGROPETRÓLEO Distribuidora. O Sr. Alberto Antonio afirmou também que as grandes empresas, SHELL, ESSO, etc. exercem uma pressão muito grande sobre donos de postos para terem um lucro maior.

##### 26 de junho de 2001

O Sr. Vilmar Hamilton de Mattos, da POLLUS Distribuidora, afirmou que o setor é bagunçado.

O Sr. Ricardo Daim é um dos sócios e que um dos motivos da queda da POLLUS foi a perda de dinheiro para um agiota, Sr. Odir Migliorini, de Sorocaba.

Na oitiva, o Sr. Antonio Paulo Galvão Nunes, do ESCRITÓRIO MÉTODO AP afirmou que a apreensão das notas fiscais não foi feita em seu escritório e que partiu do escritório a iniciativa de realizar um Boletim de Ocorrência (BO) na Polícia Civil. Ele havia tentado fazer um BO na Polícia Militar e não conseguiu. Foi fazer o Boletim de Ocorrência na Polícia Civil. No BO, tratava-se das notas fis- cais da empresa AGROPETRÓLEO.

##### 2 de agosto de 2001

O Senador Romeu Tuma manifestou a sua preocupa- ção, no roubo de carga, pela rapidez de transformar o pro- duto em dinheiro. Destacou a importância do Senado em fiscalizar a ANP. Manifestou a preocupação com o Sr. Ari Natalino e suas dezenas de inquéritos e que a CPI do Senado teve que recorrer à Justiça Federal para conduta coercitiva, e que tem uma lista de dezenas de sócios ocultos, “laranjas”, do Sr. Ari Natalino. Mostrou também, a dificuldade na Receita Federal, em fiscalizar essas empresas que possuem sócios ocultos, mesmo que publicamente se conheçam, como é o caso do Sr. Ari Natalino. Mostra tam- bém, na entrevista do Senador Romeu Tuma, que, acho, existe falha na fiscalização da ANP. Teoricamente, ela deveria ser fiscalizada pela MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA e o próprio Senado mostra-se preocupado e manifesta interesse em fiscalizar a ANP.

##### 14 de agosto de 2001

O delegado Antonio Carlos Gonçalves, do DEINTER, afirmou que foi o Fiscal de Renda que registrou o BO e que estranhou, pois somente é feito após comprovação de sonegação fiscal.

Com isso, iniciou-se uma discussão sobre prioridades no conflito de competência em casos com adulteração de combustível e de quem é a responsabilidade de iniciar o BO, de quem é a prioridade de iniciar o trabalho e não se chegou à conclusão sobre qual a competência, até onde vai a competência da SECRETARIA DA FAZENDA, até onde vai a competência da SECRETARIA DA SEGURANÇA.

O Delegado Hélio Francisco Borges dos Santos falou sobre as dificuldades em realizar diligências fora da região, por isso usa Carta Precatória, e isto é uma constante, pois o combustível é manipulado em varias cidades, e a polícia tem dificuldade em realizar diligencia.

O Delegado Antonio Carlos Gonçalves cita a dificulda- de em colocar policiais, no Estado de São Paulo, para esta atividade. E também citou que todos os laudos da ANP não são conclusivos, ou seja, a polícia fica sem matéria, sem parte técnica para continuar as investigações. A ANP, nos últimos dois anos, realizou somente 20 testes de vazão às bombas em São Paulo.

Neste depoimento, vimos o envolvimento enorme que existe entre o Escritório de Contabilidade e a Distribuidora AGROPETRÓLEO, através da cessão de terrenos, procura- ções e tudo o mais.

##### 21 de agosto de 2001

O Sr. Wilson Koji Matsumoto, da PETROQUÍMICA UNIÃO, explicou que as quotas definidas pela ANP sobre a venda de solventes são constantemente derrubadas por liminares e que o solvente SEMOV é praticamente igual à gasolina. Pode ser misturado com a gasolina sem nenhum problema explicou também sobre a dificuldade na fiscaliza- ção e os testes com esse produto. Sr. Wilson citou também a falta de leis que impeçam uma ocorrência desse delito, como, por exemplo, a tipificação de crimes. Citou também a queda de venda ocorrida com solventes após um teste que foi feito com a marcação de solventes. A CPI viu com isto a prioridade em preparar um projeto de tipificação de crime para adulteradores de combustíveis e também e acha muito interessante a marcação de solventes. A CPI ficou de intensificar os contatos com a ANP para que a marcação de solventes fosse agilizada.

Embora afastado da gestão da empresa desde que assumiu a prefeitura de Potin, o Sr. João Benedito Angeliери mostrou desenvoltura ao formalizar informações contidas no dia-a-dia da empresa. Afirmou que conhecia o Sr. Joaquim Felipe Santoro, vulgo Quincas, pois está rela- cionado comercialmente com ele. O Sr. Quincas fornece, através de uma licitação, combustível para a prefeitura e a polícia de Potim.

Continuando o depoimento, o Sr. João Benedito Angeliери disse ter feito um pedido de apreensão de ani- mais à delegada de Potim. Daí desencadeou-se uma perse- guição ao depoente. O depoente, acusa a delegada da cidade de Potin de persegui-lo. O Sr. João Benedito Angeliери falou também que a Empresa CANABRAVA TRANSPORTES E COMÉRCIO comercializa em média 120 a 200 mil litros por mês de todos os produtos.

##### 18 de setembro de 2001

O jornalista Gastão Gracie explicou sobre os seus pro- blemas com a Distribuidora AGIP sucessora da Distribuidora São Paulo,e o uso do aditivo APC morfolina, aditivo usado pela Distribuidora São Paulo e que possui um custo mais baixo que a gasolina. O uso deste aditivo poderia comprometer a vida útil dos veículos. O Sr. Gracie explicou também sobre o vazamento de tanque de com- bustíveis e o envolvimento desses vazamentos com o CON- TRU. Denunciou que 60% dos tanques em São Paulo têm mais de 20 anos e explicou sobre vazamentos em tanques; o malefício para o subsolo e realizou várias denúncias que a CPI procurou divulgar, como subsolo de bases de gran- des distribuidoras, de grandes e de pequenas distribuidor- as no Estado de São Paulo, como ESSO, SHELL e outras.

Foi opinião dos membros da CPI que se existe um pro- cesso contra a AGIP sobre a diferença de aditivos no com- bustível vendido, deve haver uma restituição ao consumi- dor final ou seja o proprietário dos veículos que foram abastecidos com a gasolina adulterada. O Sr. Gastão Gracie falou que trabalhou com a bandeira AGIP e com a bandeira ALE e que possuiu litígio com essas duas empre- sas, por fornecimento de combustíveis adulterados.

O Sr. Gastão Gracie falou que atualmente seu imóvel se encontra locado para a PETROFORTE e que também ele está em litígio com a mesma.

##### 25 de setembro de 2001

O Sr. Luiz Alípio de Carvalho Pereira, fiscal da SECRE- TARIA DA FAZENDA do Estado de São Paulo, explicou sobre a participação societária da SUL PETRÓLEO, QUEST e AGROPETRÓLEO, todas do mesmo sócio. Explicou tam- bém sobre o Boletim de Ocorrência lavrado em Guaratinguetá.

O Delegado Irani Guedes Bastos explicou e pede maior envolvimento do MINISTÉRIO PÚBLICO nessas questões.

O Advogado Fernando Luiz Turela Borges denunciou que o governador Mário Covas promoveu a edição de uma lei de proteção catódica e anódica dos tanques de combus- tíveis do Estado de São Paulo, com multas altíssimas. Nenhuma fiscalização ocorreu no Estado. Nenhum posto foi autuado. Nenhuma distribuidora cumpriu essa lei. Disse também que a SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE não informa o perigo às autoridades, assim como não informa como andam essas fiscalizações e afirmou saber que exis- tem cerca de 500 vazamentos com combustíveis no Estado de São Paulo. Alguns com vítimas.

Com isso a CPI discutiu sobre a importância dos vaza- mentos dos tanques na adulteração de combustível. Alguns tanques podem fabricar o combustível adulterado, pois o vazamento ocorre para dentro do tanque, ou seja, polui-se o meio ambiente e tem-se um combustível adulte- rado, prejudica-se o motor do veículo do consumidor. Existe é uma lei que não está sendo cumprida.

##### 1º de outubro de 2001

O Deputado Arnaldo Jardim entregou o relatório par- cial sobre a CPI dos Combustíveis. Esse relatório trata sobre medidas tributárias, liminares, emolumentos esta- duais e federais, e medidas técnicas, para que se evite a adulteração de combustíveis. É um relatório de propostas, para o qual foram ouvidos vários setores pertinentes ao ramo de distribuição de combustíveis. O relatório envolveu entre outros assuntos a questão criminal, ao apresentar um projeto e tipificação de crime, e envolveu a questão tributá- ria ao apresentar um projeto que inibe a abertura de empresas com sócios ocultos, “laranja”.

##### 4 de outubro de 2001

O Sr. Aldo Antonio Masi, proprietário de postos, falou que, em seus postos, 95% das compras são da Distribuidora MERCOIL e que recebeu algumas duplicatas frias da Distribuidora POLLUS, do Sr. Ricardo Daim. Falou também que comprou uma carreta da rede DUQUE e que havia revendido essa carreta para o Sr. Ricardo Daim. Não explicou corretamente a respeito da nota fiscal com 300 mil litros de solvente comprados por ele, e que a gerência da COPENE o procurou para revisar cadastro para comprar solvente.

Com base nessas contradições, a CPI nesta reunião aprovou a quebra de sigilos bancários do Sr. Ricardo Daim, Aldo Masi, Edna Aparecida Corneta Cerqueira, Eunice Maria Renata de Paiva e Esteves e das empresas AGRO- PETRÓLEO, AGRODIESEL, QUEST PARTICIPAÇÕES, QUEST DISTRIBUIDORA.

O Sr. Aldo Masi informou também que se trabalhasse 100% correto, infelizmente, seria inviável no mercado atual. Ele tem a informação de que a MOBIL desistiu de comprar

a Gasolina São Paulo por causa dos passivos que a empre- sa tinha. O Sr. Aldo Masi explicou as dificuldades em cum- prir as resoluções do IBAMA e da Prefeitura de São Paulo e sobre a obrigatoriedade da substituição dos tanques. Até alguns anos atrás a obrigatoriedade da substituição era da distribuidora, hoje é liberado se é da distribuidora ou se é do proprietário do posto, mas até há alguns anos era res- ponsabilidade total da distribuidora.

##### 16 de outubro de 2001

O Sr. Emílio Roberto Martins da RECAP, Sindicato de Postos da Região de Campinas, afirmou que já fez algumas denúncias à ANP e pediu algumas fiscalizações ao Ministério Público. A ANP estava voltada ao mercado de privatizações e não se preocupa com o varejo. Não é a prio- ridade, da ANP, o varejo. Afirmou também que não teve retorno da ANP sobre as denúncias que fez e das dificulda- des em se realizar um convênio com a ANP.

A Prefeitura de Limeira equipou o PROCON da cidade e quis fazer um convênio com a ANP, e não conseguiu.

Para pedir informações sobre a pesquisa de preços realizada pela ANP, o sindicato chegou a fazer até solicita- ção extra-judicial.

O Sr. Paulo Saldiva falou que o setor de abastecimento e comercio de combustíveis corre um risco ambiental enor- me, tanto pelas partes de Benzeno que existe no ar, quanto pela contaminação do lençol freático.

Os membros da CPI concordaram que encontram muita dificuldade em alocar serviços técnicos para averi- guação da contaminação de combustível, pelos preços envolvidos e pelo custo, pela responsabilidade sobre o pagamento dos exames e por outros motivos. Foi citado os vários laudos que o IPT deveria ainda fornecer. Foi citado que os pagamentos desses laudos são elevados e que a responsabilidade de pagamento desses laudos deveria ser da ANP, mas a ANP só paga os laudos feitos por seus pró- prios técnicos.

##### 20 de março de 2002

O Deputado Arnaldo Jardim, acusou o recebimento de resposta evasiva e parcial de um ofício enviado para a Secretaria de Meio Ambiente e para a CETESB, sobre a aplicação da resolução do CONAMA que trata de fiscaliza- ção e cadastro de tanques de combustíveis. A CPI também discutiu sobre a imensa dificuldade que vinha sofrendo ao tentar quebrar o sigilo bancário e fiscal de pessoas com- provadamente envolvidas em adulteração por conta de obstáculos imposto pela Receita Federal.

##### 21 de março de 2002

O Sr. Carlos Fernandes da Texaco mostrou a preocupa- ção com o excesso de fraudes fiscal e de adulteração de combustíveis, quanto ao mercado do álcool, afirmou que era mais controlado e tranquilo no tempo em que a Petrobrás dominava. A área de São Paulo é mais critica no tocante a adulteração. Mostrou também preocupação quanto à eficiência da ANP na fiscalização de combustíveis importados, no dia em que um navio chegar no porto. O Sr. Carlos Fernandes se recusou a fornecer o preço do combustível quando sai da base da Texaco. Afirmou que um posto de bandeira branca não tem gasolina aditivada, pois é uma tecnologia muito cara.

##### 26 de março de 2002

Anunciada a entrega de documentos que denunciam as irregularidades nas declarações da Texaco. A Sra. Socorro Maria dos Santos, afirmou ser arrendatária de um posto Bremen, e que havia trabalhado na Gepetro, na Delta. Afirmou também que conhece o Sr. Constantino da Distribuidora Atlas por telefone. A Sra. Socorro afirmou que também fazia representação de venda de álcool, a maior parte da Usina São Manoel, e da Santo Antonio da Estiva. Na área química trabalhou com a Plastenge, Saturno Brasileira, Magno Marche, afirmou conhecer o Sr. Ricardo Daim da Gepetro. Saiu da Gepetro por se desenten- der com um sobrinho do proprietário, mas que conserva o relacionamento. Acha que o Sr. Ricardo Daim não vai cum- prir a promessa de entregar um dossiê sobre adulteração de combustíveis, pois também está envolvido neste delito. Sr. Ricardo Daim falou para ele que tinha combustível da Petrobrás isento de impostos (para exportação fictícia) para vender. A Sra. Socorro não conseguiu explicar os seus ganhos financeiros e sua fonte de renda. A Sra. Socorro falou também sobre a emissão de notas frias por parte das distribuidoras. Acusou também o relacionamento da Gepetro com a Univem através da participação dos mes- mos sócios, e que vendeu combustível da Quest (a Quest não era autorizada a vender combustíveis nem pela ANP, nem pela Secretaria da Fazenda). E mostrou uma ligação comercial entre as distribuidoras, Macom, Granel, Golfo, Hudson e Petronova. Sobre álcool forneceu o número do telefone da Distribuidora CERPA para o Dr. Zaqueu.

##### 2 de abril de 2002

A Shell do Brasil enviou para depor o Sr. Emílio Gouveia que não respondeu a uma série de questões por não se tratarem da área que atua. Com isto a oitiva ficou prejudicada e a CPI ficou de enviar ofício solicitando maio- res explicações. A oitiva da Sra. Eunice Maria de Paiva e Esteves foi realizada em reunião reservada.

##### 18 de abril de 2002

O Deputado Pedro Yves a acusou o recebimento de correspondência do Deputado Mario Montenegro em denúncia sobre o envolvimento do Sr. Borsatto, Prefeito de Tatui com adulteração e sonegação no comércio de com- bustíveis. O Sr. Carlos Alberto de Oliveira Santiago da empresa ASTER, uma das empresas que mais cresceram no ramo, no país, solicitado pela CPI, entregou no dia 28 de maio de 2002, documentação contábil sobre a empresa.

##### 29 de abril de 2002

REUNIÃO COM AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Com a presença dos Parlamentares, Deputado Walter Feldman, Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Augusto Coutinho de Pernambuco, Vereador Jerominho e Vereador Sebastião Ferraz do Rio de Janeiro, Deputado Moacir Pires e Deputado Carlos Brito do Mato Grosso, Vereador Jooji Hato de São Paulo, Deputado Geraldo Vinholi, Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Ary Fossen, Deputado José Zico Prado, Deputada Célia Leão, Embaixador Sebastião Rego Barros Diretor Geral da ANP, Dr. Luis Augusto Horta Diretor da ANP, Promotor Jose Carlos Blat, além da equipe técnica, foi realizada em 29 de abril de 2002 na Assembléia Legislativa uma reunião com a finalidade de se apurar fatos comuns e troca de experiência na área de distribuição e venda de combustíveis.

Na reunião foram levantados pontos comuns às CPI’s e na conclusão foi definido a elaboração de um documento a ser subscrito pelos parlamentares presentes contendo as seguintes partes comuns:

- Convicção de que um convênio realizado entre a ANP, os estados e os municípios, serve para fortalecer a relação das CPI’S nas áreas de fiscalização a sonegação e adultera- ção.

- Intercâmbio permanente de informações entre as casas parlamentares com assuntos pertinentes a matéria.

- Adotar medidas que fortaleçam as prerrogativas das CPI’s, como a legalidade da quebra de sigilos.

- Unificação das alíquotas de álcool e combustíveis.

- Manifesto junto ao estudo da ANP das Leis de Penalidades vigentes a este órgão regulador, com chamamento do judiciário ao documento.

Neste mesmo ato os integrantes concordaram com uma série de dificuldades pertinentes na área de fiscalização, e foi acertada uma nova reunião a ser realizada em tempo oportuno.

##### 14 de maio de 2002

Cópia de conta telefônica (fixa e celular); declaração de renda da Sra. Socorro Maria dos Santos, em atenção ao Ofício nº 64/2002 da CPI dos Combustíveis. 2-Ofício 208/2002,da ANP, em atenção aos Ofícios nº 76 e nº 77/2002, da CPI dos Combustíveis. 3-Ofício nº 1524/02, da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB, seção de São Paulo, solicitando à CPI dos Combustíveis que se manifestasse acerca dos fatos narrados na inicial subscrita pelo advogado Ronaldo Augusto Bredas Marzagão. 4-Ofício GAD nº 131/02, do Deputado Aldo Demarchi e Ofício AJ/016/2002, encaminhando cópia do Requerimento nº 54/2001, de iniciativa do Deputado Federal Mário Negromonte, Vice-Presidente da CPMI de Roubo de Cargas, solicitando investigações acerca de suposto envolvimento do Prefeito de Tatui, Ademir Bonssato e de seu Assessor, Sr. Muni Mohamed, em atividades de roubo de carga. 5-Ofício AJ/020/2002, do Deputado Arnaldo Jardim, encaminhando o Relatório Final por meio magnético. 6-Ofício nº 500/02, da Delegacia de Polícia de Santana de Parnaíba/SP, referente ao B. O. 1501/2002, encaminhando documentação apreendida na Empresa Sultão Transportadora de Combustíveis, nos autos de prisão em flagrante que versam sobre Crime contra a Ordem Econômica, mais precisamente, adulteração de combustível, em trânsito direto para a Assessoria Policial Civil da Alesp. 7-Ofício. s/n, da Texaco Brasil S.A., em atenção ao Ofício nº 61/2002, desta CPI, encaminhando informações requisitadas, em decorrência da oitiva do Sr. Carlos Fernandes. 8-Ofício nº 1285/asm/02, de 2.5.02, da 1ª Delegacia - Discfazenda - Decap, referente ao Inquérito Policial nº 167/02-1ª DISCCF, solicitando o envio de documentos e cópia dos depoimentos das pessoas envolvidas com a empresa Quest Distribuidora do Brasil Ltda, conforme solicitação do Grupo de Atuação Especial para Repressão aos Crimes de Sonegação Fiscal (GAESP), do Ministério Público do Estado de São Paulo. 9-Ofício nº 529/02-GAESF (Grupo de Atuação Especial de Repressão aos Crimes de Sonegação Fiscal da Capital), do Ministério Público do Estado de São Paulo, encaminhando Relatório do Protocolado nº 16.0008.9/01-7. Pela ordem, o Senhor Deputado Arnaldo Jardim solicitou que o período compreendido entre o dia cinco e dez de junho fosse reservado para proceder o debate acerca do Relatório Final. Foi aprovado que o prefeito de Tatui seria convocado em momento oportuno, conforme solicitação feita pelo Deputado Pedro Yves em reunião realizada em dezoito de abril. Em seguida, foram deliberadas as convocações das empresas Apolo Petróleo, Fic Distribuidora de Petróleo, Petronova Distribuidora de Derivados de Petróleo, Floralco, Pollus Distribuidora de Derivados de Petróleo.

##### 23 de maio de 2002

1-Ofício nº 100/2002, da Secretaria da Segurança Pública, encaminhando cópia do Inquérito Policial nº 59/2001, envolvendo o Auto Posto Mz 1 da rede Brasil. 2-OfícioGPWF nº 388/02, da Presidência da Alesp, encaminhando cópia de correspondência enviada pelo senhor José da Silva. Ato contínuo, o senhor Presidente deu ciência dos requerimentos de informações, de autoria do senhor Deputado Federal Pedro Pedrossian. A seguir, prestaram depoimentos, sob juramento, os senhores Paulo Franco Marcondes Filho, Valdemar Hamilton de Mattos e João Florentino Bertolo. Em decorrência das contradições entre os depoimentos de Ricardo Lyra Daim, ouvido por esta CPI em vinte de março de dois mil e dois, e de Paulo Franco Marcondes Filho, foi deliberado que caso o senhor Paulo F. Marcondes Filho não enviasse comprovação da não existência de conta no Banco Safra, Agência XV de Novembro, conforme juramento prestado, proceder-se-ia a solicitação de quebra de sigilo bancário e fiscal do mesmo.

##### VI - CONCLUSÕES DAS REUNIÕES E DAS OITIVAS GRAVADAS

Na macroanálise sobre a real situação dos combustíveis no Brasil, resta ainda ser superado o monopólio da Petrobrás que é a grande empresa detentora das plantas de refino no país e proprietária de toda a malha de dutos e armazenagem estratégica.

Com a estabilização mudam as relações dos consumidores com as empresas. Há um apoderamento (aumento substancial da capacidade de influenciarem o comportamento dos mercados vendedores por meio do exercício do poder de compra e entre diferentes soluções, produtos/serviços e fornecedores) dos consumidores.

As novas realidades colidiram com as estratégias operacionais dos grandes distribuidores. Confortáveis no ambiente protegido, regulado e cartorializado, atribuíram às suas estratégias comerciais e de marketing o seu sucesso anterior, esquecendo das responsabilidades ambientais, as empresas mais antigas relutam em assumir o passivo ambiental deixado em postos e áreas que eram de sua responsabilidade. Agora, nos novos tempos, insistem em campanhas de marketing e regras de comercialização pesadas e caras e métodos de fidelização compulsória da rede varejista. O ônus para os postos e para os consumidores levou ambos à busca de alternativas.

Os consumidores perceberam rapidamente a nova realidade do mercado de combustíveis e respaldaram o avanço dos postos mais competitivos com volumes de compras crescentes. Ao mesmo tempo, o avanço dos novos postos, dos postos das novas marcas e dos posto “bandeira branca”, contou com o apoio de alguns postos com menores volumes de vendas. Foi a partir do descontentamento dessas empresas que os distribuidores independentes viabilizaram a sua estratégia, que se revelou muito bem adaptada para as novas condições do mercado.

São os grandes distribuidores que criam algumas das condições de natureza das relações contratuais, rigidez das cláusulas contratuais, custos cobrados dos postos varejistas, tratamento diferenciado e por vezes discriminatório dado aos postos menos rentáveis, ou até induzem alguns postos à busca de outras fontes de faturamento, seja em serviços, seja por meio de outros fornecedores.

Premidos por margens estreitas e esmagadas por contratos leoninos, alguns postos, para garantir sua sobrevivência, trocam de bandeira ou recorrem a combustível mais barato. Dependendo das pressões e das dificuldades, podem resvalar para práticas pouco “heterodoxas”.

Vozes oficiais das grandes distribuidoras (SINDICOM) afirmam que as distribuidoras independentes criam a sonegação e a adulteração, porém os mesmos membros do SINDICOM são comprovadamente os maiores responsáveis pelo passivo ambiental, que agora começa a ser apurado.

Em depoimento reservado o Sr. Ricardo Daim citou que o problema de adulteração de combustíveis no Estado de São Paulo é proveniente das empresas Apolo, Grupo Univen, Gpetro, o que de fato estava sendo investigado

pela CPI, porém devido ao prazo definido para o término da CPI, recomenda-se que a documentação pertinente seja encaminhada aos órgãos competentes para averiguação.

A CPI realizou, judicialmente autorizada, coleta de amostra de álcool da Empresa Canabrava, o material analisado pelo IPT - Instituto de Tecnologia do Estado de São Paulo, que enviou os resultados à secretaria desta CPI no dia 22 de fevereiro de 2002, o mesmo IPT em 11 de março de 2002 entregou o relatório 888128 que substitui o 886302 entregue em 22 de fevereiro de 2002.

Existe um emaranhado na parte legal para se apurar responsabilidade no tocante a combustíveis que ficou claro nas oitivas, dentre elas:

- É necessária uma continuidade nas investigações em especial nas empresas que não compareceram para depor na CPI.

- Nas oitivas ficou claro que a ANP é fraca em equipe de fiscalização, e frágil na sua legislação de penalidades; que abre caminho a incontáveis recursos facilmente contestáveis, e que a maioria das autuações não produz o efeito desejado.

- A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, no uso das suas atribuições, deixou de cumprir seu papel de órgão fiscalizador do meio ambiente do Estado de São Paulo.

Neste ponto é mais do que imperioso deixar claro que as Leis Estaduais de São Paulo, mais propriamente a Lei 997/76, proíbe a presença, lançamento, ou a liberação, nas águas, no ar ou no solo de quaisquer produto, matéria ou energia que cause poluição, ofensa à saúde pública, ao bem estar público e prejudique a segurança o uso e gozo da propriedade comum, e por Decreto 8468/76, Artigo 51, Artigo 32, Artigo 56, veda expressamente que seja depositado, descarregado, enterrado, infiltrado ou acumulado no solo qualquer resíduo em qualquer estado da matéria.

Portanto, em consonância com a Lei dos Crimes Ambientais, Artigo 54, Artigo 56, Artigo 70, a referida autarquia e as empresas denunciadas, omitiram que naqueles locais havia depositado, por vazamento, resíduos tóxicos que potencialmente poluíram as referidas áreas.

Com base na Lei 6938/81, regulamentada pelo Decreto 99274/90, que define a política nacional do meio ambiente, e regula a estrutura administrativa de proteção e planejamento ambiental, que determina a responsabilidade e penalidade para casos de poluição, traz em seu artigo 2.º, Inciso VIII, a recuperação das áreas degradadas, que em consonância com o Artigo 4.º, Inciso VII, que determina, a implantação ao poluidor a obrigação de recuperar ou indenizar os danos causados.

Diante de referida Lei, e Decreto, que determina entre outras obrigações, do responsável ser obrigado a reparar os danos causados por suas atividades ao meio ambiente e a terceiros.

Como a Lei Federal 6766/79, determina que não será permitido o parcelamento do solo em áreas em que tenham ocorrido ou sido aterrado material nocivos à saúde pública, até que referidas áreas sejam previamente saneadas, é imperativo um levantamento e divulgação das áreas de risco no Estado de São Paulo.

Diante das leis e decretos acima mencionados, uma grande distorção está ocorrendo, em total proteção aos grandes poluidores, pois, como se vê a obrigação se resluta a apenas pagar para despoluir, não fazer os exames de contaminação, como quer fazer crer os agentes da CETESB.

Além do exposto, outra lei estadual caiu por terra, ou seja, a obrigatoriedade da instalação da proteção catódica e anódica, Lei 9129, esta editada em 1995, e nunca aplicada ou mesmo fiscalizada pelas autoridades estaduais competentes.

Portanto, vazamentos existentes produzem a contaminação externa, assim como, dependendo do local e da avaria no tanque, o mesmo pode CAPTAR umidade do terreno e assim adulterar o combustível armazenado, mesmo que por osmose.

- Que a SECRETARIA DA FAZENDA não prioriza a fiscalização no sistema de distribuição de combustíveis por entender que existem outros setores com maior necessidade de fiscalização. A questão dos supermercados vendendo combustíveis podendo usar o credito de ICMS deve acabar com a CIDE, porem a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paul deve acompanhar o caso para que não haja uma operação predatória junto aos estabelecimentos comerciais menores.

- Que a SECRETARIA DA SEGURANÇA necessita de uma coordenação geral, e uma regulamentação de procedimento interno, pois foi provado em todos os depoimentos que existe uma técnica ágil e apurada na prática da adulteração e sonegação de combustíveis, e no roubo de carga, assim sendo uma delegacia especializada conseguiria agir com maior presteza.

- Que um dos focos de adulteração de combustíveis está centralizado na Petroforte com a direção do Sr. Ari Natalino, tendo ainda o Sr. Marcio Natel como colaborador, com tentáculos por diversas empresas, entre as quais a Pollus Distribuidora de Petróleos, Sr. Ricardo Daim, e outras empresas citadas neste relatório como o Grupo Vibrapar, o Sr. Ari Natalino não explicou com clareza a parte societária de suas empresas, e demonstrou estar desativando empresas com enorme passivo fiscal, e transferindo as operações comercias para empresas ligadas ao seu filho, tais fatos merecem uma investigação maior pelos órgãos competentes.

Em tudo isso, prova-se a necessidade da criação de um órgão de controle único para o setor de combustíveis. Um órgão dinâmico, um órgão que acompanhe todas as alterações e inovações do sistema, fruto de um crime organizado que tem uma vanguarda técnica e uma ótima bancada de advogados para defendê-lo que causam dificuldades quando se coloca o Estado agindo de maneira segmentada em todos os órgãos que deveriam agir de maneira conjunta.

Desde o começo da CPI, foram citados, trabalhando e agindo isoladamente, o PROCON, MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DA FAZENDA, SECRETARIA DA SEGURANÇA, e a ANP todos correndo por fora, com a responsabilidade individual, não repassando essa responsabilidade ao conjunto.

A par disto, todos os empresários ouvidos de uma maneira ou de outra se conhecem, alguns com maior grau de intimidade e outros até com envolvimento societário e participação em empresas na mesma base de atividade.

Individualmente algumas empresas citadas, não conseguem explicar o corpo societário da empresa. O sócio oculto, (laranja), é um mal que deve acabar. As empresas precisam ter um sócio responsável civil e criminalmente.

Existe no combustível aditivo (o Brasil é um dos poucos países que possui esta classe de combustível), uma fonte aberta para a sonegação e para a adulteração. O aditivo é caro, algumas distribuidoras anunciam e não colocam, outras colocam demais por ter um aditivo de custo interno

baixo. O teste é complexo e não pode ser realizado na mesma hora da fiscalização. A classificação da gasolina poderia ser somente por octanagem.

A prisão do Sr. Ricardo Daim, proprietário da Pollus, Agropetróleo, Quest, serviu como base de uma investigação maior a ser realizada.

A CPI recebeu denúncias que atingem todas as grandes distribuidoras no tocante ao passivo ambiental. A legislação obriga que estas efetuassem a troca de tanques periodicamente. No próprio preço dos combustíveis estava agregado um valor para isto. Uma Lei Estadual estabeleceu um prazo para esta troca que não foi efetivada, e os problemas surgem agora como uma ameaça para a sociedade.

A elaboração de um convênio com o Estado de São Paulo, com a ANP, e a partir desse convênio, a criação de uma delegacia especializada, que tivesse liberdade e autonomia em atuar nas áreas de consumidor, meio ambiente, saúde, segurança, fazenda, irá, sem dúvida inibir a adulteração dos combustíveis.

A Assembléia deve continuar acompanhando os combustíveis, pela relevância do processo, através da criação de um grupo especial de trabalho, a exemplo do que foi criado no Fórum São Paulo Século XXI, grupo de trabalho para acompanhar a implementação das proposituras desses relatórios.

O intercâmbio com outros Estados e Municípios para analisar os resultados das CPIs sobre combustíveis nos outros Estados, é muito importante. Temos como exemplo a Distribuidora Agropetróleo, que fora citada na CPI do Paraná. Por isso, a CPI dos Combustíveis de São Paulo tomou a iniciativa de provocar essa reunião envolvendo a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e as CPIs de outros Estados no Brasil.

Com isso, a CPI vai procurar cruzar informações, cruzar nomes de sócios ocultos, os “laranjas”, proprietários de empresas em vários Estados, proprietários testas-de-ferro de offshore, que trabalham na distribuição de combustíveis.

Com estas informações cruzadas a CPI pode também tirar conclusões sobre a cartelização do preço realizada comprovadamente em outros Estados por grandes distribuidoras, por grandes redes de postos de combustíveis.

Está comprovado que o ponto de equilíbrio de um posto de combustíveis está em 145.000 litros de gasolina vendida a R\$ 1,66 o litro. Isto devido aos custos fixos envolvidos na operação comercial.

Porém se for adicionado 20% de solventes, comprados “normalmente” com os impostos devidos, o ponto de equilíbrio para o funcionamento de um posto de combustíveis cai para 120.000 litros.

Basta, portanto uma análise no fluxo de venda e de caixa de alguns postos, efetuado com lacre na bomba para se observar a real mercadoria que o estabelecimento está vendendo.

Foi também constatada a enorme dificuldade operacional legal para o amalhamento de provas definitivas visto a burocracia vigente na quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico dos envolvidos.

Neste relatório procura-se mostrar que a função da CPI é de procurar meios, leis, políticas, e sugerir aos poderes executivo e normativo que procedam a modificações, no decorrer do tempo, e nas providências que os poderes têm que tomar, para que o mercado fique acessível a todos, desde o pequeno, os médios e os grandes, que tenham uma equação igual de poder fazer o seu comércio sem o protecionismo a um ou a ou a outro.

#### VII - SUMÁRIO DAS PROPOSTAS

##### 1 -Medidas Tributárias

- 1.1- Proposta de Projeto de Lei que altera a diferença de pauta do ICMS   dificultando o ressarcimento.
- 1.2- Observações sobre a normatização da Nota Fiscal.
- 1.3- Pacto para a unificação da alíquota de ICMS que incide sobre o álcool hidratado.
- 1.4- Mudança na pauta tarifaria e alíquotas para a corrente de produtos oriundos da mesma base química.
- 2 - Medidas para evitar fraudes e mistura**
- 2.1- Marcação de combustíveis.
- 2.2- Padronização da nomenclatura da corrente produzida por petroquímica.
- 2.3- Exigência de técnicos.
- 2.4- Controle de vazão das bombas.
- 2.5- Riscos na abertura de importações de combustíveis.

##### 3 - “Direitos” - Normas legais

- 3.1- Tipificação de crime.
- 3.2- Contrato constituído de sociedade em especial no ramo de combustíveis, com sócio acobertado - Proposta de trabalho.
- 3.3- Lei de penalidades da ANP.
- 3.4- As dificuldades judiciais sofridas por esta CPI.

##### 4- Meio ambiente

- 4.1- Regulamento anódica e catódica, a qualidade e manutenção dos tanques de combustível.

##### 5 - Fiscalização

- 5.1- Criação de convênios para uma operação conjunta, ANP, Estado e Município.
- 5.2- Identificação nos veículos de transportes de combustíveis e solventes.
- 5.3- Comissão Especial para acompanhamento das conclusões   da CPI dos Combustíveis.

#### VIII - DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DAS PROPOSTAS

##### 1 - MEDIDAS TRIBUTÁRIAS

##### 1.1- Proposta de projeto de lei que altera a diferença de pauta do ICMS, dificultando o ressarcimento.

A alteração da diferença de pauta é um fator primordial para que se evite o ressarcimento fabricado de diferença de ICMS.

O incentivo ao ressarcimento tem ocasionado milhões em prejuízos a vários estados, em especial a São Paulo grande produtor de combustíveis.

Votada no ano passado (2001), a Proposta de Emenda Complementar (PEC) 277, aprovada resultou na Emenda constitucional 33, e resultou na criação da Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE), porém ainda não está completa, depende ainda de lei complementar a ser aprovada, para que o imposto agora monofásico possa ser igualitário em todo o país.

No relatório parcial apresentado em 1 de outubro de 2001, a CPI dos Combustíveis manifestou a preocupação com mais esta brecha tributária que esvazia os cofres públicos, e citou a necessidade em criar uma lei que defendesse o Estado de São Paulo. Esta proposta agora aperfeiçoada faz sentido visto que o trâmite para realizar um convênio e alterar leis estaduais de 27 estados mostra-se difícil e demorado. Propomos, portanto, o seguinte:

##### Projeto de Lei nº.....de .....

*Introduz alterações na Lei 6374/89, de 1ª de março de 1989, relativamente a sujeição passiva por substituição.*

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta:

Artigo 1º - Passam a vigorar com a redação que se segue os seguintes dispositivos da Lei nº 6374 de 1º de março de 1989:

“Artigo 66 B - É assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago a maior por força da substituição tributária correspondente ao fato gerador que não se realizar.

I - O fato gerador não realizado caracteriza-se pela incorrência de operação subsequente, por motivo de perda, roubo, quebra, extravio ou inutilização, salvo disposição em contrário de legislação específica.

II - Descabe a restituição ou complementação do imposto, quando a operação ou prestação subsequente à cobrança do imposto, se realizar com valor inferior ou superior àquele adotado como base de cálculo   prevista em lei, aplicável na sujeição passiva por substituição.

“§ 1º - O pedido de restituição, sem prejuízo de outras provas exigidas pelo Fisco, será instruído com demonstrativo, constando, detalhadamente, a descrição dos documentos fiscais que deram origem à restituição”.

“§ 2º - Formulado o pedido de restituição e não havendo deliberação no prazo de 90 (noventa) dias, constados da data de protocolização do pedido, o contribuinte poderá se creditar, em sua escrita fiscal, do valor objeto do pedido, devidamente atualizado, segundo os critérios utilizados para a atualização do tributo”.

Artigo 2º - Acrescentem-se os seguintes §§ ao artigo 66-B da Lei 6374, de 1º de março de 1989:

“§ 3 - Na hipótese do parágrafo anterior, sobrevindo decisão contrária irrecorrível na esfera administrativa, o contribuinte substituído, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da decisão, procederá ao estorno dos créditos lançados, também devidamente atualizados na forma da legislação vigente, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis”.

“§ 4 - O Poder Executivo disporá sobre os pedidos da espécie que serão processados prioritariamente, podendo prever por legislação específica, outras formas de devolução do valor, desde que adotadas para opção do contribuinte”.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

##### JUSTIFICATIVA

Proposta de minuta de lei modificando o atual quadro atinente ao ressarcimento do excesso de imposto retido por força da substituição tributária decorrente da diferença de base de cálculo presumida para efeito do pagamento do imposto em contraste com aquela efetivamente praticada na operação, adequando-a à jurisprudência predominante no Pretório Excelso, com vistas a refutar a situação deflagrada pelo uso indiscriminado de medidas liminares ajuizadas contra as normas infra-regulamentares que vigem sobre o tema.

A restituição imediata e preferencial de que trata a Emenda Constitucional 03/93, incorporada na Constituição de 1988 através do artigo 150, § 7º, alcança evidentemente aos casos em que incorra os fatos geradores, compelidos ao Poder Público a devolução dos valores cobrados antecipadamente do contribuinte substituído nessa condição, em homenagem ao princípio da não cumulatividade.

O artigo 150, § 7º, retrocitado:

“A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido”.

Considerando que a Administração Fazendária, sensível às decisões emanadas do Poder Judiciário com referência às medidas judiciais aparelhadas pelos contribuintes anteriormente à edição da Lei Complementar 87/96, nas quais discutia a base de cálculo imposto, a constitucionalidade e a legalidade do regime da substituição tributária, adotou uma benesse por meio da Lei 9176/95, objetivando acolher antiga reivindicação daqueles que sofriam a retenção do imposto pelo sujeito passivo, em patamar superior ao preço efetivamente praticado na operação com o consumidor final.

Com efeito, dispõe a citada Lei 9176/95, que alterou a lei básica do ICMS: Seção III - Das disposições gerais relativas à Sujeição Passivo por Substituição em relação às subseqüentes operações:

Artigo 66 B - Fica assegurada a restituição do imposto pago antecipadamente em razão da substituição tributária:

I - Caso não se efetive o fato gerador presumido na sujeição passiva,

II - Caso se comprove que na operação final com mercadoria ou serviço ficou configurada obrigação tributária de valor inferior à presumida.

Ocorre a evidência que a medida implantada era oportuna, pois respondia aos reclames dos contribuintes que se insurgiram contra a sistemática da substituição tributária, ações essas tuteladas pelo Poder Judiciário, nas quais a Fazenda fora vencida até aquela ocasião.

A rigor, o quadro que ora se apresenta é completamente distinto do acima delineado, e reclama da Administração Fazendária urgentes e eficazes providências, tendo em vista hodiernamente os contribuintes substituídos vêm propondo perante o Poder Judiciário medidas acautelatórias do suposto direito de ressarcimento do imposto retido a maior, ocasionando nefastos prejuízos ao Erário, quer pelas fraudes perpetradas, como simulação de operações de vendas por valores inferiores (subfaturamento), utilização indevida de índices para apuração da atualização monetária dos valores quer pela inexistência de comprovação do suposto direito de creditamento.

Contrário à pretensão dos contribuintes substituídos que almejam a recuperação do imposto, forçoso reconhecer que fato gerador, obrigação tributária, base de cálculo e alíquota é matéria de estrita reserva legal.

Portanto, não merece ser discutida pelo Poder Judiciário como tem se sucedido.

Registra-se, outrossim, que o responsável tributário nos termos do Código Tributário Nacional nada mais é do que alguém que assume a condição de contribuinte, substituindo o pólo passivo da relação jurídica tributária em virtude de algum outro fato jurídico previsto em lei. Logo, sob este prisma, opera-se o fenômeno da substituição tributária, com a exclusão do contribuinte primário, que perde a condição jurídica de contribuinte. Assim, o chamado responsável é o contribuinte substituto, em razão de determinado fato previsto em lei.

A substituição tributária, portanto é utilizada pelo Estado com o propósito de minimizar a sonegação do imposto, facilitando sua fiscalização, pois se opera junto aos contribuintes substitutos (fabricante, atacadista, importador) que são em sua minoria melhor organizados e aparelhados para responder pelo tributo que, retém antecipa-

damente em todas as cadeias de comercialização até o consumidor final, representada pela alta pulverização de varejistas e distribuidores, foco pacífico de sonegação do imposto.

Com o advento da discussão patrocinada sobre o ressarcimento do excesso de ICMS retido pelo substituto, transgride-se toda a sistemática implantada para a substituição tributária, visto que, o Fisco por dever de ofício obriga-se a fiscalizar todos os varejistas e distribuidoras (de bebidas, postos, TRRs, distribuidoras de combustíveis, concessionárias de veículos ) para aferir o suposto “direito” levantado, sem considerarmos o fato da necessidade de constante acompanhamento fiscal dos contribuintes substitutos, aos quais ficou atribuída a responsabilidade pelo pagamento do imposto, por sujeição passiva, inclusive, pela prerrogativa legal de se efetuar o ressarcimento diretamente ao substituído, minando as finanças públicas, pelo crédito em GIA, propugnando pela chamada “arrecadação negativa”.

Como ilustração, notícias que nos chegam da Petrobrás, fonte retentora do ICMS devido na cadeia de comercialização de combustíveis dão conta que as perdas irreparáveis que poderá sofrer o Erário, senão for revertido esse quadro, remontam às cifras inacreditáveis de MAIS DE HUM BILHÃO DE REAIS, a serem ressarcidos de forma direta a postos revendedores, com a multiplicação frenética de liminares concedidas pelo Poder Judiciário, e até pela via oblíqua, até o limite de crédito apresentado pelo varejista.

Apregoa-se nesse interregno, a constitucionalidade e legalidade da substituição tributária, que tem sido proclamada pelos Tribunais Superiores por várias vezes.

Sala das Sessões em .... 2002

Portanto, a Constituição Federal na Lei Complementar 87-96 e a Lei 155 garantem que o imposto da etapa presumindo que o fato gerador subsequente não ocorreu, existe um direito imediato e preferencial ao ressarcimento deste tributo. O que se propõe é que não haja ressarcimento por causa de venda a preços diferentes e sim somente em caso de não-ocorrência do fato gerador, por exemplo incêndio.

Parte expressiva dos resultados de empresas que agem ilegalmente na área tarifária e na área técnica com adulterações, vem do resultado financeiro das operações vinculadas às fraudes fiscais, em especial a falsa remessa para outros estados e a apropriação fiscal que esta operação pode permitir.

## 1.2- OBSERVAÇÕES SOBRE NORMATIZAÇÕES DE NOTA FISCAL

O modelo de nota fiscal existente foi aprovado recentemente no CONFAZ, em trabalho conjunto com a participação da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de São Paulo.

Além do trabalho na uniformidade na nomenclatura, é necessária uma maior divulgação das exigências que conferem ao instrumento de comprovação fiscal, a transparência que ele deve possuir.

Permitida a colocação da marca fantasia no fundo do papel, algumas empresas abusam com o excesso de propaganda e outras figuras e símbolos colocados no fundo do papel, gerando dúvida interpretação em alguns casos.

Alguns Estados da União obrigam que na Nota Fiscal esteja impresso o seu prazo de validade. No caso de combustíveis e derivados petroquímicos e químicos, face ao risco ambiental, fiscal e por todos os fatos e ocorrências de adulteração que estão ocorrendo, a obrigatoriedade em se ter impresso o prazo de validade no corpo do documento, com certeza irá gerar mais transparência e seriedade no mesmo.

## 1.3- PACTO PARA A UNIFICAÇÃO DA ALÍQUOTA DO ALCÓOL

A unificação da alíquota do álcool em âmbito nacional, deve sem dúvida alguma inibir a tentativa de se falsificar o transporte de produtos que na maioria das vezes não chegam a sair de nosso Estado.

Com o fim da intervenção federal na atividade de produção e comercialização de álcool combustível observou-se o acelerado crescimento do número de distribuidoras de combustíveis e um certo desordenamento da atividade de distribuição, apesar de todos os esforços da Agência Nacional de Combustível - ANP em regularizar e fiscalizar a atividade.

Informações sobre a distribuição de álcool hidratado carburante registradas na ANP, a quem as companhias distribuidoras devem compulsoriamente informar os volumes comercializados mensalmente, mostram uma queda excessiva do consumo aparente deste combustível quando comparado com os registros da unidades produtoras do Centro Sul e do Estado de São Paulo.

Vale lembrar que os volumes registrados pelas unidades produtoras no Estado de São Paulo são auditados por iniciativa dos próprios produtores sob coordenação de sua associação de classe e do seu sindicato, por força de contrato com entidade independente e reconhecida internacionalmente, que levanta os estoques e os compara com os registros nos Livros oficiais de Produção e saída Diária - LPD, reconhecidos pelas autoridades fiscais do Estado como base para toda a fiscalização, inclusive do ICMS.

Em adição, toda a movimentação de produção e saída de açúcar e de álcool, são também informados quinzenalmente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por força de regulamentação da atividade.

Os dados levantados permitem concluir, a partir de tal comparação, que enquanto a região Centro-Sul, com o Estado de São Paulo aí incluído, consumiu 2.988 mil m3 de álcool hidratado em 2001 pelas informações da ANP, as informações dos produtores mostram 4.872 mil m3 de álcool hidratado para todas as finalidades.

Deduzidas das informações dos produtores cerca de 1.000 mil m3 entre outros usos e exportações, conclui-se que restam 3.872 mil m3 de álcool hidratado destinados a fins carburantes, ou seja, cerca de 884 mil m3 superior aos registros da ANP.

Indícios dessa ordem sugerem elevada sonegação tributos, sobretudo ICMS, na cadeia de distribuição e venda. Outro indício é que, se toda a carga tributária incidente sobre todos os elos da cadeia fossem recolhidos aos cofres públicos, o preço do álcool hidratado ao consumidor, na grande São Paulo, seria da ordem de R\$ 1,15 por litro, contra os R\$ 0,98 levantados pelo Jornal da Tarde.

Considerando esses diferenciais de preços e o trabalho realizado pelo CEPAM, Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal - “Influência da alíquota interestadual do ICMS sobre a sonegação do Tributo no Estado de São Paulo - Prejuízo aos Municípios” - a alíquota efetiva de ICMS estaria entre 12% (decorrente de um preço médio de R\$ 0,98 por litro na grande São Paulo) e 10,2% estimado pelo estudo da CEPAM quando se busca a mesma arrecadação atual efetiva considerando que fosse igualmente adotada por todos estados em todas as operações com o produto.

Em decorrência, a conclusão que depreende é a redução da alíquota nominal de 25% de ICMS sobre álcool hidratado para 12% (equivalente, no máximo, à atual arrecadação efetiva), com arrecadação somente na origem, ou seja, nas unidades produtoras que passariam a recolher o

valor integral do ICMS. Tal iniciativa independe de autorização do CONFAZ, assim como uma eventual redução na base de cálculo em aproximadamente 40% que corresponderia a uma alíquota efetiva de 7% como medida de estímulo ao uso do combustível limpo, de origem renovável, produzido internamente no Estado, em substituição ao derivado de petróleo.

Com a arrecadação incidindo apenas nas unidades produtoras, a fiscalização seria facilitada e o interesse na intermediação irregular do produto tenderia a ser praticamente eliminada.

A tarifa de ICMS sobre o álcool hidratado é de 25% em São Paulo e na maioria dos estados da União variando porém em alguns estados sendo que interestadual 8 % para os estados do sul, sudeste para o resto do Brasil, o que promove 7 sul sudeste:

- Goiás - 26%
- Para - 20%
- Rio de Janeiro - 30%
- Roraima - 17%
- Rio Grande do Sul - 28%
- Paraná - zero para o produtor e 25%

Com esta enorme diferença de 8% para 25% a evasão fiscal fica muito atraente.

Votada no ano passado (2001), a Proposta de Emenda Complementar (PEC) 277, aprovada resultou na Emenda constitucional 33, e resultou na criação da Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE), porém ainda não está completa, depende ainda de lei complementar a ser aprovada, para que o imposto agora monofásico possa ser igualitário em todo o país.

É preciso, portanto, fixar proposta de Lei Complementar necessária e consequente Lei Ordinária, apara a finalização da PEC 277 e unificar a alíquota nominal do ICMS do álcool hidratado dedos 25% atuais para 12%.

Dessa forma, fixamos uma compatibilidade com os demais Estados, definindo uma meta de arrecadação e cobindo a evasão fiscal.

## 1.4 - MUDANÇA NA PAUTA TARIFÁRIA E ALÍQUOTAS PARA A CORRENTE DE PRODUTOS ORIUNDOS DA MESMA BASE QUÍMICA.

Os produtos da corrente de solventes e derivados podem ser usados para funções industriais diversas.

O que ocorre é que para cada uso existe uma alíquota pertinente ao produto que será criado com a base de solvente. Com isto o mesmo produto sai da petroquímica com uma função que possui uma tarifa baixa, e é usado para a fabricação de combustíveis. A alternância da compra para a fabricação de tintas e uso como aditivo em combustíveis é um dos exemplos.

A medida em estudo deve unificar a pauta, ou seja o valor mínimo faturado em imposto, não gerando com isto perspectiva de ganhos financeiros e por consequência gerando desinteresse em se realizar a operação. O mecanismo que está em estudo para este item e que consta nos itens 1,3 e neste é o de garantir o ressarcimento para quando o produto for realmente usado para a finalidade a qual deve ser submetido, garantindo assim o desinteresse nos ganhos tributários oriundos de sonegação.

## 2 - MEDIDAS PARA EVITAR FRAUDE E MISTURA

### 2.1 - MARCAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

A CPI dos Combustíveis tem priorizado o debate do uso de marcadores na cadeia petroquímica, informando que esta medida deve ser o norte das primeiras atitudes a serem tomadas.

Em várias consultas e correspondências com os órgãos responsáveis pelo setor, a CPI dos Combustíveis tem defendido de maneira veemente a urgência na criação dos marcadores na cadeia petroquímica, que são traços químicos que passam a acompanhar o produto sem que se altere a característica do produto para qual foi criada.

O custo para a implementação é irrisório, e pode ser facilmente ser absorvido pelo empresário que usa o produto sem repasse ao consumidor.

A ANP, ciente desta prioridade, adotou o uso de marcadores na fabricação e venda de solventes, base reinarías ou na importação, editando a portaria 274 de 1/10/2001.

O trabalho embora louvável é tímido na medida em que necessitam também de marcação o álcool e o diesel. Tem-se ainda notícias que no mercado já existem marcadores a venda para quem quiser adulterar.

Uma maior amplitude no trabalho, envolvendo também a gasolina e o diesel, na saída das refinarias e na importação poderia dificultar a adulteração de combustíveis.

## 2.2- PADRONIZAR A NOMENCLATURA DA CORRENTE PRODUZIDA POR PETROQUÍMICAS

### JUSTIFICATIVA E MINUTA DO PROJETO DE LEI PARA REGULAMENTAÇÃO E CRIAÇÃO DE NOMENCLATURAS OFICIAIS PARA OS PRODUTOS DERIVADOS DE PETRÓLEO

Este projeto visa à segurança para o consumidor com relação à qualidade dos combustíveis comercializados por todas as distribuidoras, visto que, o nosso Código de Defesa do Consumidor, por razões óbvias, não consegue regulamentar toda a relação de consumo.

A exemplo da Lei 6360/73 e alterações posterior Lei 9787/99, ficou disciplinado que os produtos farmacêuticos e derivados, teriam que adotar uma denominação comum brasileira ou quando houvesse denominação comum internacional, para que os consumidores finais conseguissem identificá-los de maneira clara e precisa.

Adotando-se uma mesma nomenclatura para todos os produtos originados de petroquímica, passíveis de comercialização, possibilitarão uma fiscalização mais rigorosa nos mencionados produtos, protegendo desta maneira, o consumidor final, que se sentirá amplamente seguro com o produto adquirido.

Assim, se faz necessário, que haja a intervenção da ANP - Autarquia Federal instituída pela lei 9478/97, cuja competência é fiscalizar e regulamentar as atividades da indústria do petróleo, determinando às distribuidoras a utilização das nomenclaturas a serem criadas por ela, ANP, disciplinando e estipulando uma mesma linguagem para todos os referidos produtos.

Diante da nossa realidade, onde cada distribuidora e petroquímica acrescentam ao combustível, produtos impossíveis de identificação, para que possa revender aqueles produtos por valores inferiores aos seus concorrentes, criam um desconhecimento por parte dos fiscais e por consequência dos consumidores, que visivelmente são os únicos prejudicados.

Com a criação de nomenclaturas técnicas científicas, que tenham como base a composição química de cada produto e sua obrigatoriedade de utilização, facilitará aos fiscais devidamente habilitados identificar e controlar os produtos que estão sendo comercializados. Estes fiscais conseguirão identificar os produtos, mediante prévia consulta das notas fiscais que deverão conter expressamente as nomenclaturas e o fim que ele se destina.

Com base na nossa Carta Magna, às distribuidoras pela livre concorrência, lhes são facultados o direito e dever de buscar os melhores preços e melhor qualidade. Porém, esta livre concorrência não pode ferir o direito de

informação do consumidor no que se refere ao seu conhecimento do produto que está adquirindo.

É obvio que por se tratar de nomenclatura técnica científica, haverá também a necessidade da identificação do produto de maneira clara ao consumidor, pelo que, a ANP deverá divulgar por todos os meios de comunicação tais portarias, até satisfazer todas as eventuais dúvidas do consumidor, bem como, exigir a fixação do rol das nomenclaturas em local visível em todas as revendedoras e distribuidoras.

As sugestões para a regulamentação e normas disciplinadoras das idéias acima mencionadas que deverão ser estabelecidas pelo órgão competente, ou seja, a ANP - AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, são:

- a) Que todos os produtos com a mesma composição química tenham uma mesma nomenclatura técnica científica;
- b) Que a nomenclatura deverá ser exigida para todas as petroquímicas, distribuidoras, refinarias e revendedoras;
- c) Que aquelas distribuidoras que desejarem utilizar nomes fantasias para seus produtos, deverão também identificá-los com a nomenclatura oficial de forma clara e expressa ;
- d) Que nas notas fiscais que acompanharão os produtos deverão ser emitidas de maneira clara e expressa contendo a nomenclatura técnica científica oficial do produto;
- e) Que as mencionadas notas fiscais deverão conter o fim a que se destinará o produto, evitando o desvio de sua finalidade.
- f) Que a ANP ficará obrigada a divulgar estas portarias mediante todos os meios de comunicação necessários para esclarecimentos do consumidor final e fixação em lugares de comercialização dos produtos.

## MINUTA DE REGULAMENTO A SER ENVIADA À ANP PADRONIZAR A NOMENCLATURA DA CORRENTE PRODUZIDA POR PETROQUÍMICAS

*Dispõe sobre a criação de nomenclaturas a que ficam sujeitos todos os produtos derivados de petróleo*

Artigo 1º- A ANP - AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO cria e estabelece que aos produtos derivados de petróleo, caberá uma única nomenclatura técnica científica, para cada produto com a mesma composição química .

Artigo 2º- Estas nomenclaturas deverão ser utilizadas por todas as petroquímicas, distribuidoras, refinarias e revendedoras.

Artigo 3º - As distribuidoras, revendedoras e etc., que utilizarem nomes fantasias para seus produtos deverão identificá-los com a nomenclatura técnica científica estabelecida pela ANP, de forma clara e expressa.

Artigo 4º - As notas fiscais que acompanharão os produtos deverão conter expressamente a denominação da nomenclatura técnico-científica.

Parágrafo único: Conterá na mencionada nota fiscal o fim a que se destina o produto comercializado.

Artigo 5º - As distribuidoras, refinarias, revendedoras, petroquímicas terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias após a entrada em vigor desta lei, para se adequarem às alterações e adaptações necessárias ao cumprimento no que nela se dispõe.

Artigo 6º - A ANP fica obrigada a divulgar as portarias em todos os meios de comunicação necessários, bem como, fixação da relação contendo todas as nomenclaturas técnicas científicas dos referidos produtos, para conhecimento do consumidor.

Artigo 7º - A ANP - Agência Nacional de Petróleo terá o prazo de 90 (noventa) dias para regulamentar os dispositivos acima.

### 2.3- EXIGÊNCIA DE TÉCNICOS

Algumas operações realizadas na área da distribuição de produtos petroquímicos necessitam verdadeiramente de técnicos credenciados nos órgãos de classe competentes, pertinentes ao setor envolvido e a operação propriamente dita.

A mistura de álcool carburante na gasolina - A, por exemplo, pode ser realizada no próprio momento do abastecimento do veículo transportador, e esta operação não é acompanhada por um químico responsável.

Entre a documentação em poder da CPI, a preocupação sobre o uso de benzeno, o mal que ele faz e a falta de profissionais especializados na área é mostrada em correspondências envolvendo o Conselho Regional de Química, a FUNDACENTRO e o Sindicato dos Revendedores do Comercio Varejista de Combustíveis.

É necessária, portanto, uma auditoria em todas as fases da manipulação e de transformação da cadeia petroquímica para que se confirme a real necessidade de se colocar técnicos responsáveis que estejam legalmente capacitados para realizar a operação de modo a evitar fraudes, e acima de todo evitar desastres e problemas que possam advir de uma operação mal realizada.

A CPI recomenda aos diversos conselhos profissionais envolvidos, que se pronunciem e busquem criar um modelo para que se possa realizar o trabalho contando com técnicos capacitados para cada função.

## 2.4 - CONTROLE DE VAZÃO DAS BOMBAS E/OU A ATRIBUIÇÃO FISCAL DA BOMBA DE COMBUSTÍVEL

As ações judiciais constantemente derrubam regulamentos criados pelo executivo.

Para um melhor monitoramento do fluxo dos produtos geradores, no caso em tela combustíveis, é necessário a implementação de um controle de vazão nos postos e distribuidoras de combustíveis.

## AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PROJETO EM FASE DE APROVAÇÃO PARA BOMBAS DE COMBUSTÍVEIS

Como é de conhecimento geral da sociedade, o controle exercido na refinaria de combustível, tem se mostrado parcialmente satisfatório.

E o motivo é de fácil entendimento.

A produção de combustível e lubrificantes em geral, elaborados pelas refinadoras de derivados de petróleo, é destinada na proporção de 95% a consumidores finais destes bens. E o restante (5%) é impulsionado para o consumo pelos grandes frotistas, montadoras de veículos, navegação de cabotagem e etc.

Ante a esta realidade mercadológica, é correto afirmar que a grande massa de recurso tributável encontra-se nas mãos do mercado varejista.

Com a premissa legal disposta no art. 155 c.c.II, § 2, I e § 3º, da Magna Carta Nacional é necessário um controle mais efetivo no final da cadeia produtiva do setor, ou seja, no posto revendedor do combustível,(vulgarmente denominado de posto de gasolina), pois o ICMS incidente sobre os combustíveis tem como base de cálculo o valor agregado em cada operação.

Até recentemente, não havia meio eletrônico apto a transmitir os dados de controle fiscal com confiabilidade nas informações. Isto então gerava controles escriturais, os quais permitiam o cruzamento de informações, validando ou não as operações praticadas pelos contribuintes. É verdade que este sistema de controle fiscal, pode ser facilmen-

te burlado, caríssimo, requer pessoal altamente especializado e etc.

Porém, com recursos eletrônicos de transmissão de dados, os mecanismos de controle mudaram e hoje já é possível obter-se eficiência fiscal, por intermédio de constante fiscalização, eliminação de delitos e fraudes com equipamentos eletrônicos confiáveis.

Com a adoção desta tecnologia, cessam as vendas irregulares entre Estados, a compra de combustíveis de fornecedores inaptos, combustíveis adulterados e etc.

Basicamente, o Sistema Integrado de Controle de Venda de Combustíveis é um controle realizado na vazão em bombas de combustíveis de postos de abastecimentos e a transmissão desta informação para uma central de processamento.

O sistema integrado é composto por três etapas de controle:

- a) Subsistema de Medição de Vazão
- b) Subsistema de Transmissão
- c) Subsistema de Análise e Processamento.

Uma vez de posse dos dados disponibilizados pelo Sistema Integrado, o Governo terá condições de auditar e comparar volumes adquiridos, vendidos e declarados pelos postos de revenda, de modo a combater dois pontos cruciais para a população: a sonegação fiscal e a adulteração de combustíveis.

### A NECESSIDADE DO PODER DE POLÍCIA

Para a implementação do sistema é necessário dar confiabilidade a ele. Em sendo assim, toda a sistemática de controle deverá passar por um órgão de grande credibilidade junto à opinião pública, que desenvolverá algumas tarefas básicas, tais como, aferir a confiabilidade das informações prestadas pelos equipamentos eletrônicos, bem assim, eliminar a possibilidade de fraude nos mesmos.

Destarte o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) seria o órgão apropriado para prestar estas informações.

Não bastasse este aspecto, é necessário atribuir ao Erário o competente poder de polícia. Sem o que, não é viável operacionalizar o sistema.

Como no estado moderno, os administrados estão sujeitos ao princípio da estrita legalidade nos termos do art. 5º, II da Constituição Federal, é necessário tornar obrigatório o cumprimento da norma apta a implantar o sistema e suas obrigações acessórias.

Com esta premissa, é necessário adicionar ao RICMS, Decreto 45.490/00, as obrigações que o contribuinte do tributo está obrigado a cumprir e as infrações caso não cumpra o disciplinado na norma de incidência, inclusive com modais de ilícito tributário, sem afastar a incidência de normas de natureza penal, provocando, concomitantemente, a atuação do órgão administrativo fiscal e do órgão judiciário.

### O CUSTO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA

Obvio é que a implantação do sistema e dos equipamentos eletrônicos de controle tem um custo.

E este custo deve ser estudado pelos parlamentares e pela pessoa de direito por quem será assimilado.

Neste contexto, os gastos poderiam ser assimilados pelo erário público em sua totalidade. Isto se houvesse a hipótese de licitação para aquisição dos equipamentos de controle.

Outra modalidade poderia utilizar-se de incentivos fiscais, para quem efetivamente implantar os controles eletrônicos, nos termos exigidos pelo Poder Público. Sendo concedido em razão da efetiva implantação e utilização, redução de base de cálculo ou isenção tributária por tempo determinado.

E, finalmente, a possibilidade de estes gastos serem arcados pelas empresas que operam no ramo, sem qualquer repasse ou divisão das despesas com o erário.

### A COMISSÃO MULTIDISCIPLINAR

Dito isto, e como a matéria é de grande profundidade, abrangendo uma série de cadeias produtivas, interesses dos consumidores de combustíveis, associativos, econômicos, tributários e etc., urge a criação de uma comissão multidisciplinar, para estudar o problema em toda a sua complexidade. Buscando deste modo, o bem comum em sua plenitude e a dar, via de consequência a melhor resposta à sociedade como um todo.

Em não sendo aprovado este projeto ou notando-se uma demora, poder-se-ia atribuir à bomba o efeito fiscal.

A atribuição fiscal à bomba de gasolina é uma opção de controle prevista em todas as bombas modernas, através do controle e lacre do medidor do total operado na bomba.

Este medidor poderá neste caso ser conferido somente por fiscais da Secretaria da Fazenda.

## 2.5 - RISCO DA ABERTURA DAS IMPORTAÇÕES DE COMBUSTÍVEIS E PRODUTOS QUÍMICOS

A Agência Nacional de Petróleo, sem que exista resoluções e normas claras e rígidas que permitam e disciplinem a importação de combustíveis e produtos químicos, vem autorizando a entrada de derivados de petróleo em nosso território em especial nos portos do nordeste.

Vários depoimentos e estudos de irregularidades recomendaram que inúmeros cuidados sejam adotados na importação de combustíveis, e, na verdade, o que está retendo um pouco este segmento de mercado é a centralização do internacional no fornecimento exercido pelas grandes distribuidoras.

Especialistas alertam para a possibilidade de elementos escaparem ao controle da fiscalização, da importação do “blend” ser desviada de sua finalidade.

A importação está aberta e temos poucas informações sobre o real volume de produtos importados. A impressão é que em pouco tempo poderemos ter uma surpresa sobre o assunto, pois várias empresas declararam a CPI que fizessem grandes investimentos nos portos para receber e exportar combustíveis.

Várias empresas têm usado artifícios da criação de distribuidoras menores para manter a sonegação. Existem casos já divulgados de empresas brasileiras operando em San Mathias na Bolívia.

Pulverizados em portos de difícil fiscalização a importação de combustíveis corre o risco de virar outro escândalo em sonegação, se um convênio da ANP com o Estado de São Paulo não for celebrado.

### 3 - “DIREITOS” - NORMAS LEGAIS

#### 3.1-TIPIFICAÇÃO DE CRIME

A impunidade conduz e auxilia na facilidade em se conseguir mão-de-obra para operar ilegalmente com combustíveis.

Na minuta em pauta está colocada a razão e o amparo legal para que se crie um projeto de lei, e se tipifique como crime o comércio ilegal de combustíveis em todos os seus níveis e estágios, abordando a participação principal e a solidária também.

Deve-se preparar um projeto de lei neste sentido, e, por se tratar de matéria de âmbito nacional, enviá-lo ao congresso.

#### O AMPARO LEGAL



**DECRETO Nº 2.455 DE 14/01/1998**

O Decreto nº 2.455, de 14/01/1998, implantou a Agência Nacional do Petróleo - ANP, Autarquia sob Regime Especial, aprovando sua Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança e dando outras providências.

*ART.1 - Fica implantada a Agência Nacional do Petróleo - ANP, autarquia sob regime especial, com personalidade jurídica de direito público e autonomia patrimonial, administrativa e financeira, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com prazo de duração indeterminado, como órgão regulador da indústria do petróleo, nos termos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.*

**LEI Nº 8.723 DE 28/10/1993**

A Lei nº 8.723, de 28/10/1993, dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências.

*“Art. 9 - É fixado em vinte e dois por cento o percentual obrigatório de adição de álcool etílico anidro combustivel à gasolina em todo o território nacional.*

*§ 1º O Poder Executivo poderá elevar o referido percentual até o limite de vinte e quatro por cento ou reduzi-lo a vinte por cento.*

*§ 2º Será admitida a variação de um ponto por cento, para mais ou para menos, na aferição dos percentuais de que trata este artigo.”*

**DECRETO Nº 3.824 DE 29/05/2001**

O Decreto nº 3.824, de 29/05/2001, dispõe sobre a adição de álcool etílico anidro combustivel à gasolina.

*“ART.1 - A partir de 31 de maio de 2001 será de vinte e dois por cento o percentual obrigatório de adição de álcool etílico anidro combustivel à gasolina.*

**DECRETO Nº 2.953 DE 28/01/1999**

O Decreto nº 2.953, de 28/01/1999, “dispõe sobre o procedimento administrativo para aplicação de penalidades por infrações cometidas nas atividades relativas à indústria do petróleo e ao abastecimento nacional de combustíveis, e dá outras providências.”

A fiscalização das atividades relativas à indústria do petróleo e ao abastecimento nacional de combustíveis, bem como do funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, será realizada pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, na forma daquele Decreto.

*(No § 2º, do art. 1 “A ação fiscalizadora da ANP será exercida diretamente ou por intermédio de órgãos da Administração Pública, direta ou autárquica, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante convênios em que sejam definidas as condições de desempenho da função, com a delegação de poderes para apuração das infrações, instrução e julgamento das atuações e aplicação das penalidades correspondentes.”*

Este decreto não prevê o crime de “adulteração” ou “adição de quaisquer produtos derivados ou não do petróleo nos combustíveis”, mas prevê que certas ocorrências contidas nos incisos V, VI, VIII, X, XI ou XIII são passíveis de remessa ao Ministério Público para os efeitos previstos no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, nas Leis ns. 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.884, de 11 de junho de 1994, e 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e legislação superveniente.

Portanto, poderia ser proposta a modificação desse decreto, fazendo-se incluir um inciso, de nº XV, no artigo 28, com a seguinte redação:

*“ART.28 - A pena de multa será aplicada na ocorrência das infrações e nos limites seguintes:*

*.....*

**XV - adulterar ou adicionar quaisquer produtos derivados ou não de petróleo aos combustíveis, não previstos em lei ou legislação específica.**

**Multa - de R\$ ..... (..... reais) a R\$ ..... (..... reais).” (AC)**

Em consequência dessa alteração, o art. 35 do mesmo Decreto também seria alterado, para fazer-se incluir o inciso XV nas condições ali previstas, passando a ter a seguinte redação:

*“CAPÍTULO V - Das Disposições Finais*

*ART.35 - Nos casos das infrações previstas nos incisos V, VI, VIII, X, XI, XIII e “XV” do art. 28 deste Decreto, uma vez concluído o procedimento administrativo de apuração, a autoridade competente da ANP, sob pena de responsabilidade, encaminhará ao Ministério Público cópia integral dos autos, para os efeitos previstos no Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, nas Leis ns. 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.884, de 11 de junho de 1994, e 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e legislação superveniente.” (AC)*

Com essa alteração, a Lei nº 9.847/99 também deverá ter acrescido o inciso XIX no art. 3º e alterado o art. 17, que passariam a ter a seguinte redação.

**LEI Nº 9.847 DE 26/10/1999**

*“Dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, estabelece sanções administrativas e dá outras providências.”)*

*“ART.3 - A pena de multa será aplicada na ocorrência das infrações e nos limites seguintes:*

*.....*

**XIX - adulterar ou adicionar quaisquer produtos derivados ou não de petróleo aos combustíveis, não previstos em lei ou legislação específica.**

**Multa - de R\$ ..... (..... reais) a R\$ ..... (..... reais).” (AC)**

*“ART.17 - Constatada a prática das infrações previstas nos incisos V, VI, VIII, X, XI, XIII e “XIX” do art. 3 desta Lei, e após a decisão definitiva proferida no processo administrativo, a autoridade competente da ANP, sob pena de responsabilidade, encaminhará ao Ministério Público cópia integral dos autos, para os efeitos previstos no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, nas Leis ns. 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.884, de 11 de junho de 1994, e 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e legislação superveniente.” (AC)*

**RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO FORNECEDOR**

**LEI Nº 9.847/99**

*“ART.18 - Os fornecedores e transportadores de petróleo e seus derivados, de gás natural e condensado, bem assim de álcool etílico combustivel, respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade, inclusive aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes do recipiente da embalagem ou rotulagem, que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor.*

*§ 1º As companhias distribuidoras proprietárias de equipamentos, destinados ao abastecimento de combustíveis e responsáveis pela sua manutenção, respondem soli-*

*diariamente com os postos revendedores por vícios de funcionamento dos mesmos.*

*§ 2º A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.*

*§ 3º Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica da sociedade sempre que esta constituir obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao abastecimento nacional de combustíveis ou ao Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis.”*

Em decorrência da proposta de modificação anterior, propõe-se também a alteração da Lei nº 8.176/91, que teria acrescido ao seu art. 1º o inciso III, com a seguinte redação:

**LEI Nº 8.176 DE 08/02/1991**

*“Define Crimes contra a Ordem Econômica, e Cria o Sistema de Estoques de Combustíveis.*

**ART.1 - Constitui crime contra a ordem econômica:**

*I - adquirir, distribuir e revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, em desacordo com as normas estabelecidas na forma da lei;*

*II - usar gás liquefeito de petróleo em motores de qualquer espécie, saunas, caldeiras e aquecimento de piscinas, ou para fins automotivos, em desacordo com as normas estabelecidas na forma da lei.”*

**III - adulterar ou adicionar quaisquer produtos derivados ou não de petróleo aos combustíveis, não previstos em lei ou legislação específica. (AC)**

*Pena - detenção de um a cinco anos.”*

Em decorrência da proposta de modificação anterior, propõe-se também a alteração da Lei nº 1.521/51, que teria acrescido ao seu art. 2º o inciso XII, com a seguinte redação:

**LEI Nº 1.521 DE 27/12/1951**

contra a Economia Popular.

**ART.2 -São crimes desta natureza:**

**XII - adulterar ou adicionar quaisquer produtos derivados ou não de petróleo aos combustíveis, não previstos em lei ou legislação específica. (AC)**

*Pena - detenção de seis meses a dois anos e multa de \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_.”*

**3.2 - CONTRATOS CONSTITUTIVOS DE SOCIEDADE, EM ESPECIAL NO RAMO DE COMBUSTÍVEIS, COM SÓCIOS ACOBERTADOS - PROPOSTAS DE TRABALHO**

O termo “laranja” é comumente utilizado para designar pessoas que atuam como escudos protegendo os verdadeiros sócios de determinadas sociedades, ora acobertando negócios escusos, ora para simplesmente manter em sigilo os nomes dos proprietários de um negócio.

Assim, na constituição da sociedade, ao invés de constar o nome dos verdadeiros sócios, são apresentadas terceiras pessoas como tais, de forma que se oculte a verdadeira identidade dos titulares da empresa.

Assim, têm os “laranjas” a função de diante dos olhos do Fisco e das autoridades competentes, constar como sócios das empresas, propiciando aos verdadeiros sócios a livre atuação, arquitetando formas de criar empresas fantasma, e com a facilidade com que são criadas fazê-las desaparecer. Tal prática facilita a transferência de bens de empresas em estado de falência para outras recém-criadas, bem como encerrar empresas que estão sob vigilância severa transferindo bens e atividades para outras sociedades. A atuação dos “laranjas” nesses casos é importante, na medida em que concedem a empresas coligadas ares de empresas totalmente distintas, já que perante os órgãos de fiscalização constam como sócios, pessoas totalmente distintas entre si, enquanto os verdadeiros proprietários permanecem ocultos, facilitando assim, essas transações.

Embora a princípio se torna difícil a identificação desses “laranjas”, a CPI tem propostas em estudo que visam amenizar a questão. Mesmo porque segundo as leis civis e comerciais em vigor, qualquer pessoa civilmente capaz pode exercer a mercancia e em consequência pertencer a uma sociedade, abrir uma empresa.

Sob esse aspecto, o Poder Judiciário vem entendendo sistematicamente que a Secretaria da Fazenda não pode negar o registro de uma empresa apenas e simplesmente por desconfiar ser ela constituída por sócios “laranjas”, se outras provas de simulação não forem apresentadas. Em segundo lugar, todos os dias surgem novas pessoas dispostas a emprestar seus nomes para esse fim, o que obviamente dificulta em muito a identificação de empresas constituídas por simulação, já que esses iniciantes não possuem qualquer registro nos órgãos competentes. Entretanto, alguns procedimentos poderiam ser utilizados, anteriormente à autorização para funcionamento da empresa, no tocante à pessoa dos seus sócios que poderiam propiciar a identificação de uma empresa composta por “laranjas”.

Assim, um dos principais indícios identificadores de simulação é a falta de condições econômicas dos sócios para compor determinada empresa. Bem se sabe que aqueles que pretendem constituir uma sociedade devem ter disponibilidade financeira para tanto e possibilidade para integralizar o seu capital social. É frequente observarmos que grande parte dos “laranjas” não possui aporte financeiro para integrar determinada empresa. Não é raro encontrarmos donos de verdadeiros conglomerados financeiros que possuem como bens pessoais apenas um casebre.

Essa incompatibilidade pode ser considerada indício veemente de que aquela pessoa está acobertando sociedade a qual não pertence. Assim, a apresentação de uma declaração de bens dos pretensos sócios da empresa e a análise de compatibilidade entre esses bens e a sociedade que pretende se iniciar poderia ser uma solução para o problema, mas que esbarra em uma série de dificuldades, que vão desde a proteção constitucional ao sigilo bancário e de bens, até falta de elementos para essa averiguação.

Outra constatação, é a de que em algumas áreas de atuação, como postos de gasolina e distribuidoras, muitas das pessoas utilizadas como “laranjas” se repetem, ou seja, são usadas para compor várias sociedades, muitas vezes simultâneas, com constantes alterações em suas constituições visando embarçar e dificultar a atuação das autoridades fiscalizadoras. Daí, seria essencial municiar tanto a Secretaria da Fazenda quanto a Junta Comercial do Estado de São Paulo visando aperfeiçoar os cadastros existentes, de forma a propiciar o cruzamento de informações entre esses órgãos e com isto identificar os “laranjas” contumazes. Tal procedimento, com certeza, iria inibir a atuação dessas pessoas, e com isto coibir a atuação de “laranjas profissionais”, vale dizer, pessoas que vendem seu nome para esse fim.

Esse segundo procedimento poderia também auxiliar na descoberta das quadrilhas especializadas em criar e desaparecer com empresas, postos de gasolina e distribuidoras, propiciando a identificação dos focos de envolvimento nas diversas regiões do Estado de São Paulo.

Entretanto, como anteriormente ressaltado, todo dia surgem novas pessoas dispostas a ceder seus nomes para as redes de simulação, e apenas uma constante e criteriosa

análise dos arquivos da Junta Comercial poderia propiciar a descoberta dessas simulações.

Não é demais ressaltar a dificuldade em se identificar essas pessoas e consequentemente coibir essa atuação. A constituição de uma sociedade é, em nome da celeridade e dinâmica que envolve os atos comerciais, relativamente fácil e qualquer atuação legislativa visando impor barreiras para a criação das empresas traria dificuldades para o próprio andamento dos atos de comércio.

É preciso bem da verdade criar requisitos específicos para a constituição de empresas no ramo de postos de gasolina e distribuidoras de petróleo. A Secretaria da Fazenda, através de seu órgão especial para essa matéria, vem denunciando tais dificuldades e propondo soluções, já que sua vivência nessa área já conta com anos de trabalho e análise diuturna de questões que envolvem empresas criadas mediante simulação.

**3.3 - LEI DE PENALIDADES DA ANP**

Em inúmeras oitivas da CPI, a questão de penalidades tem se mostrado incoerente com o tamanho e com a seriedade que o assunto merece.

A própria Corregedoria-Geral da União está investigando fiscais da ANP envolvidos em fraudes no mercado de combustíveis, pela dificuldade encontrada pela própria ANP em resolver o caso internamente, prova-se a fragilidade e dificuldade em se aplicar penalidades na ANP.

Empresas e pessoas físicas dispõem de condições de defesa que opacam e tornam-se menos cristalinos os fatos concretos que em qualquer situação, mesmo na justiça comum, a penalização seria imediata.

O que se leva em questão é que a demora e a leveza nos julgamentos e nas penalidades a serem imputadas aos infratores levam, por várias vezes, a servirem de alibi aos mesmos perante a justiça comum, ou seja, podem usar a demora ou o resultado do julgamento da agência reguladora a seu favor.

A CPI, portanto no sentido de auxiliar e amparar legalmente esta agência de regulação, entende que transformando algumas portarias em leis citadas neste próprio relatório, possa assim permitir que a mesma, com maior rigor use o poder de sanção que lhe é pertinente.

Esta CPI reitera a posição de que se realize mudanças drásticas nesta lei anacrônica e ineficaz.

**3.4 - AS DIFICULDADES JUDICIAIS SOFRIDAS PELA CPI VISÃO JURÍDICA DOS PROBLEMAS E DOS LIMITES AO TRABALHO ENFRENTADAS PELA CPI**

As Comissões Parlamentares de Inquérito criadas no âmbito do Estado de São Paulo, muito embora tenham poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, conforme § 2º do art. 13 da Constituição do Estado de São Paulo, têm sofrido com as constantes rejeições às decretações de quebra de sigilo bancário e fiscal por parte, respectivamente, do Banco Central do Brasil e da Receita Federal. Isto porque o Banco Central do Brasil e a Receita Federal não têm reconhecido tais poderes de investigação próprios das CPLs estaduais requisitarem diretamente a esses órgãos os dados fiscais e bancários dos envolvidos.

Estas constantes objeções criadas por tais órgãos dão origem à discussão judicial quanto à abrangência dos poderes de investigação das CPLs criadas nos Estados-membros.

Em decorrência, a falta de celeridade que geralmente assume um processo judicial embarça as investigações realizadas no âmbito de uma CPI que, conforme mandamento constitucional, tem prazo certo para concluir seus trabalhos investigativos.

A respeito, a Juíza federal Lília Botelho Neiva Milhomens, da 4ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, julgou procedente mandado de segurança,1 ajuizado pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo contra ato do Presidente do Banco Central do Brasil, acentuando2:

*“A Constituição Federal de 1988 prevê a criação de comissões parlamentares de inquérito pelo Congresso Nacional e suas Casas, dotadas de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros, previstos nos regimentos internos das respectivas Casas.*

Nesse mesmo prisma traçado pelo Constituinte e em consonância ao princípio federativo que rege os entes federados, nos termos dispostos no art. 25 da Constituição Federal vigente, restou disciplinado na Constituição Estadual, em perfeita sintonia com a Carta Federal, o poder de investigação atribuído às Comissões Legislativas Inquérito, instaladas no âmbito do estado de São Paulo, dotadas dos mesmos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Ora, se a norma estadual está em perfeita sintonia com os princípios e disposições elencados na Carta Maior, há que se proceder à correta exegese do artigo 38 e seus parágrafos da Lei 4.595/64, a compatibilizá-los ao texto maior, eis que as informações em questão são extremamente relevantes para a consecução da finalidade precípua da criação da comissão de inquérito, consubstanciada na conclusão da investigação legislativa estadual. Assim, não justifica o argumento de que as exceções previstas no art. 38 da Lei 4.595/64 só se referem às comissões parlamentares de inquérito no âmbito do Poder Legislativo Federal, eis que tal conclusão é incompatível com o escopo da criação dessas comissões. Consigne-se que o parágrafo 2º do art. 38 acima referido estabelece que “O Banco Central do Brasil e instituições financeiras públicas prestarão informações ao Poder Legislativo, podendo, havendo relevantes motivos, solicitar serem mantidas em reserva ou sigilo.

E, ainda, o § 4º do mesmo dispositivo discrimina que, quando os pedidos de informações ao Banco Central do Brasil e instituições financeiras públicas ao Poder Legislativo for proveniente de Comissão Parlamentar de Inquérito, devem os mesmos ser precedidos de aprovação pela maioria absoluta de seus membros. Dessa forma, verifica-se que a própria Lei n.4.595/64 prevê a possibilidade de serem requeridas informações ao Banco Central do Brasil por intermédio de Comissão Legislativa de Inquérito de qualquer esfera, sem necessidade de autorização judicial. Por fim, como bem expressou o ilustre representante do Ministério Público, Doutor Divino Donizette da Silva, “é infundado o argumento de que as exceções previstas no artigo 38 da Lei n. 4.595/64, só se refere às Comissões Parlamentares de Inquérito criadas no Poder Legislativo Federal, isto porque as Assembléias Legislativas detêm, também, competência para investigar fatos mediante a instauração de CPI”.

Interpretações das portarias do sistema

No que concerne à competência regulamentar, a ANP vem editando Portarias que visam não só a criar um mercado mais competitivo, como também assegurar os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos. Convém ressaltar que tais diretrizes, ou seja, a competitividade de mercado e a proteção aos direitos do consumidor, além de serem princípios constitucionais, estão entre os objetivos a serem observados pela política

nacional para o aproveitamento racional das fontes de energia, haja vista o artigo 1º da Lei nº 9478/97.

Assim sendo, desde as implantações efetivas da ANP, que ocorreram em 1998, vêm sedo editadas Portarias que regulamentam as mais diversas atividades que integram a indústria do petróleo. Por atividades integrantes da indústria do petróleo entendem-se aquelas relacionadas à exploração, desenvolvimento, produção, refino, processamento, transporte, importação e exportação de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e seus derivados.

O caminho para liminares

Dentre as Portarias editadas pela Agência, as que são mais combatidas pelos agentes econômicos, por intermédio do Poder Judiciário, são aquelas que se direcionam à regulamentação de um segmento específico, qual seja, o abastecimento nacional de combustíveis. Em outras palavras, são aquelas Portarias que têm como alvo a regulamentação das atividades de distribuição e de revenda de combustíveis líquidos derivados de petróleo e outros combustíveis automotivos.

Os agentes econômicos que exercem estas atividades de distribuição e de revenda de combustíveis são as empresas distribuidoras, as Transportadoras-Revendedoras-Retalhistas e os Postos Revendedores.

As empresas distribuidoras são especializadas para a comercialização por atacado com a rede varejista ou com grandes consumidores de combustíveis, lubrificantes, asfaltos e gás liquefeito envasado. Adquirem os combustíveis dos fornecedores e vendem para os postos revendedores, para as TRR’s (Transportadoras-Revendedoras-Retalhistas) e para os grandes consumidores.

As TRR’s são credenciadas para comercializar óleo combustível (apropriado para queima em caldeiras e fornos), óleo diesel e querosene. A atividade de TRR compreende a aquisição, armazenamento, transporte, comercialização e o controle de qualidade dos combustíveis. As TRR’s adquirem produtos a granel das distribuidoras, e os revendem a retalho diretamente no domicílio do consumidor.

Finalmente, os postos revendedores dedicam-se à atividade de venda a varejo, lubrificantes e gás liquefeito envasado. Adquirem produtos das distribuidoras e revendem aos consumidores.

De observar que as distribuidoras, as TRR’s e os postos revendedores insurgem-se contra as Portarias, que regulamentam as suas atividades, de modo a obterem tutela judicial que a isentem de cumprir as exigências que são devidas, o que implicaria, em última análise, no exercício da atividade comercial à margem do poder fiscalizatório da ANP.

As Portarias que costumam ser objeto de ações judiciais são:

- Portaria ANP 116/00, que regulamenta a atividade de Posto revendedor de combustíveis;
- Portaria ANP 72/00, que regulamenta o procedimento de aquisição de gasolina e óleo diesel por parte das empresas distribuidoras;
- Portaria ANP 202/99, que regulamenta a atividade de distribuição de combustíveis;
- Portaria ANP 201/99, que regulamenta a atividade de Transportador-Revendedor-Retalhista de combustíveis, exceto álcool, gasolina e GLP - gás liquefeito de petróleo;
- Portaria ANP 29/99, parcialmente revogada pela Portaria ANP 202/99, regulamenta a atividade de distribuição de combustíveis;
- Portaria ANP 115/99, revogada pela Portaria ANP 72/00, regulamentava o procedimento de aquisição de gasolina e óleo diesel por parte das empresas distribuidoras;
- Portaria MME 10/97, revogada pela Portaria ANP 201/99, regulamentava a atividade de Transportador-Revendedor-Retalhista de combustíveis, exceto álcool, gasolina e GLP - gás liquefeito de petróleo.

Quais são as exigências que as empresas mais atacam, com o intuito de não ter que cumpri-las, bem como as razões que levaram a ANP a estipular tais exigências, por intermédio de suas portarias.

**PORTARIA ANP 116/00**

**1. Identificação da Origem do Combustível**

O artigo 11 e seus parágrafos, que tem como objetivo a segurança do consumidor quanto a origem do combustível comercializado, estabelece que o revendedor que exibir uma determinada marca comercial, somente poderá vender combustível fornecido pelo distribuidor detentor daquela marca exibida. Exemplificando, um revendedor que ostente a marca “X”, somente poderá vender combustível fornecido pela distribuidora “X”. Trata-se de uma fidelidade a bandeira imposta aos postos revendedores, consagrando um procedimento já costumeiro entre estes e as empresas distribuidoras.

Por outro lado, caso o revendedor opte por não exibir marca de um distribuidor específico, revendedores chamados de “bandeira branca”, deverão indicar em cada bomba abastecedora, o distribuidor do combustível fornecido naquela bomba.

Em outras palavras, o consumidor sempre saberá a origem do combustível que coloca no seu carro. Tudo claro, transparente, permitindo, por exemplo, buscar responsabilidades no caso de venda de combustível adulterado.

É lamentavelmente comum a adição de solventes, por exemplo, nos combustíveis vendidos aos consumidores, causando danos irreparáveis aos seus veículos. E isso vem sendo feito, principalmente, pela dificuldade de se verificar a origem dos combustíveis vendidos nos postos revendedores.

Não há qualquer restrição às empresas distribuidoras e aos postos revendedores quanto ao combustível que fornecem aos seus clientes. Podem os revendedores venderem combustível de qualquer distribuidora, desde que, identifiquem, claramente, junto ao consumidor, a origem do combustível vendido. É um direito básico do consumidor, que já vem, inclusive, determinado no Código de Proteção ao Consumidor - Lei 8.078/90, conforme se vê dos incisos III e IV do artigo 6º.

**PORTARIA ANP 72/00 e PORTARIA ANP 115/99**

**1. Sistemática de aquisição de combustíveis por parte das distribuidoras**

Historicamente, o procedimento de homologação dos pedidos mensais de combustíveis automotivos, realizados pelas distribuidoras aos produtores era baseado em liberação de cotas mensais, visando uma distribuição que atendesse às distribuidoras e resguardasse o estoque nacional de combustíveis. Esta homologação mensal era atribuída ao órgão estatal que detinha a competência para regulamentar o setor do petróleo e seus derivados: Conselho Nacional de Petróleo - CNP, Departamento Nacional de Combustíveis - DNC e, atualmente, Agência Nacional de Petróleo - ANP.

Desde a vigência da Portaria ANP nº 115/99, foi instituído um regime alternativo para as distribuidoras, que poderiam adquirir os seus produtos sem submeter-se ao procedimento homologatório da citada Portaria, bastando, para tanto, que celebrassem contrato de fornecimento diretamente com os produtores de combustíveis. Ou a distribui-

dora adquiria combustíveis pela sistemática de pedidos mensais homologados pela ANP, ou adquiria combustíveis mediante contrato de fornecimento diretamente com o produtor. Essa possibilidade estava prevista no artigo 12 da Portaria ANP 115/99.

Posteriormente foi editada a Portaria ANP nº 72/00, que é o ato administrativo que atualmente regulamenta os procedimentos a serem observados pelo distribuidor de combustíveis derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos para aquisição de gasolina automotiva e óleo diesel do produtor. Nesta Portaria, em seu art. 6º, também está prevista a celebração do contrato de fornecimento, diretamente, entre as empresas distribuidoras e o produtor:

Sendo assim, na sistemática atual traçada pela Portaria ANP 72/00, continua sendo uma opção da empresa adquirir combustíveis ou pelo regime de pedidos mensais junto a ANP ou pelo regime de contrato de fornecimento e, nesse último caso, a empresa tem a oportunidade de, manifestando a sua vontade, adquirir o volume de combustível que desejar, necessitando, para tanto, da anuência do outro contratante apenas, e não da ANP.

O contrato de fornecimento de combustíveis celebrado entre a distribuidora e o produtor há que ser homologado pela ANP. Esta homologação pressupõe uma análise na situação cadastral da empresa, a fim de verificar se a mesma encontra-se apta a operar . Na ficha cadastral vêm relacionados dados da empresa como o registro dela na ANP, o credenciamento no SICAF, a comprovação de base própria com 750 m3 de capacidade mínima de armazenamento de combustíveis, bem como os demais requisitos exigidos atualmente pela Portaria ANP 202/99 a fim de que uma empresa mantenha seu registro e autorização para exercer a atividade de distribuição de combustíveis. Não há nenhuma ingerência da ANP no tocante a quantidade de combustível que a empresa vai adquirir do produtor para revender.

No que concerne a homologação de pedidos mensais, estes são condicionados a uma variação percentual de 6% e de 10% para o óleo diesel e a gasolina, respectivamente. O aumento no volume vai se dar em função de uma média aritmética dos respectivos volumes efetivamente retirados pela distribuidora nos dois meses anteriores ao pedido. Portanto, o aumento das quotas mensais está diretamente relacionado com a comercialização do produto. Até porque, não há o interesse de uma distribuidora em adquirir quotas mensais que ela não consegue comprovar a comercialização.

Nada impede que uma distribuidora, que opere mediante contrato de fornecimento diretamente com o produtor, migre para o sistema de pedidos mensais, devendo, portanto, ter seus pedidos de aquisição de óleo diesel e de gasolina, submetidos às variações percentuais mensais de 6% e de 10%, respectivamente. Essas variações mensais fazem com que a retirada de combustível, feita pela distribuidora, seja sempre proporcional à quantidade de combustíveis que a mesma vem comercializando. Existe uma ingerência da ANP na quantidade de combustível que a distribuidora irá adquirir.

É comum as empresas distribuidoras submeterem-se inicialmente ao regime de quotas da Portaria ANP nº 72/00 e, uma vez nesse sistema, formulam um pedido superior ao disciplinado pela Portaria que, consequentemente, será indeferido. Ingressam então no Poder Judiciário buscando um pedido liminar visando adquirir a quantidade que quiser, não se submetendo a qualquer um dos regimes existentes, nem o sistema de pedidos mensais, nem o contrato diretamente com o produtor.

#### PORTARIA ANP 202/99

##### 1. Base Própria

A base própria corresponde às instalações na qual a empresa vai armazenar o produto a ser distribuído. Passou a ser exigida pela Portaria ANP 202, de 31 de dezembro de 1999 a fim de evitar que as distribuidoras operassem somente em instalações de terceiros, passando a ter uma infra-estrutura própria, compatível com a atividade de utilidade pública que exercem. Aliás, a atividade não é só de utilidade pública, é também estratégica na medida em que há a necessidade de uma correta distribuição de combustíveis em todo o território nacional.

Buscou-se evitar que as distribuidoras adquiram os combustíveis da refinaria, por meio de caminhões transportadores, e os levem diretamente para os postos revendedores. A base própria passou a ser uma espécie de entreposto.

Uma base pode ser primária ou secundária. Na base de distribuição primária há o bombeamento dos combustíveis feito na refinaria, sendo estes transportados por meio de oleodutos. Já na base de distribuição secundária, os derivados são transferidos para lá por meio de caminhões.

Antes da Portaria 202/99 as distribuidoras poderiam operar tanto em instalações próprias ( base própria), quanto em instalações de terceiros mediante um contrato de cessão de espaço e de armazenamento. No entanto, após a Portaria 202/99, tornou-se obrigatório que cada distribuidora possua instalação própria com uma capacidade mínima de armazenamento de 750 m3 para poder ter - ou manter - a autorização para o exercício de sua atividade comercial. Nada impede que, mesmo tendo base própria, a distribuidora alugue instalações de terceiros para ampliar sua comercialização sem as despesas que uma base própria requer.

A Agência tem aceito que as distribuidoras, ao invés de possuírem uma base própria, operem em condomínio. Para tanto, a cota - parte de cada uma tem que corresponder a 750 m3 de capacidade de armazenamento, no mínimo.

Pelo teor da Portaria ANP 202/99, toda e qualquer empresa que pretende operar no ramo de distribuição de combustíveis necessita ter instalações próprias a fim de receber o produto a ser comercializado. Sendo assim, é exigida a apresentação do projeto de base própria quando do pedido de obtenção de registro e, posteriormente, é exigida a comprovação da base própria para que a autorização para o exercício da atividade de distribuição seja concedido a empresa.

A exigência da base própria com capacidade mínima de 750 m3, além de se coadunar com a suposta estrutura em que se encontra a indústria do petróleo, é uma exigência motivada pela natureza de utilidade pública inerente à atividade de uma distribuidora de combustíveis. E não foi sem razão que, após um estudo detalhado, a Portaria ANP nº 202/99 definiu a necessidade de uma empresa distribuidora possuir base própria com capacidade de armazenamento de 750m3, no mínimo.

A capacidade de armazenamento, ou tancagem, pode ser entendida como a quantidade de tanques que uma distribuidora possui na área de armazenamento da sua base, aptos para receber o combustível adquirido das refinarias. Esses tanques, juntamente com outros equipamentos, como moto-bombas, tubulações, bicos de carregamento etc., compõem a estrutura denominada base de armazenamento e distribuição.

Antigamente, apenas 41 das 191 empresas distribuidoras existentes possuíam suas próprias bases. E dessas 41

empresas, 5 comportam 88,4% da capacidade da tancagem no país. Em outras palavras, todo o combustível produzido no Brasil fica armazenado em tanques de propriedade de 41 empresas distribuidoras, sendo que, a maior parte desse combustível é controlado por apenas 5 distribuidoras.

Diante desse quadro, que concentrava a tancagem de combustíveis em poucas empresas, a Agência Nacional do Petróleo, que tem entre outros objetivos o de garantir o suprimento de derivados de petróleo em todo o território nacional, deu início ao projeto de tornar mais ampla a capacidade de armazenamento das empresas distribuidoras. Para tanto, nada mais lógico e seguro para a implantação de uma política de abastecimento que atenda ao interesse nacional e, em especial, aos interesses dos consumidores, conforme preconiza o artigo 1º da Lei 9.478/97, do que obrigat a todas as empresas que atuam - e lucram - com a atividade de distribuição, a possuírem as suas próprias bases.

A tancagem não precisa estar localizada no mesmo terreno, por exemplo, pode uma distribuidora ter 10 (dez) bases próprias espalhadas em todo o território nacional, cada qual com capacidade de 75 m3 cada uma.

A capacidade mínima de 750 m3 de armazenamento de combustíveis independente da retirada de combustíveis que a distribuidora venha a fazer. Uma vez que não há a vinculação entre a capacidade de armazenamento que uma distribuidora possui, e a quantidade de combustível que adquire para vender, poderia, por exemplo, uma distribuidora retirar a mais do que a base própria tem capacidade de armazenar, desde que, para tanto, possua contratos de cessão de espaço homologados, na forma do que dispõe o artigo 11 da Portaria ANP 202/99.

##### 2. Capital Social

O capital social é mais um dos parâmetros mínimos que garantem uma correta distribuição de combustíveis em todo o país.

Dessa forma, a ANP, considerando o preço médio do metro cúbico do combustível e os investimentos necessários para tancagem e estoque, elaborou um estudo, com o objetivo de se chegar ao valor ideal do capital social de uma distribuidora que atenda a seis postos revendedores por mês.

Como o volume de comercialização mensal de combustíveis para seis postos revendedores atinge a média de 1.250 m3, e diante de uma tancagem mínima necessária de 750 m3, com o preço atual do m3, chegou-se ao capital social mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Importante ressaltar que esse valor considera, também, a carga tributária de 35% a ser suportada pelas empresas distribuidoras.

##### 3. SICAF

O artigo 4º, inciso IV em conjunto com o artigo 16, da Portaria ANP nº 202/99, exigem a comprovação da regularidade perante o SICAF como um dos requisitos necessários a obtenção e manutenção do registro de distribuidor.

O SICAF - Sistema de Cadastromento de Fornecedores, é um cadastro oficial do Poder Executivo, regulamentado pela Instrução Normativa nº 05, de 21/07/1995, do Ministério de Administração Federal e Reforma de Estado - MARE. As empresas que pretendem ficar credenciadas no SICAF devem apresentar determinadas certidões, de modo a comprovarem a sua idoneidade financeira.

Antes da Portaria 202/99, que exige a prova da regularidade perante o SICAF, havia a Portaria ANP 29/99 que, ao regulamentar a atividade de distribuição de combustíveis, exigia certidões negativas que são exatamente as mesmas exigidas no SICAF. Então, quando da edição da Portaria ANP 202/99, simplesmente foi exigido que as empresas comprovassem estar credenciadas perante o SICAF. Além de ser uma facilidade para o administrado, a prova de regularização junto ao SICAF demonstra, com maior segurança para os consumidores, em última análise, a regularidade na atuação da empresa distribuidora.

De acordo com o item 1.1. da Instrução Normativa nº 05, de 21/07/1995, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado - MARE, que regulamenta o SICAF, este é um registro cadastral oficial do Poder Executivo Federal, não estando condicionado a pessoas jurídicas que desejam participar de licitações com o Poder Público.

Logo, se a Administração Pública possui um cadastro oficial de empresas que comprovam junto ao SICAF, sua regularidade tributária, nada impede, ao contrário recomenda, que uma Autarquia Federal utilize este cadastro oficial para comprovar a regularidade fiscal - tributária das empresas que desejam atuar na atividade de distribuição.

##### 4. Homologação de contrato de cessão e espaço

A Portaria 202/99 determina em seu artigo 11 que “os contratos de cessão de espaço e de arrendamento de instalações de terceiros somente serão homologados, pela ANP, após o atendimento da capacidade de tancagem mínima de armazenamento estabelecido no inciso II, do art. 10 desta Portaria”.

E, de acordo como artigo 10, inciso II, a empresa tem que comprovar a propriedade da base própria para obter a autorização para o exercício da atividade de distribuição. Importante colocar que a comprovação da base esteve submetida ao prazo de 12 meses conforme o inciso III do artigo 15 da Portaria 202/ 99 e, recentemente este prazo foi prorrogado até 31 de março de 2001 pela Portaria ANP 266/00.

Enquanto o prazo para a comprovação da base própria, por parte das distribuidoras, esteve em curso, a ANP posicionou-se no sentido de que os contratos de cessão de espaço antigos, que foram se renovando, deveriam ser homologados. Hoje em dia, findo tal prazo de comprovação da base própria, os novos contratos, não estão sendo homologados para evitar que as empresas permaneçam operando mediante tais contratos e, ao fim do prazo de 12 meses, simplesmente desapareçam do mercado.

#### PORTARIA ANP 201/99

##### 1. Liberdade de comercialização de combustíveis

As TRRs atuam no mercado adquirindo óleo diesel e querosene de uma distribuidora, devidamente registrada e autorizada na ANP, para revendê-los no domicílio do consumidor, que pode ser um circo, uma fazenda, etc.

Historicamente o TRR sempre foi uma atividade comercial destinada a revender óleo combustível, óleo diesel e querosene, ou seja, desde 1988, por força da Resolução nº 04 /88 do Conselho Nacional do Petróleo, as **TRRs são dotadas da proibição de comercializar gasolina e álcool combustível**.

As TRRs desenvolvem uma atividade comercial de revenda de combustíveis restrita ao diesel e ao querosene, tendo um público alvo completamente diferente do público a ser atingido pelos postos revendedores e pelas empresas distribuidoras. Desta forma, cada atividade é regulamentada por uma Portaria específica que leva em conta os riscos da comercialização, as características dos produtos comercializados e a proteção ao consumidor.

As TRRs caracterizam-se principalmente pela entrega do produto no domicílio do consumidor, ao passo que os postos revendedores de combustíveis, através dos equipamentos apropriados somente neles existentes, são credenciados para a venda a varejo de combustíveis sendo a eles

vedada a venda a domicílio (PORTARIA ANP nº 116 DE 05.07.00).

No tocante à diferença existente entre as TRRs e as empresas distribuidoras, é importante observar que cada uma desenvolve uma atividade comercial diferente. As Cias. Distribuidoras são empresas especializadas na comercialização por atacado com a rede varejista ou com grandes consumidoras de combustíveis, ao passo que as TRRs adquirem produtos a granel e os revendem a retalho, com entrega no domicílio do consumidor (ex. fazenda, circo...)

Em relação à restrição à comercialização de produtos por parte de uma TRR, que somente está autorizada a revender óleo diesel e querosene, tal restrição é movida por uma intervenção estatal nesta atividade econômica, que tem como objetivo a proteção ao consumidor e o interesse público.

##### 2. SICAF

As razões que fundamentaram a exigência da comprovação da regularidade perante o SICAF, para as empresas distribuidoras, por intermédio da Portaria ANP 202/99, são as mesmas razões que nortearam a Portaria ANP 201/99, no que se refere a regularidade fiscal - tributária das TRRs.

#### PORTARIA ANP 29/99

##### 1. Aquisição de combustíveis entre congêneres

Quando a ANP iniciou as suas atividades, constatou que no ramo de petróleo levado a cabo pelas distribuidoras, as irregularidades eram muitas, desde fraudes no sistema de ressarcimento de fretes, adulteração de produtos, evasão fiscal, dentre outros. Como órgão regulador e especialmente implantado para fiscalizar a atividade do petróleo, a ANP determinou, através da Portaria 29/99, o recadastramento de todas as empresas distribuidoras de combustíveis a fim de analisar os dados cadastrais das respectivas empresas.

No que concerne à comercialização entre congêneres, o objetivo da Portaria ora atacada, ao evitar essa forma de comercialização, foi o de preservar a sistemática nacional de abastecimento, defendendo os interesses dos consumidores, conforme determinação constitucional. E, está claro que tal motivação da ANP ao editar a Portaria impugnada é bem mais relevante do ponto de vista do interesse público que o simples fato de permitir que uma distribuidora adquira combustível por um preço menor de uma empresa congênera.

O produtor é um só, no caso, a Petrobrás, e o preço é igual para todas. Com isso, fica reduzida a margem de lucros das distribuidoras, impossibilitando a prática de comercialização de combustíveis entre elas. Salvo se o lucro advier de práticas condenáveis, como a adulteração e a sonegação fiscal, ou ainda, de distribuidoras com liminares que a isentam do recolhimento do PIS/COFINS.

Outrossim, é visível aos olhos que, uma vez admitida à comercialização de combustíveis entre congêneres, o que realmente não se espera, e, afastando-se as hipóteses acima elencadas de fraude, a inserção de mais um agente na cadeia econômica de revenda e distribuição de combustíveis encarceraria por demais o combustível, o que representaria um ônus que certamente será repassado aos consumidores.

A proibição de comercialização com congêneres, permanece mesmo sob a égide da atual Portaria ANP 202/99, que não revogou o inciso III do artigo 3º da Portaria ANP 29/99 e, sendo assim, permanece a determinação às distribuidoras para que solicitem e retirem os produtos exclusivamente de fornecedores autorizados.

Em relação ao artigo 18 da Portaria impugnada, é importante frisar que o prazo de trinta e seis meses do artigo 69 da Lei nº 9.478/97 foi prorrogado por força da recente Lei nº 9.990/00 que dispõe, em seu artigo 2º, que o período de transição vai até, no máximo, 31 de dezembro de 2001.

#### PORTARIA MME 10/97

##### 1. Liberdade de comercialização de combustíveis

A Portaria 10/97, no esteio dos atos que anteriormente regulamentavam as atividades de TRR, manteve a vedação a que as mesmas pudessem comercializar álcool e gasolina. Ressalte-se que, as razões são as mesmas que fizeram com que a Portaria ANP 201/99 mantivesse tal proibição.

##### 2. Aquisição de combustíveis de distribuidoras de qualquer unidade da federação

A vedação a que uma TRR adquira óleo diesel e querosene, de base de distribuidora situada em qualquer unidade da federação, encontra-se prevista no artigo 9º, inciso VIII da Portaria MME 10/97.

Conforme elucidado acima, a TRR atua em áreas cuja distribuição de combustíveis não é atingida pelas empresas distribuidoras. As categorias não se confundem, havendo exigências diversas para cada uma. Inclusive a tributação relativa às mesmas sofre diferenciação, não podendo empresas distribuidoras comercializar combustíveis nas áreas de atuação das TRR's, sob pena de incidência de tributo adicional.

Trata-se de uma outra intervenção estatal na atividade econômica desenvolvida pelas TRRs, pois, as mesmas são autorizadas a adquirir combustíveis somente de bases de distribuição situada na mesma unidade da federação, ou, caso a mesma não exista, podem adquirir de base de distribuição da unidade da federação mais próxima.

A vedação a que as TRRs adquiram de base de distribuição de qualquer unidade da federação encontra fundamento principalmente na possibilidade de elisão fiscal.

Considerando que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 155, inciso X, alínea b, permite a não-incidência de ICMS nas operações interestaduais de produtos derivados de petróleo, poderiam as TRRs, valendo-se desta garantia constitucional, adquirirem combustíveis junto a base de distribuição situadas em outros Estados, mesmo existindo, próximas de seus postos de venda, bases em condições de atender às suas demandas.

Com isso, essas empresas vinham auferindo vantagens descabidas porque, adquirindo combustíveis livres do ICMS, ao invés de repassarem essa vantagem para os consumidores, comercializavam os produtos aos mesmos preços das demais revendedoras, portanto, com margem de lucro superior à do mercado, em flagrante concorrência desleal.

##### 3. Aquisição de combustíveis de congêneres

Com relação à pretensão de adquirir produtos de TRRs congêneres, tal excesso de liberdade de comercialização não tem fundamento. A determinação textualmente inserida no artigo 5º, da Portaria MME 10/97, de que a TRR somente poderá adquirir produtos de empresa autorizada pelo DNC a atuar como distribuidora, tem por base ensejar uma fiscalização que preserve o interesse do consumidor, devendo-se eliminar o risco a que o mesmo estaria exposto se adquirisse combustível de procedência desconhecida.

O combateito art. 5º, da revogada Portaria MME nº 09/97, corresponde atualmente ao art. 8º, da Portaria ANP nº 116/00 e, é uma das armas mais importantes no controle de qualidade dos combustíveis comercializados pelos Postos Revendedores, consoante o art. 8º, da Lei nº 9.478/97.

Uma empresa que deseja atuar no ramo de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool carburante e outros combustíveis automotivos deve cumprir os requisitos estabelecidos na Portaria ANP nº 201/99. Sendo uma TRR regular a ANP tem o Poder de Polícia de controlar, fiscalizar e regulamentar as atividades por ela praticadas.

Outrossim, tal liberdade de comercialização entre congêneres poderia acarretar sérios prejuízos financeiros à União na hipótese de ocorrência de uma elisão fiscal.

Conforme explicitado acima, a evasão fiscal seria possível na medida em que as TRRs pudessem adquirir e comercializar também gasolina e álcool de TRRs congêneres, haja vista a não incidência de ICMS nas operações interestaduais de produtos derivados de petróleo.

Portanto, algumas empresas sem capacidade de operar se apóiam no judiciário para poder optar, mesmo que provisoriamente. Uma vez sem responsabilidades fiscais e financeiras sobre a empresa, o responsável opta por realizar um amplo estudo de como pode sonegar imposto na operação, deixando após algum tempo um imenso prejuízo para a sociedade.

Com este trabalho a CPI procurou dar mais amparo e justificativa à defesa da Lei e de regulamentos existentes, para que exista um bom funcionamento do sistema como um todo, impedindo o empresário irregular de ir buscar refúgio em liminares e assim impedir o real conhecimento e a penalidade a que faz jus o problema.

As Procuradorias dos órgãos legislativos gastam um enorme tempo e esforço nestas questões, que deveriam ser canalizados para outras prioridades.

#### 5 - PROBLEMAS JUDICIAIS PENDENTES

- Durante a oitiva do Sr. Ricardo Lyra Daim, apresentaram-se o Dr. Marcelo Pascoal de Moraes, assessor da Comissão de Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de São Paulo, salientando que os Doutores Ronaldo Augusto Bretas Marzagão e Rodrigo Bretas Marzagão, advogados do Sr. Joaquim Felipe Santólia de Souza, teriam a prerrogativa de acompanhar a referida reuniões reservada da “CPI dos Combustíveis”.

A referida Comissão Parlamentar de Inquérito, para assegurar o resultado das investigações que estavam sendo realizadas, bem como porque os referidos advogados não eram patronos do Sr. Daim, resolveu indeferir o acompanhamento de tal depoimento.

A “CPI dos Combustíveis”, conforme está demonstrado, em momento algum, impediu que testemunhas ou eventuais indicados fossem ouvidos sem a presença de seus patronos. Cumpriu-se durante todo o seu trabalho o contido no art. 133 da Constituição Federal.

Entretanto, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de São Paulo impetrou mandado de segurança perante o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para assegurar que os advogados Ronaldo Augusto Bretas Marzagão e Rodrigo Bretas Marzagão possam comparecer às sessões públicas ou sigilosas da referida Comissão Parlamentar de Inquérito, com fulcro no art. 133 da Constituição Federal e na Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia). Ao apreciar pedido de liminar, o DD. Desembargador ADALBERTO DENSER DE SÁ, no exercício da 1ª Vice Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo, a deferiu parcialmente para que os advogados Ronaldo Augusto Bretas Marzagão e Rodrigo Otávio Bretas Marzagão possam acompanhar tão-somente seu cliente Joaquim Felipe Santólia de Souza nas sessões públicas e ou sigilosas da chamada “CPI dos Combustíveis”.

Salientou o Excelentíssimo Desembargador DENSER DE SÁ:

“Verificam-se, no caso, da análise da documentação oferecida, as condições para a concessão parcial da liminar.

Estando os advogados acima nominados representando, por procuração nos autos da CPI, a pessoa de Joaquim Felipe Santólia de Souza, têm eles interesse em comparecer nas sessões - públicas e ou sigilosas - apenas para a oitiva de seu cliente, vedada a presença para a oitiva de outras pessoas, dado o caráter sigiloso dos trabalhos decretado pelo Sr. Presidente da CPI, pois, o teor do art. 133 da Constituição, “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.

Isto posto, defiro a liminar, tão-somente para que os advogdos Ronaldo Augusto Bretas Marzagão e Rodrigo Otavio Bretas Marzagão possam acompanhar seu cliente Joaquim Felipe Santólia de Souza nas sessões públicas e ou sigilosas nas chamada “CPI dos Combustíveis”.

Em 16 de maio de 2002, o Excelentíssimo Desembargador LUÍS DE MACEDO, 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, após apreciar agravo regimental da Impetrante, reconsiderou a decisão prolatada pelo Desembargador ADALBERTO DENSER DE SÁ, salientando:

“Com a máxima vênia, reformo o r. despacho de f. 107/1087 para o fim de conceder integralmente a liminar.

Concedeu-se a proteção judicial para que os advogados constituídos por Joaquim Felipe Santólia de Souza pudessem comparecer às sessões públicas ou sigilosas “apenas para a oitiva de seu cliente, vedada a presença de outras pessoas, dado o caráter sigiloso dos trabalhos decretado pelo Sr. Presidente da CPI.

No entanto, somente se pode considerar pleno o exercício do direito de defesa quando permitida a presença e atuação dos advogados da pessoa interessada em qualquer inquérito em todos os atos do procedimento.

A defesa, tal qual concebida, pelas normas vigentes no País, não haverá de ser possibilitada pelo advogado do interessado somente no momento em que este tem participação direta na investigação; limitações impostas para outras fases do procedimento podem, em tese, significar prejuízo para o interessado.

Ante o exposto, com a devida vênia, reformo o r. despacho mencionado para o fim exposto na inicial (f. 21).

Prejudicado o agravo regimental, prossiga-se”.

A Assembléia Legislativa, em 17 de maio de 2002, requereu ao DD. 1º Vice-Presidente a reconsideração da decisão proferida em 16 de maio, pois com base em lei, a CPI poderá realizar sessões reservadas para que as discussões e deliberações investigatórias tomadas pelo órgão colegiado (CPI) possam ter resultados satisfatórios. Entretanto, o Desembargador LUÍS DE MACEDO entendeu, novamente negou o pedido de reconsideração ao afirmar: Esta decisão inviabiliza demasiadamente as típicas funções do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar.

Ensina o Procurador da República LUÍS CARLOS DOS SANTOS GONÇALVES “:

“De sua finalidade estritamente investigativa, sem destinar-se à aplicação da lei ou dirimição de controvérsias, decorre o caráter inquisitivo das investigações das CPIs, vale dizer, não se realizam elas sob o crivo do contraditório, regime no qual ‘há participação das partes e do juiz na colheita de prova’, conforme ADA PELLEGRINI GRINOVER. Perante as Comissões Parlamentares de Inquérito não se reconhecem provas, que poderiam requerer produção de prova, trazer parates aos autos e reconhecer a prova das outras.

Dizer que é inquisitiva a natureza das investigações das Comissões Parlamentares não autoriza o entendimento de que elas possam desrespeitar os direitos das pessoas investigadas ou que são chamadas a colaborar com seus trabalhos, ou que elas possam adotar provas ilícitas. Autoriza, outrossim, que, respeitados estes direitos, ela se valha dos métodos de maior eficácia na colheita e obtenção das provas e informações”.

Mais adiante, salienta:

“Cuida-se, portanto, de investigações inquisitivas de natureza administrativa, ou seja, não jurisdicionais, com finalidades políticas. As investigações de comissões parlamentares podem, destarte, ser definidas como procedimentos administrativos, inquisitivos, autônomos, destinados à apuração de fatos certos e determinados que lhe deram início”4.

Constata-se, pois, que Comissão Parlamentar de Inquérito, agindo com respeito ao direitos constitucionalmente assegurados, deverá agir e zelar por um resultado final satisfatório ao deslinde do fato determinado.

Diante da norma constitucional (art. 58, § 3º, CF), as Comissões Parlamentares de Inquérito devem tomar decisões mediante votação conjunta dos membros que a compõem.

Ressalte-se que todas as decisões de fundamental importância para a elucidação do fato determinado devem ser tomadas em reunião dos membros da Comissão Parlamentar.

A propósito, consignou o Ministro Celso de Mello<sup>5</sup> que “a votação pela Comissão Parlamentar de Inquérito dos requerimentos realizados por qualquer de seus membros é medida inafastável. Isso porque as CPLs ostentam a natureza de órgão colegiado.

Expõe o Ministro Celso de Mello:

“O exame sumário dos elementos constantes da presente impetração parece evidenciar que a CPI/Narcotráfico teria deixado de deliberar colegialmente, abstendo-se, em consequência - segundo alega o impetrante - de determinar, pelo voto necessário da maioria absoluta de seus membros (Lei n. 4.595/64, art. 38, § 4º).

Essa alegação - a de que o princípio da colegialidade teria sido transgredido pela CPI/Narcotráfico - assume relevo jurídico inquestionável, pois, especialmente em tema de quebra de sigilo bancário, reveste-se de nulidade qualquer deliberação de Comissão Parlamentar de Inquérito que deixe de observar o postulado em causa.

É preciso ter presente que o princípio da colegialidade traduz diretriz de fundamental importância na regência das deliberações tomadas por qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito quando esta, no desempenho de sua competência investigatória, ordena a adoção de medidas restritivas de direitos, como aquela que importa na revelação das operações financeiras ativas e passivas de qualquer pessoa”. Indiscutível, desta forma, que para resguardar o resultado das investigações, a “CPI dos Combustíveis “deverá manter o sigilo necessário de determinados ações a serem efetivadas e discutidas entre seus membros.Sendo assim, para o desempenho da relevantes funções investigativas, as reuniões das Comissões Parlamentares de Inquérito poderão ser públicas, reservadas ou secretas (Lei nº 11.124, de 10 de abril de 2002).

Serão realizadas reuniões reservadas e/ou secretas, fundamentalmente, para que seja preservado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.

Esta regra, prevista no art. 20 do Código de Processo Penal, que trata do inquérito policial, é aplicada analogicamente ao inquérito parlamentar.

Como se vê, é fundamental harmonizar o princípio da colegialidade, que move as deliberações da CPI, com o resguardo do sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade, consignado no art. 20 do CPP.

Como seria possível conciliar a deliberação sobre a interceptação telefônica de alguém, se terceiros estranhos aos seus trabalhos estivessem presentes na sessão?

Sem dúvida, diz o art. 133 da Constituição Federal que o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

A respeito, elucida LUIS CARLOS DOS SANTOS GONÇALVES:

“Aspecto inerente às investigações de natureza investigativa é a possibilidade de ser preservado o segredo das provas já obtidas, se necessário para o prosseguimento das investigações. Esta situação, que não se confunde com a de investigações secretas, procurar preservar o princípio da oportunidade, essencial para qualquer colheita de provas. Se um investigado souber antecipadamente da expedição de mandado de busca e apreensão em sua residência, certamente fará retirar dela qualquer coisa que possa comprometê-lo. O Código de Processo Penal, referindo-se ao inquérito policial, dispõe que: ‘A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade’, art. 20”

Por um outro viés, a manutenção do sigilo torna-se não apenas um direito, mas um dever das Comissões Parlamentares de Inquérito. Se elas obtiverem dados relacionados à intimidade ou privacidade das pessoas ou de qualquer outra maneira protegidos por segredo, deverão zelas para que não haja exposição do sigilo. Seria abusiva a prática de permitir que a imprensa, por exemplo, alcançasse dados bancários ou financeiros de pessoas investigadas ou ouvidas pela Comissão de Inquérito. Valha aqui a distinção já apontada nesse estudo entre acesso a dados sigilosos e quebra do sigilo.

Nesta linha, averba o Ministro CELSO DE MELLO:

“A Comissão Parlamentar de Inquérito, embora disponha, ex própria auctoritate, de competência para ter acesso a dados reservados, não pode, agindo arbitrariamente, conferir indevida publicidade a registros sobre os quais incide a cláusula de reserva derivada do sigilo bancário, do sigilo fiscal e do sigilo telefônico.

Com a transmissão das informações pertinentes aos dados reservados, transmite-se à Comissão Parlamentar de Inquérito - enquanto depositária desses elementos informativos -, a nota de confidencialidade relativa aos registros sigilosos.

Constitui conduta altamente censurável - com todas as consequências jurídicas (inclusive aquelas de ordem penal) que dela possam resultar - a transgressão, por qualquer membro de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, do dever jurídico de respeitar e de preservar o sigilo concernentes aos dados por ela transmitidos.

Havendo justa causa e achando-se configurada a necessidade de revelar os dados sigilosos, seja no relatório final dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (com razão justificadora de medidas a serem implementadas pelo Poder Público), seja para efeito das comunicações

destinadas ao Ministério Público ou a outros órgãos do Poder Público, para os fins a que se refere o art. 58, § 3º, da Constituição, seja, ainda, por razões imperiosas ditadas pelo interesse social - a divulgação do segredo, precisamente porque legitimada pelos fins que a motivaram, não configurará situação de ilicitude, muito embora traduza providência de absoluto grau de excepcionalidade”.

UADI LAMMÊGO BULOS salienta:

“O motivo do inquérito parlamentar ser unilateral é exclusivamente de ordem técnica. Colima, apenas, facilitar a apuração da verdade real, de modo que os investigados não se antecipem, tomando providências aptas a obstaculizar ou causar empecilhos aos trabalhos investigatórios.

Decerto, o conhecimento prévio de uma investigação pode acobertar fatos criminosos e condutas ilícitas. Por isso não se permite, nessa etapa, a igualdade de condições, justamente para evitar o mascaramento de possíveis delitos, práticas contra legem, dentre outras contumélias que o ordenamento jurídico não aceita nem admite”.

A ação da “CPI dos Combustíveis”, atendendo pedido do advogado do depoente e decretando reunião reservada, foi tomada conforme as disposições legais aplicáveis à espécie e à jurisprudência dominante no Supremo Tribunal Federal.

É sempre importante lembrar que o exercício sigiloso de determinados atos investigativos, por parte da “CPI dos Combustíveis”,permitiu a descoberta de diversas bases de adulteração de combustível no Estado de São Paulo, conforme demonstram as reportagens publicadas pela imprensa.

Não seria possível que os membros da “CPI dos Combustíveis” pudessem discutir perante o órgão colegiado questões que envolvam sigilo bancário e fiscal de envolvidos com o fato determinado e que estão protegidos constitucionalmente (art. 5º, X e XII, CF).

Vale destacar que existem outros dispositivos contidos no ordenamento jurídico, ou seja, normas de índole constitucional e infraconstitucional, que inadmitem a presença irrestrita de advogado de terceiros em reuniões sigilosas da “CPI dos Combustíveis”.

Nunca é demais enfatizar: “A ‘CPI dos Combustíveis’, em momento algum, impediu a entrada de advogados que acompanhavam a oitiva de seus clientes”. Respeita-se integralmente as disposições legais e constitucionais aplicáveis à espécie. Porem esta CPI manifesta-se preocupada com o precedente colocado, e pede o acompanhamento do caso pela Procuradoria da Assembléia Legislativa.

- A quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico conseqüido por esta CPI deve ser acompanhado mesmo porque tal ato é direcionado à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e não pode ser sub-delegado.

#### 4- MEIO AMBIENTE

##### 4.1- REGULAMENTO SOBRE A PROTEÇÃO ANÓDICA E, CATÓDICA A QUALIDADE E MANUTENÇÃO DOS TANQUES DE COMBUSTÍVEL

A Lei 9.129 de 8 de março de 1995, veda o uso de estrutura metálica enterrada ou não para o armazenamento de combustíveis, solvente e aromáticos sem proteção contra corrosão (Anódica e Catódica), a Lei em seu artigo único regulamenta que no prazo de

3 anos, os postos órgãos, entidades e empresas deveriam estar adaptados ao sistema.

No emaranhado legal e econômico, foi criada em fevereiro de 1998 e regulamentada em 21/09/99 a Lei 9605 que penaliza com rigor os crimes ambientais.

Metade de São Paulo se abastece da água do nosso subsolo, a Lei em questão penaliza, mas nem todos os postos realizam exames geodiagnósticos.

O diagnostico geológico - hidrogeológico, pode ser obrigatório, pois constantemente o valor venal do comércio será menor que o prejuízo ambiental a ser remediado.

Foi notado que os combustíveis às vezes sofrem uma contaminação, e/ou uma adulteração por problemas nos tanques de armazenamento que devido a ação do tempo, ou qualidade do material empregado sofre acentuado desgaste ocasionando a permeabilidade e facilitando por osmose e troca de líquidos com a periferia destes tanques.

À parte deste problema que deve gerar prejuízos de certa forma mensuráveis, temos neste caso alguns riscos imensuráveis que passam pela segurança, risco de incêndios e explosões e pelo prejuízo ao meio ambiente que se reflete na própria contaminação do lençol freático de toda uma região.

O problema deve ser analisado por vários ângulos.

- Responsabilidade do estado e da manutenção dos tanques.

- Cumprimento imediato das normas NBR-13.312 e NBR - 13.788 para os tanques, com a troca imediata dos tanques fora das especificações.

- Cumprimento de Lei estadual e de resolução do CONAMA.

- Obrigação de testes periódicos.

Alem disto a CPI anuncia a proposta de tornar obrigatória a criação de um Relatório de Inspeção Anual, e que deverá possuir dados técnicos necessários para um melhor controle e acompanhamento de todo o sistema de armazenamento de combustíveis.

A par de um controle periódico obrigatório e temporal das instalações de armazenamento de combustíveis, toda a cadeia da fabricação destes equipamentos deve passar por uma padronização e acompanhamento da construção feito por órgãos oficiais, criando um cadastro para cada tanque fabricado que ai sim teria uma planilha que o acompanharia pelo resto da vida até a reciclagem a exemplo da industria aeronáutica, equipamentos radioativos e outros.

Propostas de criação de planilhas com o histórico dos tanques para controle dos mesmos.

Produto - Número série - fabricante - data fabricação -

-Tempo da ultima revisão.

-Tempo limite de vida.

-Quando deve ser a próxima troca ou revisão.

-Mapa de localização dos tanques na propriedade.

-Característica geológica dos terrenos, compatível com o tanque.

-Empresa responsável pela manutenção.

A correta definição da responsabilidade sobre os tanques de combustíveis em postos de combustíveis, deve ser o passo inicial para que se elabore uma análise concreta sobre o passivo ambiental existente neste setor.

O prejuízo existente hoje em nosso lençol freático é um ponto importante que não deve passar despercebido.

#### 5 - FISCALIZAÇÃO

##### 5.1 - CRIAÇÃO DE CONVÊNIOS PARA UMA OPERAÇÃO CONJUNTA, ANP, ESTADO E MUNICÍPIO

Amplamente debatida, a criação de um convênio entre o órgão regulador, ANP e o Estado de São Paulo está

sendo amplamente defendida pela CPI, que realizou contatos entre os integrantes do convênio.

Entende-se que pouco falta para a realização deste convênio que já esta sendo realizado em outros estados da federação.

Abaixo anexo, a última minuta de contrato fornecida pela ANP e os comentários da Secretaria da Fazenda sobre o Convênio defendido por esta CPI.

Convênio que entre si celebram a ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO e o ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, com vistas a estabelecer cooeparação técnica e operacional para a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento de derivados de petróleo e outros combustíveis, na forma que especifica.

A AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, autarquia especial vinculada ao MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, nos termos da Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.313.673/0001-27, doravante denominada ANP, situada na SGAN 603, Módulos “H”, “I” e “J”, Brasília/DF, neste ato representada por seu Diretor-Geral ..... . D.O.U. . e o ESTADO DE SÃO PAULO, através da SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, órgão inscrito no CNPJ sob o n.º 42.498.675/0001-52, doravante denominado SEF/SP, situada à Av. Rangel Pestana, 300, São Paulo/SP, representada por seu Titular, ....., cédula de identidade RG XXXXXX CREA - SP, CIC n.º XXXXXXXXXX, designado pelo Senhor Governador do Estado de São Paulo, conforme publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em XX/XX/XX, RESOLVEM celebrar o presente CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, pelo Decreto Federal n.º 93.872, de 23 de dezembro de 1996, pela Instrução Normativa STN/MF n.º 01, de 15 de janeiro de 1997, Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1997, no que couber, e demais normas jurídicas aplicáveis, mediante as cláusulas, condições e termos seguintes, a que se submetem os participantes.

##### CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

*O presente convênio formaliza a vontade das partes em prestarem mútua assistência e cooperação no desenvolvimento de ações e projetos de interesse comum, compreendidos no exercício regular de suas atividades e competências. Tem por objeto estabelecer uma sistemática de cooperação técnica e operacional entre a ANP e a SEF/SP para promover atividades de fiscalização do abastecimento de derivados de petróleo e outros combustíveis no Estado de São Paulo, nos limites estabelecidos neste instrumento, na forma das legislações federal e estadual e conforme as normas técnicas brasileiras em vigor.*

*Parágrafo primeiro-A fiscalização de que trata o caput da cláusula primeira não abrange as atividades de produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transferência, armazenagem e estocagem, previstos no § 1º da Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, e a fiscalização abrangendo a construção e operação de instalações e equipamentos, previstos no § 2º da mesma lei.*

*Parágrafo segundo-A execução das atividades de fiscalização, pela SEF/SP, em face do presente convênio, inclui ações, conjuntas ou concomitantes, com a ANP.*

##### CLÁUSULA SEGUNDA - Da Legitimação

*Para o cumprimento dos objetivos estabelecidos no presente convênio, fica a SEF/SP legitimada a fiscalizar as atividades do abastecimento de derivados de petróleo e outros combustíveis, na forma do disposto na Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, do Decreto Federal No. 2.953, de 28 de janeiro de 1999, e nos limites especificados neste instrumento, podendo, em nome da ANP, praticar atos de fiscalização.*

##### CLÁUSULA TERCEIRA - Das obrigações

*Para o fiel cumprimento do presente convênio, compete aos Órgãos Conveniados :*

###### I - SEF/SP

*Executar atividades de cooperação técnica com a ANP, inclusive compreendendo a fiscalização do abastecimento de derivados de petróleo e outros combustíveis, na forma estabelecida na Cláusula Segunda, na prática dos seguintes atos :*

*a-verificar procedência, destino e identificação dos produtos transportados no Estado;*

*b - coletar amostras de combustíveis automotivos, no caso de operações especiais, dentro dos limites, condições e procedimentos estabelecidos em conjunto, que deverão ser encaminhadas aos laboratórios designados pela ANP;*

*c-Fiscalizar a escrituração dos Livros de Movimentação de Combustíveis e de Produtos - LMC/LMP; propondo e definindo, em conjunto com a ANP, aperfeiçoamentos na forma de coleta destas informações;*

*d-verificar a situação cadastral dos agentes do setor de abastecimento de derivados de petróleo e outros combustíveis no Estado de São Paulo;*

*e-desenvolver com a ANP ações conjuntas de fiscalização, na forma estabelecida por este instrumento;*

*f-apresentar à ANP, em periodicidade a ser definida conjuntamente, relatório estatístico dos trabalhos de fiscalização executados no âmbito deste convênio.*

*g-realizar atos de fiscalização específicos, sempre que acordado com a ANP e na forma estabelecida por este instrumento, sem prejuízo de suas atribuições legais genéricas de fiscalização tributária;*

*h-atender, sempre que possível, às solicitações formais da ANP no que diz respeito às desinstituições e às verificações de cumprimento de notificações;*

*i-providenciar a participação de seus servidores, designados para o cumprimento deste convênio, em treinamento a ser ministrado pela ANP, condição necessária e indispensável para atividades específicas de fiscalização envolvendo manipulação direta de derivados de petróleo e outros combustíveis;*

*j-acompanhar permanentemente as atividades dos agentes ou estabelecimentos atuados, visando fomentar e fundamentar a aplicação, pela ANP, das sanções previstas na legislação pertinente.*

*k-comunicar, imediatamente, à ANP as situações irregulares, referentes à indústria do petróleo, observadas ou constatadas no âmbito deste convênio.*

*l-fornecer as informações necessárias às atividades da ANP, no âmbito do presente convênio, bem como a pertinente legislação estadual atualizada*

###### II - ANP

*Executar atividades de cooperação técnica com a SEF/SP, na forma estabelecida na Cláusula Segunda, na prática dos seguintes atos :*

*a-fornecer as informações necessárias às atividades da SEF/SP, no âmbito do presente convênio, bem como a legislação pertinente atualizada;*

*b-ministrar treinamento aos servidores designados da SEF/SP, pertinentes às atividades cobertas por este convênio;*

*c-desenvolver com a SEF/SP ações conjuntas de fiscalização, na forma estabelecida por este instrumento;*

*d-manter disponíveis as informações necessárias à execução das atividades delegadas;*

*e-colaborar em atividades de esclarecimento junto aos órgãos de classe, agentes da indústria do petróleo e consumidores sobre seus direitos, responsabilidades e compromissos perante a legislação pertinente;*

*f-instruir e julgar os processos administrativos, decorrentes dos atos de fiscalização lavrados no âmbito deste convênio, na forma estabelecida por este instrumento, sem prejuízo da competência legal tributária e administrativa do Estado de São Paulo.*

##### CLÁUSULA QUARTA - Da Execução

*Os projetos, atividades ou ações a que se referem as cláusulas anteriores serão identificados, especificados e implementados mediante a formalização de Protocolos Executivos, tantos quantos forem necessários, objetivando a programação e o detalhamento dos procedimentos técnicos, operacionais e administrativos relativos às ações ora pactuadas.*

*Desde logo ficam delegadas atribuições aos Superintendentes ou Coordenadores de Núcleo da ANP, e aos Superintendentes da SEF/SP, para assinatura e coordenação dos Protocolos Executivos.*

*Cada uma das partes deverá indicar os servidores que irão representá-las no acompanhamento e gestão deste convênio e dos Protocolos Executivos, que poderão ser substituídos mediante comunicação formal dos titulares dos órgãos signatários.*

##### CLÁUSULA QUINTA - Do Processo Administrativo

Os Processos Administrativos relativos às competências de exclusiva responsabilidade legal da ANP, gerados pelas ações de fiscalização executadas pela SEF/SP, no âmbito deste convênio, serão instaurados, instruídos, analisados e julgados pela ANP.

##### CLÁUSULA SEXTA - Dos Recursos Financeiros

Do presente convênio não resulta acréscimo ou criação de despesa, sendo que:

I-Cada órgão conveniente será responsável pelas despesas que realizar com seus servidores no âmbito das atividades compreendidas por este convênio, inclusive nos casos de operações conjuntas, treinamento ou cursos de aperfeiçoamento;

II-Caberá exclusivamente à SEF/SP a responsabilidade pelas despesas relativas às ações de fiscalização empreendidas por seus servidores com base neste convênio, exceto o custo das análises laboratoriais, a serem realizadas por instituições previamente conveniadas com a ANP.

##### CLÁUSULA SÉTIMA - Do Vínculo de Pessoal

*Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico - trabalhista ou funcional, de qualquer espécie, entre a ANP, a SEF/SP e o pessoal que for utilizado para a realização dos trabalhos ou atividades desenvolvidas por conta do presente convênio.*

##### CLÁUSULA OITAVA - Do Prazo de Vigência e da Denúncia

*O presente convênio vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado no interesse das partes, obedecidos os prazos estabelecidos na Lei n.º 8666/93.*

*Este Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos convenientes, desde que o interessado notifique a outra parte, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando assegurados o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão em contrário acordada entre as partes.*

##### CLÁUSULA NONA - Da Publicação e Controle

*As partes promoverão a publicação de extrato do presente convênio, nos respectivos Diários Oficiais, nos termos definidos no Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, e remeterão cópia do mesmo aos órgãos de controle interno e externo de suas jurisdições.*

##### CLÁUSULA DÉCIMA - Do Foro

*Fica eleito o Foro da Justiça Federal de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente convênio.*

*E, por estarem, assim justas e acordadas, firmam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim de direito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.*

São Paulo,

NOTA TÉCNICA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*Assunto: Proposta de Convênio visando estabelecer cooperação técnica e operacional entre a Agência Nacional do Petróleo - ANP e o Governo do Estado de São Paulo através da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.*

Inicialmente cumpre esclarecer que, conforme protocolo 21-487/2002 de 28/03/02, a COTEPE/ICMS nos encaminhou cópia do convênio celebrado entre a Agência Nacional do Petróleo - ANP e o Estado do Rio de Janeiro, com vistas a estabelecer cooperação técnica e operacional para a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento de derivados de petróleo e outros combustíveis.

Na verdade o convênio, nos termos propostos, apenas acrescenta mais uma atribuição ao fisco estadual, ou seja, a de fiscalizar as atividades de **transporte, distribuição, revenda e comercialização** de petróleo, seus derivados básicos e produtos, gás natural e condensado, bem como a distribuição, revenda e comercialização de álcool etílico combustível.

Não obstante, entendemos que a Secretaria da Fazenda poderia cooperar com a ANP atuando de forma complementar, sem, contudo, assumir a responsabilidade que, por lei, é atribuída a essa agência reguladora, nos preocupando, sobremaneira, a possibilidade de que ocorra, formal ou informalmente, a transferência de responsabilidade por eventuais fraudes na comercialização de produtos ao consumidor à fiscalização estadual, mormente em razão do reduzido número de fiscais de que a ANP dispõe, fato esse amplamente divulgado por ela própria.

Outro aspecto relevante a nos preocupar é a responsabilidade pelos custos adicionais decorrentes da execução de funções que, por lei, são atribuídas a ANP, devendo, s.m.j., ser negociada a forma de ressarcimento do erário paulista por essa agência federal, o que não consta do referido convênio.

Ademais, na visão da ANP, estampada em seu website, o convênio em questão visa apenas reduzir a incidência de fraudes na comercialização de produtos ao consumidor. Entendemos que o mesmo deveria ter por escopo, também, o combate a sonegação fiscal.



A Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a Secretaria Estadual de Fazenda do Rio de Janeiro (SEF-RJ) estão firmando convênio de cooperação técnica e operacional para a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento de derivados de petróleo e outros combustíveis no estado, **visando reduzir a incidência de fraudes na comercialização de produtos ao consumidor.**

O convênio terá como base principal a troca de informações processadas pela ANP e pela SEF-RJ sobre as empresas que estejam operando no mercado de distribuição e revenda de combustíveis do estado, bem como na delegação de atribuições de fiscalização da agência à secretaria.

De acordo com o convênio, os fiscais da SEF-RJ receberão treinamento técnico da ANP e poderão coletar amostras de combustíveis em operações especiais de fiscalização para análise de qualidade nos laboratórios conveniados com a ANP. Os fiscais também terão acesso às informações de movimentação de produtos das empresas - distribuidoras, transportadores revendedores retalhistas (TRRs) e postos de revenda de combustíveis - mediante a implementação de nova sistemática de coleta de dados por via eletrônica.

O convênio firmado entre a ANP e a SEF-RJ **funcionará como um projeto-piloto**, que poderá ser estendido pela Agência às secretarias de fazenda dos outros estados do país, com o objetivo de potencializar sua ação de fiscalização por meio de parcerias com outros órgãos públicos. Nesse sentido, a Agência já firmou três convênios com o Corpo de Bombeiros Militar dos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, para cooperação na fiscalização da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo (GLP).

Nesse sentido, a Secretaria da Justiça, através do IPEM, deverá iniciar brevemente fiscalização nos postos revendedores de combustível, com o apoio da Secretaria da Fazenda.

Em sendo celebrado o convênio, seria conveniente que a contra-partida da ANP consistisse na sua obrigação de repassar a SEFAZ, por meio eletrônico, os dados cadastrais que dispõe de todos os agentes econômicos do setor, bem como as informações por ela recebida mensalmente, relativas ao:

1. processamento, movimentação, estoque, discriminação de recebimento e entrega de matérias-primas e sobre produção, movimentação, estoque, discriminação de recebimento e entrega de produtos referentes a atividade dos produtores de solventes. (Art. 20 da Portaria ANP 318/01)
2. processamento, movimentação e estoque de matérias primas, produção, movimentação, qualidade e estoque de derivados, em instalações industriais e em outros locais de faturamento, recebidas por meio do conjunto de formulários “Demonstrativo de Controle de Produtos Processados - DCPP”. (Portaria ANP 54/01)
3. demonstrativo das vendas de gasolina, óleo diesel e de correntes de hidrocarbonetos para formulação de gasolinas e óleo diesel, realizadas por importador. (Art. 11 das Portarias ANP 313/01 e 314/01)
4. demonstrativo das vendas de solventes realizadas por importador. (Art. 12 da Portaria ANP 312/01)
5. sumário estatístico dos Boletins de Conformidade emitidos por distribuidor de álcool etílico hidratado combustível - AEHC. (Art. 8º da Portaria ANP 02/02)

Seria também oportuno que a ANP nos fornecesse cópia do Resumo de Operação emitido pela Inspetora, conforme Anexo III da Portaria ANP 311/01, relativo a importação de petróleo, seus derivados e álcool etílico combustível.

Analísado o texto da proposta de convênio observamos:

- a-) no preâmbulo, o Decreto-Lei nº 200 é de 25 de fevereiro de 1.967 e não como constou;
- b-) o parágrafo primeiro da cláusula primeira refere-se aos §§ 1º e 2º do artigo 1º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1.999, e não como constou;
- c-) a alínea “c” do inciso I da cláusula terceira é desnecessária, uma vez que o Livro de Movimentação de Combustíveis - LMC e o Livro de Movimentação de Produtos - LMP, são livros fiscais consoante disposto nos incisos XII e XIII do artigo 213 do RICMS aprovado pelo Decreto nº 45.490, de 30/11/00, estando os mesmos, portanto, submetidos à fiscalização estadual.

## 5.2-IDENTIFICAÇÃO NOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEIS E SOLVENTES

Como foi amplamente relatado, existe a possibilidade de todos os envolvidos na cadeia de transporte, comercialização e distribuição de combustíveis trabalharem em regime de “bandeira branca”, ou seja de liberdade total de opção comercial.

Porém, usando desta prerrogativa, os infratores agem em uma clandestinidade excessiva, dificultando fiscais e polícias de obterem informações e conseqüente investigação, que poderiam elucidar fatos e ocorrências.

O trabalho que está sendo realizado, irá obrigar uma melhor identificação do transportador e da distribuidora no lado externo dos veículos, no modelo do que o Conselho Nacional de Trânsito obriga hoje aos veículos de carga perigosos.

Além disto, a rápida identificação auxiliará em muito os casos de acidente e outros sinistros como carga roubada por exemplo.

Os envolvidos, as distribuidoras, as transportadoras e clientesdevem ser facilmente acessados e identificados nos veículos de transporte, tornando mais cristalina as operações, não sendo mais o um segmento agindo na periferia da clandestinidade.

A exemplo do artigo 138 do Código Nacional de Trânsito Brasileiro no disposto ao Inciso III, que regulamenta a pintura de veículos escolares, esta CPI está preparando uma resolução que versa sobre uma melhor identificação em veículos transportadores de combustíveis, solventes e aromáticos que deverá ser encaminhada ao Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN

## 5.3 - COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS CONCLUSÕES DA CPI DOS COMBUSTÍVEIS

A complexidade do assunto e a desenvoltura dos elementos que sonegam e adulteram combustíveis, vão fazer com que os planos propostos levem algum tempo para a maturação. Dentre os problemas pendentes pode-se citar a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, conseguida por esta CPI que deve continuar gerando informações confidenciais para serem repassadas. Em face da relevância do assunto e os prejuízos que ele causa, esta CPI sugere a criação de duas Comissões Permanentes de Acompanhamento, presididas por Deputados, uma para acompanhar a investigação e o encaminhamento das conclusões da CPI, outra para Estudos e Propostas.

Para a criação desta comissão oferecemos o seguinte: Projeto de Resolução nº .....de.....

*Cria a Comissão Especial para o acompanhamento das conclusões da CPI dos Combustíveis*

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere a alínea “j” do inciso II do artigo 14 da X consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte Resolução:

Artigo 1º - Fica criada a Comissão Especial para acompanhamento das Conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na distribuição, comercialização e na qualidade dos combustíveis no Estado de São Paulo.

Artigo 2º - Compete à Comissão referida no artigo anterior:

I - Acompanhar a implementação das propostas apresentadas no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito referida no caput desta resolução.

II - Divulgar os resultados das propostas contidas no relatório final.

III - Arquivar os resultados das propostas

Artigo 3º - A Comissão será composta por até o número de bancadas partidárias com assento na Assembléia Legislativa e terá a duração necessária à consecução dos seus objetivos.

Artigo 4º - As despesas decorrentes desta resolução correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento.

Artigo 5º - Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos ...

### Justificativa

Pelos motivos contidos neste relatório e devido a importância que a matéria faz, a justificativa se explica pelo enorme benefício para a sociedade.

### IX - OFÍCIOS ENVIADOS

Ofícios expedidos em 2001

S/N. Presidência da Alesp. Comunica a eleição dos Deputados Edmir Chedid e Geraldo Vinholi para ocuparem a Presidência e a Vice-Presidência da CPI, respectivamente.

S/N. Secretaria Geral Parlamentar. Solicita serviços de copa, tv, fotógrafo, gravação e transcrição da reunião de 7/3/2001

S/N. TV Legislativa. Solicita cobertura da reunião de 7/3/2001.

S/N. TV Legislativa. Solicita cobertura da reunião de 15/3/2001.

S/N. Secretaria Geral Parlamentar. Solicita serviços de copa, tv, fotógrafo, gravação e transcrição da reunião de 15/3.

- 1- Secretaria Geral Parlamentar. Solicita serviços de copa, tv, fotógrafo, gravação e transcrição.
- 2- Secretaria Geral Parlamentar. Solicita serviços de copa, tv, fotógrafo, gravação e transcrição.
- 3- Presidência da ALESP. Informa sobre a designação do Deputado Arnaldo Jardim como Relator da CPI.
- 4- Secretaria Geral Parlamentar. Solicita serviços de copa, tv, fotógrafo, gravação e transcrição da reunião de 5/4/2001.
- 5- Deputado Márcio Araújo. Agradece o recebimento da documentação “Indústrias de Liminares”, encaminhada pelo SINCOPEPETRO - Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo.
- 6- Secretaria Geral Parlamentar. Solicita serviços de copa, tv, fotógrafo, gravação e transcrição da reunião de 18/4/2001.
- 7- Presidência da ALESP. Solicita providências para que a Dra. Margarette Francisca Correa Barreto Garcia, Delegada de Polícia, lotada no DECAP, 6º seccional, 99º Distrito Policial, seja designada para acompanhar os trabalhos da CPI.
- 8- ANP - Agência Nacional de Petróleo. Solicita: relação das distribuidoras autorizadas a operar no Estado de São Paulo, especificando a movimentação nos últimos três anos, cadastro contábil e societário, informações sobre o cumprimento da legislação vigente (tancagem própria e uso de aditivos); informações sobre as empresas Jetgas Americano e Noroeste Distribuidora do Estado de São Paulo; nº de postos de abastecimento nos Estados de SP, GO, MT, MS; percentual de denúncias e reclamações recebidas pelo CRC sobre a qualidade ou cartelização de comercialização de combustíveis; análise dos resultados sobre a portaria que exige teste de qualidade de combustíveis; relação de postos interditados nos últimos três anos; consumo médio diário de solvente e de querosene iluminante em SP desde maio /1998; cotas de solvente e de querosene iluminante nos últimos dois anos; nº de autuações realizadas em SP; informações de denúncias de cartelização levadas ao Cade; informações sobre demandas ao Inmetro

9- ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. Solicita dados sobre danos ocorridos em veículos por causa do uso de combustíveis fora de especificação.

10- PROCON - Fundação de Proteção e de Defesa do Consumidor. Solicita histórico das reclamações sobre danos por uso de combustível adulterado e procedimentos adotados.

11- Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minério e Derivados de Petróleo. Relação de acidentes ocorridos devido ao uso de combustível com adição de solventes e medidas adotadas.

12- Secretaria de Estado da Fazenda. Solicita informações sobre as atividades de fiscalização nas fronteiras e dados sobre o recolhimento de taxas e impostos.

13- Secretaria de Estado da Segurança Pública. Relação dos Boletins de Ocorrência referentes a roubo de carga de combustível em SP.

14- Presidência da ALESP. Solicita providências para que seja designado um Procurador para acompanhar os trabalhos da CPI.

15- Secretaria Geral Parlamentar. Secretaria Geral Parlamentar. Solicita serviços de copa, tv, fotógrafo, gravação e transcrição da reunião do dia 24/4/2001.

16- Secretaria de Estado da Segurança Pública. Convite para participar da reunião de 3/5/2001

19- Sindicato dos Empregados em Postos e Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo. Convite para participar da reunião de 26/4/2001.

20- Secretaria Geral Parlamentar. Secretaria Geral Parlamentar. Solicita serviços de copa, tv, fotógrafo, gravação e transcrição da reunião de 26/4/2001

21- Secretaria Geral Parlamentar. Secretaria Geral Parlamentar. Solicita serviços de copa, tv, fotógrafo, gravação e transcrição da reunião de 3/5/2001

22- Secretaria Geral Parlamentar. Solicita providências para que o DDI elabore uma pesquisa sobre a existência de CPI com escopo semelhante em Assembléias Legislativas de outros estados.

23- ANP - Agência Nacional do Petróleo. Solicita informações sobre a composição da gasolina comum, do álcool etílico hidratado e do óleo diesel.

24- Assembléia Legislativa do Estado da Bahia. Solicita cópia do Relatórios de CPI com escopo semelhante.

25- Secretaria de Estado da Fazenda. Solicita a designação de um Técnico para subsidiar os trabalhos da CPI.

26- PROCON - Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor. Convite para participar da reunião de 10/5/2001.

27- Associação dos Transportadores de Combustíveis. Convite para participar da reunião de 10/5/2001.

28- SINDICOM - Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes. Convite para participar da reunião de 15/5/2001.

29- Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minério e Derivados de Petróleo. Convite para participar da reunião de 17/5/2001.

30- Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo. Convite para participar da reunião de 17/5/2001.

31- ANP - Agência Nacional do Petróleo. Convite para participar da reunião de 22/5/2001.

32- ÚNICA - União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo. Convite para participar da reunião de 24/5/2001.

33- SINDSOLV -Sindicato Nacional de Comércio Atacadista de Solventes Derivados de Petróleo. Convite para participar da reunião de 24/5/2001.

34- SINDTRR -Sindicato Nacional do Comércio Transportador Revendedor Retalhista. Convite para participar da reunião de 29/5/2001.

35- ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. Convite para participar da reunião de 29/5/2001.

36- Secretaria Geral Parlamentar. Secretaria Geral Parlamentar. Solicita serviços de copa, tv, fotógrafo, gravação e transcrição da reunião de 10/5/2001

37- Secretaria Geral Parlamentar. Secretaria Geral Parlamentar. Solicita serviços de copa, tv, fotógrafo, gravação e transcrição de todas as reuniões da CPI.

38- Secretaria Geral Parlamentar. Solicita a instalação de um retroprojeto r no Plenário Tiradentes, no dia 15/5/2001

39- Secretaria de Estado da Fazenda/Coordenadoria da Administração Tributária. Solicita relação de todas as usinas e destilarias de álcool cadastradas em SP e rol de empresas, originárias de outros estados, compradoras de solventes.

40- ANP- Agência Nacional do Petróleo. Solicita informações sobre os parâmetros para a formação do preço do combustível; preços praticados em todas as regiões do país; critérios adotados para mensurar a qualidade do combustível e normas estabelecidas para a definição de um padrão de qualidade.

41- Presidência da ALESP. Solicita a instalação de um computador e impressora na sala 3077C.

42- Dr. Gastão Gracie. Convite para participar da reunião no dia 31/5/2001.

43- Dr. Fernando Luís Turela Borges. Convite para participar da reunião no dia 31/5/2001.

46- SINDSOLV -Sindicato Nacional de Comércio Atacadista de Solventes Derivados de Petróleo. Convite para participar da reunião no dia 12/6/2001.

Ofício Especial s/n (145) - Comunica a convocação de todas as distribuidoras e TRR para momento oportuno.

48- Exxel Brasileira de Petróleo Ltda. Convocação para a reunião de 31/5/2001

49- Mundial Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda. Convocação para a reunião de 31/5/2001

50- Terra Distribuidora de Petróleo. Convocação para a reunião de 31/5/2001

51- Macom Distribuidora de Petróleo. Convocação para a reunião de 31/5/2001

52- Arnopetro Distribuidora de Petróleo. Convocação para a reunião de 31/5/2001

54- Master Distribuidora de Petróleo. Convocação para a reunião de 31/5/2001

57- Petroforte Brasileiro Petróleo Ltda. Convocação para a reunião de 5/6/2001

58 Exxel Brasileira de Petróleo. Convocação para a reunião de 5/6/2001

59- Terra Distribuidora de Petróleo. Convocação para a reunião de 5/6/2001

60- Macom Distribuidora de Petróleo. Convocação para a reunião de 5/6/2001

61- Master Distribuidora de Petróleo. Convocação para a reunião de 5/6/2001

62- Petroforte Brasileiro Petróleo Ltda. Convocação para a reunião de 5/6/2001

63- Mundial Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda. Requisição de documentos, conforme a oitiva de 31/5/2001.

64- Senador da Republica Romeu Tuma. Solicita cópia de documentos relativos às investigações relacionadas ao roubo de cargas no Estado de SP.

66- Petroforte Brasileiro Petróleo Ltda. Convocação para a reunião de 12/6/2001

67- Aparecida M. Pessuto e Sandra R. Davanço - Petroforte. Convocação para a reunião de 12/6/2001

68- Dr. Gastão Gracie. Convocação para a reunião de 7/6/2001

69- Dr. Fernando Luís Turela Borges. Convocação para a reunião de 5/6/2001.

70- Master Distribuidora de Petróleo. Convocação para a reunião de 19/6/2001.

71- Divisão de Crimes Funcionais da Corregedoria da Polícia Civil. Convocação para a reunião de 12/6/2001

72- Ademir Emídio da Silva - Motorista da Empresa Sarfil. Convocação para a reunião de 12/6/2001.

73- Henrique Augusto - Encarregado de Transporte da Empresa Sarfil Convocação para a reunião de 12/6/2001

74- Titular do Posto Ipiranga. Convocação para a reunião de 12/6/2001.

75- Dr. Antonio Carlos Gonçalves - Diretor do Deinter I. Convocação para a reunião de 7/6/2001

76- Dr. Cleber Milton de Oliveira Lemos - Delegado Seccional de Guaratinguetá. Convocação para a reunião de 7/6/2001

77- Dr. Hélio Francisco Borges dos Santos - Delegado de Investigações Gerais de Guaratinguetá. Convocação para a reunião de 7/6/2001

80- Centro Sul Distribuidora de Petróleo Ltda. Convocação para a reunião de 19/6/2001

82- Jamaica Derivados de Petróleo. Comunica uma convocação para momento oportuno

83- Servoil Derivados de Petróleo. Comunica uma convocação para momento oportuno

84- Petroforte. Convocação para a reunião de 21/6/2001

85- Escritório Modelo AP. Convocação para a reunião de 19/6/2001

86- Agropetróleo. Convocação para a reunião de 19/6/2001

87- Agropetróleo. Convocação para a reunião de 19/6/2001

88-Posto Diamante. Convocação para a reunião de 19/6/2001

89-UNIVEN. Comunica uma convocação para momento oportuno

90-POLLUS. Convocação para a reunião de 26/6/2001

91-West Oil Derivados e Sultão Transportes. Convocação para a reunião de 28/6/2001

92- West Oil Derivados. Convocação para a reunião de 28/6/2001

93- Sultão Transportes. Convocação para a reunião de 28/6/2001

94- Presidência da República. Solicita a suspensão da Terceira Rodada de Licitações.

95- ANP- Agência Nacional do Petróleo. Solicita a suspensão da Terceira Rodada de Licitações.

96- SINDICOM. Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes. Solicita relação das empresas associadas, destacando aquelas que foram objeto de autuação por parte da ANP e as que operam com liminares.

97- Posto Diamante. Requisição documentos, em decorrência da oitiva de 19/6/2001.

98- Posto Diamante. Requisição de documentos, em decorrência da oitiva de 19/6/2001.

99- Petrofort. Suspensão da oitiva de 21/6/2001

100-ANP- Agência Nacional do Petróleo. Solicita EIA e RIMA das 53 áreas, objeto da Terceira Rodada de Licitações

101-SINDICOM - Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes. Solicita mapas de localização das distribuidoras situadas em áreas próximas às centrais petroquímicas.

102- Presidência da ALESP. Solicita a contratação de: técnicos especializados em análise de documentos procedentes da quebra de sigilo bancário e fiscal, Direito Tributário, Direito Ambiental, Direito Comercial; policiais para compor uma equipe de busca de condução coercitiva.

103-Escritório Método AP. Convocação para a reunião de 26/6/2001

104- SINDTRR. Resposta ao Of. 133/05/PRES

105- Polícia Civil da ALESP. Solicita a condução coercitiva de Eunice Maria Renata de Paiva e Esteves.

106- Polícia Civil da ALESP. Solicita a condução coercitiva de Edna Aparecida Corneta Cerqueira.

107- Presidência da ALESP. Solicita providências para que as notas taquigráficas sejam enviadas com presteza.

108- Delegacia de Investigações Gerais de Guaratinguetá. Requisição de documentos, conforme a oitiva de 7/6/2001.

109- ANP- Agência Nacional do Petróleo. Solicita documentos referentes à Macom Distribuidora de Petróleo Ltda.

110- West Oil Derivados e Sultão Transportes. Suspensão da oitiva de 28/6/2001.

111-Vereador Jorge de Freitas - Limeira. Convite para participar da reunião de 28/6/2001.

112-Vereador Paulo Sérgio Oliveira - Limeira. Convite para participar da reunião de 28/6/2001.

113-Agropetróleo. Resposta a requerimento. Encaminha cópia da convocação expedida através do Ofício CPI Combustíveis 86/2001.

114-Agropetróleo Resposta a requerimento. Encaminha cópia da convocação expedida através do Ofício CPI Combustíveis 87/2001.

115-Pollus. Requisição de documentos, conforme a oitiva de 26/6/2001

116-Presidência da ALESP - Solicita linha telefônica de atendimento direto ao cidadão.

117-Presidência da ALESP - PGE. Solicita providências para que o Dr. Jaques Bushatsky , Procurador do Estado, fique à disposição para auxiliar nos trabalhos desta CPI.

118- Senador da República Romeu Tuma. Encaminha cópia de documentos, conforme reunião de 2/8/2001.

119- Dr. Cleber Milton de Oliveira Lemos - Delegado Seccional de Guaratinguetá. Convocação para a acareção do dia 14/8/2001.

120- Dr. Antonio Carlos Gonçalves - Diretor do Deinter I. Convocação para a acareção do dia 14/8/2001.

121- Dr. Hélio Francisco Borges dos Santos - Delegado de Investigações Gerais de Guaratinguetá. Convocação para a acareção do dia 14/8/2001

122-Escritório Método AP - Antonio Paulo Galvão Nunes. Convocação para a acareção do dia 14/8/2001

123-Prefeito de Potim - João Benedito Angelieri. Convocação para a reunião de 14/8/2001.

124-Petroquímica União. Convocação para a reunião do dia 16/8/2001.

125- Dr. Gastão Gracie. Convocação para a reunião de 16/8/2001.

126- Dr. Fernando Turela Borges. Convocação para a reunião do dia 16/8/2001.

127- Edson Eden dos Santos - Ex-Presidente da Petroquímica União. Convocação para a reunião de 21/8/2001.

128- João Benedito Angelieri - Prefeito de Potim. Convocação para a reunião de 21/8/2001.

129- Sr. Luiz Alípio de Carvalho Pereira - Agente Fiscal de Rendas. Convocação para a reunião de 28/8/2001.

130- Petroquímica União - Presidente. Convocação para reunião de 21/8/2001

131- Petroquímica União - Ex-Presidente. Cancela a oitiva de 21/8/2001

132- Presidência da ALESP - Solicita sala de trabalho

133- TM Distribuidora. Convocação para a reunião de 23/8/2001

134- Petroquímica União - Ex-Presidente - Cancelamento da oitiva de 23/8/2001.

135- Inca Distribuidora. Convocação para a reunião de 23/8/2001

136- Petroquímica União - Presidente - Requisição de documentos conforme a oitiva de 21/8/2001.

137- TM Distribuidora.

138- Inca Distribuidora

139- Governador do Estado de São Paulo

140- Petroquímica União - Presidente

141- DEPATRI- Solicita apoio técnico estrutural.

142- Simarelli Distribuidora. Solicita informações

143- Prefeito de Potim - João Benedito Angelieri - Solicita informações

144- Agente Fiscal de Rendas - Sr. Luiz Alípio de Carvalho Pereira. Comunica o cancelamento da oitiva de 28/8/2001

145- Diretoria de Redação da Folha de São Paulo.

146- Presidência da Alesp. Solicita providências para que as notas taquigráficas sejam enviadas com presteza.

147- Presidência da Alesp. Solicita providências para que o IPT- Instituto de Pesquisas Tecnológicas designe um técnico para acompanhar os trabalhos da CPI.

148- Juiz de Direito da Comarca de Guaratinguetá. Solicita autorização para realizar uma diligência na empresa Quest Distribuidora do Brasil Ltda.

149- Gastão Gracie. Convocação para a reunião de 11/9/2001

150- ANP- Agência Nacional do Petróleo. Solicita rol de distribuidoras de solventes registradas e dados sobre empresas com pedidos de registro e regularização.

151- Jucesp. Solicita dados sobre as empresas Bandeirante Distribuidora de Petróleo Ltda e Titan Distribuidora de Petróleo Ltda.

152- Gastão Gracie. Solicita documentos.

153- Agip - Convocação para a reunião de 18/9/2001.

154- 2º Vice-Presidente doTribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Solicita autorização para coletar amostras dos tanques da empresa Cana Brava, município de Potim.

155- 1º Distrito Policial da Capital. Solicita documentos de distribuidoras supostamente envolvidas em crime contra as relações de consumo e contra a ordem econômica.

156- Presidência da Alesp. Solicita oficiar ao Ministério Público, a fim de que seja designado um Procurador para acompanhar os trabalhos da CPI.

158- Gastão Gracie. Convocação para a reunião de 18/9/2001.

159- Secretaria Geral da Administração. Solicita a instalação de dois identificadores de chamada nas linhas 088-150123 e substituição dos aparelhos telefônicos.

160- Secretaria da Fazenda/Diretoria Executiva da Administração Tributária. . Solicita a realização de diligências fiscais.

161- Bandeirante Química Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

162- Gastão Gracie. Requisita documentos, conforme a oitiva de 18/9/2001.

163- ANP- Agência Nacional do Petróleo. Solicita informações sobre postos interditados.

164- 1º Distrito Policial da Capital. Convocação para a reunião de 25/9/2001.

165- Luiz Alípio de Carvalho Pereira - Agente Fiscal de Rendas/Guaratinguetá - Convocação para a reunião de 25/9/2001.

166- Fernando Luís Torela Borges. Convocação para a reunião de 25/9/2001.

167- Ricardo Daim. Convocação para a reunião de 27/9/2001.

168- 1º Distrito Policial da Capital - Solicita cópia de Inquéritos Policiais.

169- Aldo Antonio Masi. Convocação para a reunião de 27/9/2001.

170- Edna Aparecida Corneta Cerqueira. Convocação para a reunião de 27/9/2001.

171- Agroindustrial Oeste Paulista Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

172- Água Bonita. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

173- Tarso Duarte de Melo - Presidente da JUCESP. Solicita informações sobre empresas distribuidoras de solventes.

174- Ruy Ricci - Presidente do Sindsolv. Solicita informações sobre empresas distribuidoras de solventes.

175- Usina Albertina S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

176- Destilaria Alcídia S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

177- Álcool Azul S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

178- Dstilaria Alcoeste Fernandópolis. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

179- Álcomira S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

180- Usina Alta Mogiana S/A Açúcar e Álcool. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

181- Alto Alegre S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

182- Alta Floresta S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

183- Andrade Açúcar e Álcool S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

184- Antonio Ruette Agroindustrial S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

185- Araçatuba Álcool S/A - Aralco. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

186- Destilaria Archangelo Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

187- Indústria de Aguardente Irmãos Baldin e Cia Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

188- Usina Barra Grande de Lençóis S/A - Lençóis Paulista. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

189- Usina Barra Grande de Lençóis S/A - São Paulo. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

190- Usina Batatais S/A Açúcar e Álcool. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

191- Usina Bazan S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

192- Usina Açucareira Bela Vista S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

193- Destilaria Belão e Schiavon Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

194- Benalcool Açúcar e Álcool. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

195- Bertollo & Cia Ltda - Santa Adélia. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

196- Bertolo & Cia Ltda - Piranguí. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

197- Usina Açucareira Bom Retiro S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

198- Branco Peres Álcool S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

199- Buriti. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

200- Cia Açucareira de Penápolis. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

201- Destilaria Capital Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

202- Virgolino de Oliveira - Catanduva S/A Açúcar e Álcool - Ariranha. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

203- Virgolino de Oliveira - Catanduva S/A Açúcar e Álcool - São Paulo. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

204 - Central Paulista Açúcar e Álcool Ltda -São Paulo. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

205- Central Paulista açúcar e Álcool Ltda - Jaú. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

206- Central de Álcool de Lucélia S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

207- Cerba Destilaria de Álcool Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

208- Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

209- Central Energética Vale do Sapucaí Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

210- Citrosuco Paulista S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

211- Ricardo Daim. Convocação para a reunião de 4/10/2001

212- Aldo Antonio Mais. Convocação para a reunião de 4/10/2001

213- Edna Aparecida Corneta Cerqueira. Convocação para a reunião de 4/10/2001

214- Eunice Maria Renata de Paiva Pinto e Esteves. Convocação para a reunião de 4/10/2001

215- Secretaria Geral Parlamentar. Solicita autorização para encadernação de 15 volumes da CPI.

216-Clealco Açúcar e Álcool S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

217- Cocal - Comércio Indústria Cana Açúcar e Álcool Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

218- Usina Colombo S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

219- Colorado - Guaira. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

220- Colorado - Orlândia. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

221- Copacesp -Coop. dos Produtores de Aguardente de Cana e Álcool do Estado de São Paulo. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

222- Copersucar - Coop. dos Produtores de Cana, Açúcar e Álcool de São Paulo. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

223- Usina Coraci Destilaria Álcool Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

224- Açucareira Corona S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

225- Cosan S/A Indústria e Comércio. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

226- Cresiumal. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

227- CTC- Copersucar - Coop. dos Produtores de Cana, Açúcar e Álcool de São Paulo. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

228- Usina Cruz Alta. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

229- Usina da Barra S/A Açúcar e Álcool. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

230- Da Pedra - Irmão Biagi S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

231- Da Serra - Usina Açucareira da Serra S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

232- Dacal -Destilaria de Álcool Califórnia Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

233- Destilaria Dalva Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

234- DAMA - Destilaria Morro Agudo Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

235- Decasa - Caiuá Agro Industrial Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

236- Destilaria Della Colleta Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

237- Destilaria Itajobi. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

238- Destilaria Vale do Tietê S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

239- Diamante - Cosan S/A Indústria e Comércio. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

240- Diana - Destilaria de Álcool Nova Avanhandava. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

241- Dois Côrregos Açúcar e Álcool. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

242- Dulcini S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

243- Equipav S/A Açúcar e Álcool. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

244- Usina Açucareira Ester. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

245- Ferrari Agro-Indústria Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

246- Floralco - Destilaria Flórida Paulista Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

247- Indústria e Comércio de Aguardente e Álcool Foltran Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

248- Usina Açucareira Furlan S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

249- Galo Bravo S/A Açucar e Álcool. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

250- Destilaria Generalco S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

251- Destilaria Grizzo Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

252- Grupo Iracema São Martinho. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

253- Usina Açucareira Guaira. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

254- Guanabara/Gasa. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

255- Guarani. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

256-Destilaria Guaricanga S/A

257-Ibirá - Irmãos Biaggi S/A - Açúcar e Álcool. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

258- Ipaussu - Cosan S/A Indústria e Comércio. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

259- Usina Ipiranga de Açúcar e Álcool Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

260- Iracema - Companhia Agrícola e Industrial Ometto. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

261- Jardest S/A Açúcar e Álcool. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

262- Destilaria Londra Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

263- Destilaria Lopes da Silva. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

264- Malosso. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

265- Usina Maluf S/A Açúcar e Álcool. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

266- Mandu. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

267- Usina Maracai S/A Açúcar e Álcool. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

268- Maringá Indústria e Comércio Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

269- Usina de Açúcar e Álcool MB Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

270- Usina Modelo S/A - Açúcar e Álcool. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

271- Usina Moema Açúcar e Álcool Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

272- Central Energética Moreno de Açúcar e Álcool. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

273- Nardini Agroindustrial Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

274- Nossa Senhora Aparecida - Virgolino de Oliveira Catanduva S/A Açúcar e Álcool. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

275- Nossa Senhora Aparecida BC- Açucareira Bortolo Carolo S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

276- Nossa Senhora Aparecida VO - Virgolino de Oliveira. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

277-Usina Nova América S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

278- Nova Tamoio - Açucareira Corona S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

279- Nova União S/A - Açúcar e Álcool S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

280-Palmeiras S/A - Açúcar e Álcool. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

281- Paraíso Bionergia Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

282- Parálcool - Destilaria Paraguaçu Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

283- Usina Açucareira Paredão. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

284- Destilaria Pau D'Alho S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

285- Pederneiras - Indústria de Aguardente Pederneiras Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

286- Destilaria Pioneiros. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

287- Pitangueiras. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

288- Pyles Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

289- Quatá S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

290- Rafard - Cosan S/A Indústria e Comércio. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

291- Rosa S/A Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

292- Usina Santa Adélia. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

293- Santa Bárbara. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

294- Santa Cândida Açúcar e Álcool Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

295- Santa Cruz OP -Ometto Pavan S/A Açúcar e Álcool. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

296- Santa Elisa. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

297- Santa Fany. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

298- Usina Santa Fé S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

299- Santa Helena - Cosan S/A Indústria e Comércio. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

300- Santa Inês - Irmãos Toniello Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

302- Usina Santa Lucia Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

303- Santa Luiza. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

304-Usina Santa Lydia S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

305- Santa Maria. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

306- Santa Maria -Lençóis. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

307- Usina Santa Rita S/A Açúcar e Álcool. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

308- Santa Rita II. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

309- Usina Santa Rosa S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

310- Usina Santa Terezinha - Cia Industrial e Agrícola. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

311- Usina Santo Antonio S/A - Ribeirão Preto. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

312- Usina Santo Antonio S/A - Sertãozinho. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

313- Usina Santo Antonio S/A - Açúcar e Álcool. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

314- São Carlos. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

315- Usina São Domingos Açúcar e Álcool S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

316- São Francisco - Cosan S/A Indústria e Comércio - Elias Fausto. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

317- Usina São Francisco S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

318- Destilaria São Francisco Ltda. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

319- São Geraldo. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

320- São João. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

321- São João SJBV- Dedini Açúcar e Álcool Ltda.

322- São José. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

323- São José da Estiva. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

324- São José R. Pedras. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

325- São Luiz. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

326- São Luiz S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

327- São Manoel. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

328- São Martinho. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

329- Sobar. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

330- Tarumã. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

331- Unialco. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

332- Univalem. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

333- Vale do Ivaí. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

334- Vale do Rio Turvo. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

335- Vale do Rosário. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

336-Vale do Verdão. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

337- Vale Verde. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

338- Viralcool. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

339-Vista Alegre. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

340-Zanin Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

341- Ministério Público - Gaesp. Solicita diligências.

342- Francisco Nigro - Diretor Técnico do IPT. Solicita a realização de teste de substância líquida apreendida pelo 3º Distrito Policial de São Bernardo do Campo.

343- Procuradoria da Alesp - Solicita providências para a requisição de quebra de sigilo bancário e fiscal.

344- Ricardo Daim. Convocação para a reunião de 16/10/2001

345- Petrobrás Distribuidora S/A. Solicita informações sobre clientes, produção e vendas.

346- Luís Malavolta - Diretor de Jornalismo da Rede Globo. Solicita cópia de entrevista.

347- Presidência da Alesp - Solicita que cópias do Relatório Parcial sejam encaminhadas a autoridades públicas competentes.

348- Recap - Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de Campinas e Região. Convocação para a reunião de 16/10/2001.

349- Aldo Antonio Masi. Solicita cópias dos contratos sociais de empresas de sua propriedade.

350- Cetesb. Solicita cópias das autuações realizadas em cumprimento à Lei 9129/1995

351- Paulo Saldiva - Professor do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da USP. Convocação para a reunião de 16/10/2001

352- Petrobrás Distribuidora S/A. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

353- Simarelli Distribuidora de Derivados de Petróleo. Solicita informações sobre produção e balanço patrimonial.

354- Agip Distribuidora S/A. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

355- Ale Combustíveis S/A. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

356- Aster Petróleo Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

357-Caribbean Distribuidora de Combustíveis e Derivados de Petróleo Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

358- Delta Distribuidora de Petróleo Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

359-Esso Brasileira de Petróleo Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

360- Flag Distribuidora de Petróleo Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

361- Asadiel Petróleo Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

362- American Lub do Brasil Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

363- GPETRO Distribuidora de Petróleo Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

364- Golfo Brasil Petróleo Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

365- Centro Sul Distribuidora de Petróleo Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

366- Inca Combustíveis Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

367- Jomap Distribuidora de Petróleo Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

368- JPJ Distribuidora de Petróleo Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

369- Jumbo Distribuidora de Combustíveis Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

370- Mercoil Distribuidora de Petróleo Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

371- Macom Distribuidora de Petróleo Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

372- Nascar Petróleo Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

373-Petrosul Distribuidora Transportadora e Comércio de Combustíveis Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

374- Petro-Garças Distribuidora de Petróelo Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

375- Petroforte Brasileiro Petróelo Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

376- Salemcó Brasil Petróleo Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

377- Simarelli Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

378- Shell Brasil S.A. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

379-T. M. Distribuidora de Petróleo Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

380- Texaco Brasil S.A. Produtos de Petróleo. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

381- Total Distribuidora Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

382- Wal Petróleo S.A. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

383- Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

384- Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

385- Aster Petróleo Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

386- Coronel Lauro Pereira Dias. Convocação para a reunião de 18/10/2001

386- Aspen Distribuidora de Combustíveis Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

387-Minas Oil Petróleo S.A. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

388- Real Petro Distribuidora de Petróleo Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

391- T.A. Oil Distribuidora de Petróleo Ltda. Solicita informações sobre rede de postos, tanques, vazamentos e lacres.

392- Paulo Hilário Nascimento Saldiva - USP. Outorga da credencial como membro técnico da CPI.

393-GPETRO Distribuidora de Petróleo Ltda. Convocação para a reunião de 6/11/2001

394- Edson Éden dos Santos - Ex-Presidente da PQU. Convocação para a reunião de 6/11/2001

395- RECAP - Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de Campinas e Região. Requisita documentos , conforme a oitiva de 16/10/2001.

396- ANP - Agência Nacional do Petróleo. Solicita informações sobre normas que regularizarão o mercado durante a fase de abertura às importações.

397- ANP - Agência Nacional do Petróleo. Solicita pareceres técnicos referentes à Agip Distribuidora S/A

398- Lauro Pereira Dias. Convocação para a reunião de 6/11/2001

399- Mário Celso Hellmeister. Convocação para a reunião de 6/11/2001

400- Assistência Policial Civil da Alesp. Solicita condução coercitiva.

401- Secretaria Geral Parlamentar. Solicita a reprodução da gravação da reunião de 16/11/2001.

402- Centro Sul Distribuidora de Petróleo Ltda. Convocação para a reunião de 6/11/2001

403-Deputado Jamil Murad. Encaminha gravação das oitivas realizadas em 16/10/2001.

404-Assessoria Parlamentar do Banco Central do Brasil. Solicita documentos em decorrência da aprovação da quebra de sigilo bancário de depósitos e empresas.

405-MF/Secretaria da Receita Federal. Solicita documentos em decorrência da aprovação da quebra de sigilo fiscal de depoentes e empresas.

406-Secretaria Geral da Administração da Alesp. Encaminha documento do IPT para dignas providências.

407-Ricardo Lyra Daim. Convocação para oitiva do dia 8/11/2001.

408-MF/Secretaria da Receita Federal. Solicita informações sobre as aplicações da Agip S/A em projetos culturais.

409-Empresa Cana Brava. Solicita a designação de um funcionário para acompanhar os trabalhos de coleta de amostra.

410-IPT-Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Solicita a designação de técnicos para acompanhar os trabalhos de coleta de amostra.

411-Deinter I - Delegado Antonio Carlos Gonçalves. Convocação para participar de acareação.

412-Empresa Método AP. Convocação para participar de acareação.

413-Luiz Alípio de Carvalho Pereira. Agente Fiscal de Rendas. Convocação para participar de acareação.

414-Delegacia Geral de Investigações de Guaratinguetá. Delegado Hélio Francisco Borges dos Santos. Convocação para participar de acareação.

415-Câmara Municipal de Guaratinguetá. Solicita autorização para a realização de reunião da CPI.

416-Dr. Walter Emídio. Juiz de Direito Corregedor da Vara de Execuções Criminais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Aparecida. Solicita autorização para que o Sr. Joaquim Felipe Santólia Souza, “Quincas”, seja ouvido pela CPI.

417-ANP-Agência Nacional do Petróleo. Solicita fiscalização no posto Lorenzo/Campinas.

418-JUCESP- Junta Comercial do Estado de São Paulo. Solicita informações sobre endereço, telefone e nome dos proprietários de distribuidoras de solventes.

419-Chefia da Polícia Civil da Alesp. Solicita equipe para acompanhar diligências.

420-Câmara Municipal de Guaratinguetá. Solicita autorização para que a CPI possa realizar oitiva e acareação.

421-Juiz Corregedor de Aparecida. Solicita autorização para que o Sr. Joaquim F. Santólia Souza seja ouvido pela CPI.

422-Agente Fiscal de Rendas - Sr. Luiz Alípio de Carvalho Pereira. Convocação para acareação.

423-Delegado Dr. Hélio F. Borges dos Santos. Convocação para acareação.

424-Empresa Método AP- Antonio Paulo Galvão Nunes. Convocação para acareação.

425-IPT- Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Solicita equipe técnica para proceder a coleta de amostra dos tanques da empresa Cana Brava.

426-Empresa Cana Brava. Solicita a presença de um funcionário para acompanhar os trabalhos de coleta de amostra.

427-Deinter I de Guaratinguetá-Delegado Antonio Carlos Gonçalves. Convocação para acareação.

428-Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Guaratinguetá. Solicita acompanhamento para a coleta de amostra dos tanques da empresa Cana Brava.

429-Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso. Referência ao Of. 156/2001. Informações sobre o Relatório Parcial dos Trabalhos.

431-ANP-Agência Nacional do Petróleo-Zamir Veloso. Solicita equipe para acompanhar a CPI em diligências nos dias 22 e 23/11/2001

432- ANP-Agência Nacional do Petróleo-Zamir Veloso. Solicita equipe para acompanhar a CPI em diligências no dia 28/11/2001.

433- João Benedito Angeliere/ Cana Brava Transporte e Comércio Ltda - Convocação para acareação de 28/11/2001.

434- Ricardo Lyra Daim - Convocação para oitiva de 28/11/2001.

435- Edna Aparecida Corneta Cerqueira- Convocação para acareação de 28/11/2001.

436- Eunice Maria Pinto Paiva e Esteves - Convocação para oitiva de 28/11/2001.

437- João Benedito Angeliere/Cana Brava Transporte e Comércio Ltda. Cancelamento da convocação e convite para acompanhar os trabalhos de coleta de amostragem em Potim no dia 28/11/2001.

438 - Assessoria da Polícia Civil da Alesp- Zaqueu Sofia. Solicita equipe para acompanhar deputado em diligências no dia 28/11/2001.

439- Presidência da Alesp. Solicita regularização de frequência de deputados

440- Câmara Municipal de Guaratinguetá- agradecimentos

441- Walter Emídio- Juiz de Direito de Aparecida. Agradece e informa que a coleta de amostragem foi acompanhada pelo Delegado de Polícia Assistente da Delegacia Seccional de Guaratinguetá.

442- IPT - Francisco Nigro- Diretor Técnico. Solicita equipe técnica para acompanhar a CPI em diligências nos dias 4,5 e 6/12/2001.

443- ANP - Zamir Velloso - Coordenador de Fiscalização. Solicita equipe técnica para acompanhar a CPI em diligências nos dias 4,5 e 6/12/2001

444- Assistência Policial Civil da Alesp - Zaqueu Sofia-Delegado Chefe. Solicita equipe técnica para acompanhar a CPI em diligências nos dias 4,5 e 6/12/2001.

445-Procuradoria da Alesp. Solicita elaboração de minuta de termo de credenciamento.

446- ANP - Júlio Colombi Netto - Diretor-Geral. Solicita equipe técnica para acompanhar a CPI em diligências nos dias 6,7 e 8/12/2001.

447- IPT -Francisco Nigro-Diretor Técnico. Solicita equipe técnica para acompanhar a CPI em diligências nos dias 6,7 e 8/12/2001.

448- ANP- Zamir Velloso - Coordenador de Fiscalização. Solicita informações cópia de documentos da empresa Apolo Distribuidora de Petróleo.

449- Secretaria da Fazenda- Eribelto Rangel - Coordenador do Deat. Solicita equipe técnica para acompanhar a CPI em diligências nos dias 6, 7 e 8/12/2001.

450-IPT- Francisco Nigro- Diretor Técnico. Solicita equipe técnica para acompanhar a CPI em diligências no dia 10/12/2001.

451-ANP- Zamir Velloso- Coordenador de Fiscalização. Solicita equipe técnica para acompanhar a CPI em diligências no dia 10/12/2001.

452-Zaqueu Sofia- Delegado Chefe da Assistência Policial Civil da Alesp. Solicita equipe técnica para acompanhar a CPI em diligências no dia 10/12/2001.

453- Secretaria da Fazenda- Eribelto Rangel - Coordenador da Deat. Solicita equipe técnica para acompanhar a CPI em diligências no dia 10/12/2001.

Memorando 8/2001. Divisão de Proposições Legislativas. Solicita minuta de proposição.

454- Álvaro Toledo Leme Suarez. Determina acompanhamento em diligências no dia 6/12/2001.

455- Jairo de Almeida Machado. Determina acompanhamento em diligências no dia 6/12/2001.

456- ANP-Diretor-Geral-Júlio Colombi Netto. Solicita informações sobre a empresa Apolo Distribuidora de Petróleo.

457- ANP- Diretor-Geral-Júlio Colombi Netto. Solicita equipe técnica para acompanhar a CPI em diligências no dia 13/12/2001.

458-ANP- Coordenador de Fiscalização. Solicita equipe técnica para acompanhar a CPI em diligências no dia 13/12/2001.

459- Assistência Policial da Alesp-Delegado de Polícia Chefe-Zaqueu Sofia. Solicita equipe técnica para acompanhar a CPI em diligências no dia 13/12/2001.

460- IPT- Diretor Técnico-Francisco Nigro. Solicita equipe técnica para acompanhar a CPI em diligências no dia 13/12/2001.

461- Jairo de Almeida Machado. Determina acompanhamento em diligências nos dias 10 e 13/12/2001.

462- Álvaro Toledo Leme Suarez. Determina acompanhamento em diligências nos dias 10 e 13/12/2001.

463- Secretaria Geral da Administração da Alesp. Solicita providências para que seja viabilizado o trabalho de análise de gasolina coletada por técnicos do IPT em 6/12/2001.

464 -Presidência da Alesp. Solicita providências para a agilização dos serviços referentes às notas taigráficas.

2002	
<b>OFÍCIOS EXPEDIDOS EM 2002</b>	
Nº	DATA DESTINATÁRIO
1	30/jan SGA - laudo técnico do IPT, em atenção aos Of. 425 e 447/2001 da CPI
2	1/fev Dep. Mariângela Duarte - resposta ao Of. 94/2001 GDMD/FJCR, referente à empresa Agip Distribuidora S/A
3	4/fev SGA - encaminha Relatórios de Ensaio nº 886 463 e nº 886 464 e NF 98592, do IPT
4	5/fev Aster Petróleo Ltda - convocação do titular para depor em reu-nião de 19/2/2002
5	6/fev Aster Petróleo Ltda - convocação do Sr. Carlos Alberto de Oli-veira Santiago para depor em reunião de 19/2/2001
6	18/fev Presidente da Alesp - solicita que a Procuradoria da Alesp pos-sa interpor medida judicial cabível para garantir o recebimento de documentos solicitados nos ofícios 405 e 408/2001 da CPI
7	20/fev Juliana F. L. Rego Santos - manifestação de condolências pelo passamento do promotor Francisco José L. Rego Santos
8	20/fev Apolo Petróleo Ltda - informa que a CPI encaminhará solicita-ção de documentos à ANP
9	21/fev Juiz de Direito da Comarca de Guaratinguetá - informa que a CPI já providenciou a coleta de material na empresa Cana Bra-va em 28/11/2001
10	21/fev Ministério Público de MG - manifesta condo-lências aos promo-tores públicos daquele estado.
11	22/fev Secretaria da Fazenda - solicita informações sobre o programa de implantação de controle de vazão contra a sonegação na venda de combustível álcool
12	22/fev ANP. solicita informações sobre o programa de adição de mar-cador em solventes
13	22/fev ANP- Zamir Veloso - encaminha relatórios de ensaio elabora-dos pelo IPT.
14	21/fev Presidente da Alesp - solicita que a Procuradoria da Alesp pos-sa interpor medida judicial cabível para assegurar o envio de documentos solicitados atra-vés do Of. 404/2001
15	26/fev ANP - Zamir Veloso . Solicita equipe técnica para acompanhar a CPI em diligências nos dias 6, 7, 15 e 16/3/2002.
16	26/fev DEAT/SF - Eribelto Vanderlei Cirylo Rangel. Solicita equipe técnica para acompanhar a CPI em diligen-cias nos dias 6, 7, 15 e 16/3/2002.
17	26/fev Assistência Policial Civil da Alesp-Zaqueu Sofia. solicita equipe técnica para acompanhar a CPI em diligências nos dias 6, 7, 15 e 16/3/2002.
18	27/fev Secretário Estadual da Justiça e da Cidadania. Alexandre de Moraes. Encaminha Relatório Parcial dos Trabalhos da CPI.
19	27/fev Jacques Buschavisky - Procurador do Estado de São Paulo. Convite para participar de reunião em 5/3/2002.
20	27/fev Luiz Otavio de Oliveira Rocha. Promotor do MP de São Paulo. Convite para participar de reunião em 5/3/2002.
21	27/fev DEAT/SF - Eribelto Vanderlei Cirylo Rangel. Convite para participar de reunião em 5/3/2002.
22	27/fev José Carlos Guillem Blat. Promotor do MP de São Paulo. Con-vite para participar de reunião em 7/3/2002.
23	1º/mar APM- Celso Giglio. Painei da CPI dos combustíveis
24	4/mar Petronova. Willian Lopes. Convocação p/ 19/3.
25	4/mar Coopersucar. Hermelindo Ruete de Oliveira. Convocação p/ 19/3.
26	4/mar Floralco. João Florentino Bertolo. Convocação p/19/3
27	4/mar SGP. Solicita encadernação.
28	5/mar Discsfazenda. Solicita cópia de Inquérito 167
29	5/mar Romeu Tuma Jr. Solicita cópia de Inquérito ref. MZ-1 auto posto, Taboão da Serra/SP
30	5/mar Petrobrás. Convocação p/ 14/3

31 6/mar Cel. Zamir Veloso. Diretor de Fiscalização da ANP. Encaminha cópia de relatórios de ensaio do IPT, ref. a MZ-1 auto posto e solicita envio dos laudos da ANP.

32 11/mar Sr. Emílio Gouveia. Diretor Nacional de Marketing da Shell Bra-sil S/ª Convocação para prestar esclarecimentos.

33 11/mar Doutor Eribelto Vanderlei Cirylo Rangel. Digníssimo Diretor Adjunto da Diretoria Executiva da Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda. Solicita equipe técnica para acompanhar a CPI em diligências no dia 15/3/2002.

34 13/mar Dr. Zaqueu Sofia. Delegado de Polícia Chefe da Assistência Policial Civil da Alesp. Solicita equipe para acompanhar a CPI em diligências.

35 13/mar Sr. Rubens Ometto Silveira Mello. Presidente do Grupo Cosan S/A Indústria e Comércio. Convocação para prestar esclareci-mentos em 19/3/2002.

36 13/mar Sr. Carlos F.Fernandes. Diretor de Marketing de São Paulo da Texaco Brasil S/A. Convocação para pres-tar esclarecimentos em 21.3.02.

37 14/mar Sr. Fernando César Barbosa. Diretor de Mercado Automotivo e de Combustíveis da Petrobrás Distribuidora S/ª Convocação para prestar esclarecimentos em 21.3.02

38 14/mar Dr Nelson Jorge Júnior. Juiz de Direito da Segunda Vara Judicial da Comarca de Guaratinguetá - SP. Solicita auto-riização para que o Senhor Ricardo Daim seja ouvido pela CPI.

39 14/mar Sr. Ricardo Lyra Daim. Convocação para oiti-va em 20/3/2002.

40 14/mar Dr. Nelson Jorge Júnior. Juiz de Direito da Segunda Vara Judi-cial da Comarca de Guaratinguetá. Solicita autorização para que o Senhor Ricardo Daim seja ouvido no dia 20.3.02.

41 14/mar Dra. Eunice Maria Renata de Paiva e Esteves. Convocação para oitiva de 20.3.02.

42 14/mar Presidente da Alesp. Elogia a operação reali-zada nesta data pelas polícias civil e militar, destinada ao cumprimento do Man-dado de Prisão, expedido pelo Processo nº 437/01, envolvendo o Sr. Ricardo Lyra Daim.

43 14/mar Dr. Zaqueu Sofia. Delegado-Chefe de Polícia da Assessoria Policial da Alesp. Elogia a operação realiza-da nesta data pela polícia civil, destinada ao cumprimento do Mandado de Prisão, expedido pelo Processo nº 437/01, envolvendo o Sr. Ricardo Lyra Daim.

44 14/mar Coronel Nevoral Alves Bucheroni. Chefe da Assessoria Policial Militar da Alesp. Elogia a operação realiza-da nesta data pela polícia militar, destinada ao cumpri-mento do Mandado de Pri-são, expedido pelo Processo nº 437/01, envolvendo o Sr. Ri-cardo Lyra Daim.

45 14/mar Dr . Saulo de Castro Abreu Filho. Secretário de Estado da Se-gurança Pública de São Paulo. Elogia a operação realizada nesta data pelas polícias civil e militar, destinada ao cumpri-mento do Mandado de Prisão, expedi-do pelo Processo nº 437/01, envolvendo o Sr. Ricardo Lyra Daim.

46 14/mar Dr. Hélio Francisco Borges dos Santos. Delegado de Investiga-ções Gerais de Guaratinguetá. Elogia a operação realizada nesta data pela polícia civil, destinada ao cumprimento do Mandado de Prisão, expedi-do pelo Processo nº 437/01, envol-vendo o Sr. Ricardo Lyra Daim.

47 14/mar Dr . Geraldo Alckmin. Digníssimo Governador do Estado de São Paulo. Elogia a operação realizada nesta data pela polícia civil, destinada ao cumpri-mento do Mandado de Prisão, expe-dido pelo Processo nº 437/01, envolvendo o Sr. Ricardo Lyra Daim.

48 14/mar Cel. José Vasconcellos Filho. Corregedor da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Elogia a operação realizada nesta data pela polícia militar, destinada ao cum-primento do Mandado de Prisão, expedido pelo Processo nº 437/01, envolvendo o Sr. Ricardo Lyra Daim.

49 14/mar Dr. Marco Antonio Desgualdo. Delegado-Geral de Polícia do Estado de São Paulo. Elogia a operação realizada nesta data pela polícia civil, destinada ao cumpri-mento do Mandado de Prisão, expedido pelo Processo nº 437/01, envolvendo o Sr. Ricardo Lyra Daim.

50 14/mar Meritíssimo Juiz Diretor do Juizado Especial Cível de Bragança Paulista. Comunica a impossibilidade de comparecimento em audiência, em função da reunião da CPI.

51 21/mar Sr. Emílio Gouveia. Diretor Nacional de Marketing da Shell Bra-sil S/ª Convocação para oitiva em 9.4.2002.

52 21/mar Secretaria Geral Parlamentar. Solicita autori-zação para cópia da gravação da reunião de 21.3.02

53 21/mar Dra. Eunice Maria Renata de Paiva e Esteves. Convocação para oitiva em 26.3.02

54 21/mar Sra. Socorro Maria dos Santos. Convocação para oitiva em 26.3.02

58 21/mar Sr. Carlos Alberto de Oliveira Santiago. Titular da Empresa Aster Petróleo Ltda. Convocação para oitiva em 18.4.02.

61 21/mar Sr. Carlos F. Fernandes. Diretor de Marketing de São Paulo da Texaco Brasil S/A. Requisita informações.

62 21/mar Sra. Socorro Maria dos Santos. Convocação para oitiva de 2.4.02.

63 21/mar Dra. Eunice Maria Renata de Paiva e Esteves. Convocação para a oitiva de 2.4.02.

64 26/mar Sra. Socorro Maria dos Santos - Requisita documentos.

65 2/abr Governador Geraldo Alckmin - encaminha cópia da minuta do convênio celebrado entre a ANP e o Governo do Estado do Rio de Janeiro e convida sua exce-lência para participar do evento de 29/4/02.

66 3/abr Sra. Deputada Terezinha da Paulinha. Encaminha dados refe-rentes à reunião desta CPI realizada em 19 de março de 2002.

67 3/abr Sr. Emílio Gouveia - Diretor Nacional de MKT da Shell Brasil S.A. Requisita informações.

68 4/abr Sr. Antonio Edson Ferrão -Administrador Regional de Itaquera. Encaminha denúncia acerca de boti-jões de gás que estariam irregularmente armazenados na rua Professor Brito Machado, 1338.

69 4/abr Sr. Zamir Veloso - Coordenador Geral de Fiscalização da ANP. Solicita fiscalização em postos conforme denúncias nº 30,32 e 33.

70 4/abr Dr. Hélio Francisco Borges dos Santos - Delegado de Investi-gações Gerais de Guaratinguetá. Solicita que a denúncia nº 31 seja objeto de investigação.

72 4/abr Dr. José Carlos Guillem Blat - Promotor Público do Estado de São Paulo. Solicita as dignas provi-dências a fim de que a de-núncia nº 25 seja objeto de medi-das legais cabíveis.

73 8/abr Secretaria Geral Parlamentar da Alesp. Solicita a autorização para a confecção de folders.

74 15/abr Dr. José Carlos Guillem Blat- Ministério Público do Estado de São Paulo. Encaminha cópia do rela-tório sucinto das oitivas realizadas e dos documentos rece-bidos por este órgão técnico.

76 15/abr Cel. Zamir Veloso- Coordenador Geral- Fiscalização da ANP

77 18/abr Cel. Zamir Veloso - Coordenador Geral- Fiscalização da ANP. Solicita informações “DCP” sobre todas as autuações rea-lizadas pela ANP, envolvendo a empresa Aster Petróleo Ltda.

78 18/abr Dr. Zaueu Sofia - Chefe da Assessoria Policial Civil da Alesp. Encaminha cópia do Ofício nº 1332/02, Corregedoria nº 52/01, da 2ª Vara Judicial da Comarca de Guaratinguetá

79 18/abr Sr. Carlos Alberto de Oliveira Santiago - Titular da Aster Petró-leo Ltda . Requisita informações.

80 18/abr Sra. Mercedes Shumacker - Superintendente de Abasteci-mento da ANP. Solicita a relação dos postos que utilizam a bandeira Aster registrados na ANP e quadro societário desses postos.

81 24/abr Dr. José Carlos Guillem Blat - Pormotor Público do Estado de São Paulo. Solicita que as denúncias contidas no Relatório nº 28 e na Denúncia nº 35 sejam objeto de investigação por parte do GAECO.

82 6/mai Titular da Empresa Centro Sul Distribuidora de Petróleo Ltda. Convocação para oitiva de 14.5.02.

83 6/mai Titular da Empresa Gpetro Distribuidora de Petróleo Ltda. Con-vocação para oitiva de 14/5/02.

85 14/mai Sr. Levi Rodrigues Viana e Arnaldo da Rocha Garcia - Diretores da Centro Sul Distribuidora de Petróleo Ltda. Convocação para a oitiva de 21/5/02.

86 14/mai Diretor-Presidente da GPETRO Distribuidora de Petróleo Ltda. Convocação para a oitiva de 21/5/02.

87 14/mai Sr. João Florentino Bertolo-Presidente da Floralco. Convocação para a oitiva de 23/5/02.

88 14/mai Sr. Paulo Franco Marcondes Filho. Diretor da Pollus Distribui-dora de Derivados de Petróleo. Convocação para a oitiva de 23/5/02.

89 14/mai Sr. Hugo Garcia Sobrinho. Diretor da Pollus Distribuidora de Derivados de Petróleo. Convocação para a oitiva de 23/5/02.

90 14/mai Sr. Waldemar Hamilton de Mattos. Diretor da Pollus Distribuido-ra de Derivados de Petróleo. Convocação para a oitiva de 23/5/02.

91 14/mai Sr. Willian Lopes. Presidente da Petronova Distribuidora de Derivados de Petróleo. Convocação para a oitiva de 28/5/02.

92 14/mai Sr. Joaquim Mariano. Diretor da Apolo Petróleo Ltda. Convo-cação para a oitiva de 28/5/02.

93 14/mai Sr. Diretor-Presidente da FIC Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda. Convocação para a oitiva de 28/5/02.

94 14/mai Sr. Eduardo Pereira de Carvalho. Presidente da ÚNICA-União da Agroindústria Canavieira de São Paulo. Convocação para a oitiva de 4/6/02.

95 15/mai Sr. Nelson Boainain. Diretor-Presidente da Boainain Indústria e Comércio Ltda. Sr. José Luis do Couto Boainain. Diretor Admi-nistrativo Financeiro da Boainain Indústria e Comércio Ltda. Convocação para a oitiva de 21/5/02.

96 15/mai Sr. Nelson Boainain. Diretor-Presidente da Boainain Indústria e Comércio Ltda. Convocação para a oitiva de 21/5/02

97 15/mai Sr. José Luís do Couto Boainain. Diretor Administrativo Finan-ceiro da Boainain Indústria e Comércio Ltda. Convocação para a oitiva de 21/5/02

98 15/mai Sr. Edson Éden dos Santos. Ex-Presidente da Petroquímica União S.A. Convocação para a oitiva de 28/5/02.

99 15/mai Sr. Carlos Alberto de Oliveira Santiago. Diretor Presidente da Aster Petróleo Ltda. Convocação para a oitiva de 6/6/02.

100 15/mai Sr. Francisco Roberto André Gros. Presidente da Petrobrás S.A. Convocação para a oitiva de 6/6/02.

101 15/mai Sr. Henri Philippe Reichstul. Ex-Presidente da Petrobrás S.A. Convocação para a oitiva de 6/6/02.

102 15/mai Sr. Alexandre Malavazzi. Diretor-Presidente da GPETRO Dis-tribuidora de Petróleo Ltda. Convocação para a oitiva de 21/5/02.

103 15/mai Sr. João Deguirmendjian. Diretor da GPETRO Distribuidora de Petróleo Ltda. Convocação para a oitiva de 21/5/02.

104 16/mai Sr. Romeu Tuma Júnior. Delegado da Seccional de Polícia. Solicita cópia do Inquérito Policial referente ao auto Posto MZ-1.

105 21/mai Sr. Nelson Boainain. Diretor-Presidente da Boainain Indústria e Comércio Ltda. Convocação para a oitiva de 23/5/02.

106 23/mai Dr. José Eduardo Jorge. Delegado de Polícia da 1ª Delegacia Discsfazenda - Decap. Encaminha cópia de depoimentos de pessoas relacionadas à Quest, em atenção do Ofício 1285/asm/02.

107 23/mai Sr. Paulo Marcondes Filho. Diretor da Pollus Distribuidora de Derivados de Petróleo.

108 23/mai Secretaria Geral Parlamentar. Solicita autori-zação para a re-produção em duas vias das gravações refe-rentes à reunião realizada em 23/5/02.

109 23/mai Sr. Hugo Garcia Sobrinho. Diretor da Pollus Distribuidora de Petróleo. Convocação para a oitiva de 4/6/02.

110 23/mai Sr. João Deguirmendjian. Diretor da GPETRO Distribuidora de Petróleo Ltda. Convocação para oitiva de 28/5/02 e 4/6/02.

111 23/mai Sr. Alexandre Malavazzi. Diretor-Presidente da GPETRO Dis-tribuidora de Petróleo Ltda. Convocação para oitiva de 28/5/02 e 4/6/02.

112 23/mai Sr. Nelson Boainain. Diretor-Presidente da Boainain Indústria e Comércio Ltda. Convocação para a oitiva de 4/6/02.

113 28/mai Delegado Titular do 34º DP. Solicita cópia do Boletim de Ocor-rência nº 3747/2002 e do Boletim de Ocorrência nº 3652/2002.

114 6/jun Dr. José Eduardo Jorge. Delegado de Polícia da 1ª Delegacia Discsfazenda - Decap. Encaminha cópia de depoimentos de pessoas relacionadas à Quest, bem como 5 disquetes apreendidos pela Assessoria Policial Civil da Alesp.



X - DOCUMENTOS RECEBIDOS

ORIGEM	ASSUNTO	DATA DE RECEBIMENTO
Deputado Duarte Nogueira	Denúncias e investigações veiculadas pela imprensa	8.3.01
Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de São Paulo	Resumo dos Inquéritos Cíveis Públicos no Ministério Público de SP, RJ, MG, PR, SC e RS	17.5.01
Secretaria da Fazenda	Procuração nomeando o Sr. Cesar Augusto Guimarães Pereira para representar a entidade na reunião de 17.05.2001	08.5.01
ANP	Mecanismos de controle de arrecadação: VIES, SINTEGRA.	
	Gestões Legislativas, Administrativas e Judiciais para o setor de Combustíveis	
	Programa de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis.	22.5.01
	Denúncias de cartelização. Indicação do Diretor Luiz Augusto Horta para representar a entidade na reunião de	
	Estrutura Organizacional da ANP.	
	Nota Técnica nº 025/SQP (composição da gasolina, diesel e álcool hidratado). A ANP e o mercado de combustíveis no estado de SP.	
	Relação de postos interditados.	24.5.01
	Histórico dos últimos 3 anos com o volume comprado por empresas autorizadas.	27.6.01
	Of. 1840/SAB, em resposta ao Of. CPI Combustíveis 109/2001, encaminhando documentação da Macom.	08.8.01
	Ofício 103/LAHN-DI, em resposta ao of. 008, encaminhando Nota Técnica nº 35/NFA (Inmetro)	13.8.01
PROCON	Cadastro de reclamações	10.5.01
Deputada Mariângela Duarte	Sugestão de oitivas	27.4.01
	Sugestão de oitivas	13.6.01
	Encaminhando cópia de ofícios enviados à ANP e à Petrobrás	29.6.01
Assembleia Legislativa da Bahia	Relatório da Comissão de Minas, Energia, Ciência e Tecnologia	
SINDICOM	Competitividade e Distorções no Mercado de Combustíveis	15.5.01
	Of. 206/2001, em resposta ao Ofício 96/2001, informando sobre as empresas associadas	05.7.01
	Doc. 230/2001,em resposta ao Ofício 101/2001 (localização das bases de distribuição)	01.8.01
SINDSOLV	Solicitando adiamento	23.5.01
	prestar esclarecimentos	
	Cópia de transparências apresentadas em reunião	
	Encaminhamento de documentos solicitados pela CPI	12.6.01
Deputado Pedro Yves ANFAVEA	Sugestão de oitivas	28.6.01
	Designando os Senhores Henry Joseph Junior e Marco Antonio Saltini para participarem da reunião de 29.05.01	22.5.01
	Ofício informando que a entidade não dispõe de dados solicitados pela CPI	25.6.01
ÚNICA	Distribuição,	24.5.01
Macom Distribuidora de Petróleo	Comercialização de Álcool Carburante	
	Solicitando o adiamento da oitiva	31.5.01
	15ª alteração do contrato social (Silver Fountain Group Ltda., Mario Cattaneo e Eduardo de Jesus Nery)	05.6.01
Miceno Rossi Neto	Solicitando o adiamento da oitiva	31.5.01
Eduardo de Jesus Nery	Solicitando o adiamento da oitiva	31.5.01
Exxel Brasileira de Petróleo	Solicitando o adiamento da oitiva	31.5.01
Terra Distribuidora de Petróleo	Solicitando o adiamento da oitiva	31-5-01
Alamo Distribuidora de Derivados de Petróleo	Designando o Sr. Marco Muraro como procurador da empresa	31-5-01
	Encaminhando documentos solicitados pela CPI	04.7.01
Arnopetro Distribuidora de Petróleo	Cópias dos seguintes documentos: contrato social, 1º, 2º, 3º, 4º e 5º alterações do contrato social, CNPJ, inscrição estadual, registro na ANP	
Master Distribuidora de Petróleo Ltda.	Solicitando que a convoca-05-6-01	
	ção seja feita com antecedência mínima de uma semana	
SINDTRR	Solicitando cópia da gravação do depoimento do presidente deste sindicato.	11-6-01
	SINDTRR 148/06/PRES-empresas detentoras de liminares e relatório de vendas por TRR do Estado de São Paulo ref. 1999 e 2000	26-6-1
Centro Sul Distribuidora de Petróleo Ltda.	Solicitando adiamento do depoimento a partir de 25.06.01.	18-6-01
	Procuração nomeando os Srs. Maurício Hilário Sanches, Daniel Nereu Lacerda, Maurício Ferreira dos Santos e Paulo Rosa Gomes	
Ofício apócrifo	Apontando empresas que praticariam concorrência desleal	18.6.01

Federal Distribuidora de Petróleo Ltda.	Colocando-se à disposição para esclarecimentos	20.6.01
PH Petróleo Ltda./Comercial	Resposta ao comunicado sobre possibilidade de convocação, encaminhando cópia da	25.6.01
Retalhista de Petróleo Ltda.	3ª alteração contratual.	
Alberto Antonio Ahuaji Filho	Encaminhando cópia de documentos: livro de registro, contrato social, contrato de compra e venda, demonstrações contábeis, relação de fornecedores	25-6-01
Polícia Civil da ALESP	Relatório s/ condução coercitiva de depoentes	26.6.01
Câmara Municipal de Americana	Solicitando a realização de audiência naquele município, conforme Requerimento 659/2001 dos vereadores	27.6.01
Eunice M. R. P. P. Esteves	Davi Evangelista e Davi Gonçalves Ramos	
	Solicitando certificado sobre o nº de convocações expedidas à requerente	27.6.01
Edna A. C. Cerqueira	Solicitando certificado sobre o nº de convocações expedidas à requerente	27.6.01
SSP	Inquéritos Policiais instaurados na região do Vale do Paraíba	04.7.01
Deputado José Carlos Gaspar	Solicitando cópia das atas e informações disponíveis referente à CPI dos Combustíveis	05.7.01
Potencial Petróleo Ltda.	Colocando-se à disposição para esclarecimentos	08.7.01
Transportador Revendedora Petróleo Patelli Ltda.	Colocando-se à disposição para esclarecimentos	08.7.01
Joval Comércio de Combustíveis Ltda.	Informando que a empresa está inativa	08.7.01
Texaco Brasil AS	Resposta ao of. 96 dirigido ao Sindicom	06.8.01
Esso Brasileira de Petróleo Limitada	Of. s/n, em resposta ao Of. 96/2001 da CPI. Informa que não operou com liminar e que existem autos de infração lavrados pela ANP	13.8.01
Shell Brasil S.A.	Of. s/n, em resposta ao of. 96/2001 da CPI. Informa que não operou com liminar e que existem autos de infração lavrados pela ANP	13.8.01
SSP - DIG - Guaratinguetá	Inquérito Policial -Agropetróleo/Betel/Quest	14.8.01
	Volumes 1 e 2, Boletim de Ocorrência	
Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo	Of. 58/2001. Encaminha peças do Inquérito Policial nº 43/2001, sobre crime de distribuição de combustível, envolvendo o Auto Posto	14.8.01
Deinter I - São José dos Campos	Maçã de Taubaté e peças do Auto de Prisão em Flagrante Delito nº 30/DIG/01, ambos da DDIG de Taubaté	
Prefeito Municipal de Potim	Lei 169/97, Relatório de Análise Química; Documento de fiscalização da ANP;	21-8-01
	NF da Destilaria Flórida Paulista Floralco Ltda.;	
	Verificações Fiscais/Setorial de Produtos Químicos/Secretaria da Fazenda.	
	Os documentos foram apresentados durante a oitiva.	
SSP/Delegacia de Polícia de Paulínia	Inquéritos Policiais (Uberlândia, Altima, Ônix e SM)	22-8-01
Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e	Of. 2008/2001. Solicita cópia de notas taquigráficas e vídeo-tape da reunião realizada em 17/05/2001	22-8-01
Dep. Dimas Ramalho	Of. 488/2001. Encaminha Of. 12/2001 da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo, que solicita informações sobre a Petrofort.	23-8-01
Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga	Of. DSJ-11/2001, em resposta ao Of. 96/2001da CPI. Informa que não operou com liminares	28-8-01
Deputado Arnaldo Jardim	Auto Posto 9 (denúncia ao MJ/SDE)	29.8.01
	Ministério Público de SP (Ação Civil Pública) Bragança Paulista	
	SF/CAT - Super Petro Comércio Combustíveis	
Promoção Social de Potim	PGE - Pollus	4.9.01
Petroquímica União S.A.	Convite para conhecer o trabalho da instituição	4.9.01
Vilmar H. de Mattos	Of. DS-111/01, em resposta ao Of. 136 da CPI. Encaminha informações sobre produção, clientes e vendas.	
	Ficha cadastral da Pollus na Junta Comercial da Pollus Brasileira de Petróleo Ltda. solicitada durante a oitiva do Sr. Vilmar H. de Matos	6.9.01
Simarelli Distribuidora de Der. de Petróleo Ltda.	Of. MSG 174/2001, em resposta ao Of. 142/2001, encaminhando dados sobre a referida distribuidora	17.9.01
Agip	Solicita redesignação de Data	17.9.01
Depatri - Departamento de Investigações sobre Crimes Patrimoniais	Of. NR. 322/2001, em resposta ao Of. 141 da CPI. Designa o Dr. Carlos Eduardo Duarte de Carvalho. Delegado de Polícia Titular da 1ª Delegacia da Divisão de Investigações sobre Crimes contra o Patrimônio	18-9-01
Luiz Alípio	Encaminha documentos da Agropetróleo	25.9.01
Delegacia de Polícia de Paulínia	Of. 4949/2001- MAB. Encaminha cópia do B.O. nº 3237/2001 sobre “Averiguação de adulteração de Combustíveis”. Averiguado: Paulo Henrique Pereira	27-9-01
Gastão Gracie	Documentos da Cetesb, do Centro de Pesquisas de Águas Subterrâneas/Usf	
1º Distrito Policial da Capital	Of. 6062/01. Encaminha procedimentos persecutórios 2551/99 e 2552/99, contendo 9 volumes (4612 fls.)	28-9-01

Presidência da Alesp	Designação do Promotor Luis Otávio de Oliveira Rocha para acompanhar a CPI	1º.10.01	Destilaria São Francisco Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 318/2001 da CPI. Informa que o último faturamento proveniente da venda de álcool ocorreu em dezembro/1999	29.10.01
Secretaria da Fazenda	Encaminha resposta ao Ofício 160 ref. à Quest	2.10.01	Usina Maracaí S/A Açúcar e Alcool	Of. s/n, em resposta ao Of. 267/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços. Encaminha relação de clientes, produtos e preços	29.10.01
Assessoria Policial Civil SPC Suprimentos para Computação Ltda.	Relatório de Diligências Projeto destinado ao controle de combustíveis	4.10.01			
3º Distrito Policial do Estado de São Bernardo do Campo/SP	Encaminha cópia do Auto de Prisão em Flagrante Delito	9.10.01			
Deputado Jamil Murad	Solicita parecer da ANP sobre a Agip	11.10.01	Destilaria Vale do Rio Turvo Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 334/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços.	29.10.01
Destilaria Bellão Schiavon	Informa que suas atividades estão paralisadas nas safras de 2000/2001e 2001/2002	16.10.01	Usina São Domingos Açúcar e Alcool S/A	Of. s/n, em resposta ao Of. 315/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços	29.10.01
Deputado Jamil Murad	Solicita cópia gravada do depoimento do Dr. Paulo Saldiva/USP	18.10.01	Satélite Distribuidora de Petróleo S/A	Of. s/n, em resposta ao Of. 390 da CPI. Informa que não mantém atividades comerciais em São Paulo	31.10.01
Usina Nova América S.A.	Encaminha relação de clientes, produtos e notas fiscais	18.10.01	Destilaria Vale do Tietê S.A.	Of. s/n, em resposta ao Of. 238/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços.	31.10.01
Destilaria Grizzo Ltda.	Encaminha relação de clientes, produtos e notas fiscais	18.10.01	Ale Combustíveis S.A.	Of s/n, em resposta ao Of. 355 da CPI. Informa que a empresa está providenciando a documentação solicitada	31.10.01
Copersucar	Of. DE-040-2001/2002. Informa que os documentos solicitados às empresas Usina Barra Grande Lençóis S/A, Usina Açucareira Furlan S/A, Usina Ipiranga de Açúcar e Alcool Ltda., Açucareira Quatá S/A, Usina Santa Adélia S/A e Usina São José S/A - Açúcar e Alcool estão sendo providenciados.	18.10.01			
CAO - Companhia Industrial Agrícola Ometo	Informa que sua produção é comercializada pela Copersucar	18.10.01			
São Martinho	Informa que sua produção é comercializada pela Copersucar	18.10.01	Usina Colombo S/A - Açúcar e Alcool	Of. s/n, em resposta ao Of. 218 da CPI. Solicita prazo maior para providenciar a documentação solicitada	31.10.01
Alcoeste Destilaria Fernandópolis S/A	Of. AI-061/01. Encaminha relação de clientes e notas fiscais	18.10.01	Indústria e Comércio de Aguardente e Alcool Foltran Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 247 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços	31.10.01
Junta Comercial do Estado de São Paulo	Encaminha ficha cadastral da Bandeirante Distribuidora de Combustíveis e Lubrificantes	18.10.01	Açúcar Guarani S/A	Resposta ao Of. 228 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços	31.10.01
Destil -Destilaria Itajobi Ltda.	Encaminha relação de clientes, produtos e notas fiscais	19.10.01	Usina de Açúcar e Alcool MB Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 269 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços	31.10.01
Usina Maluf S.A. Açúcar e Alcool	Informa que não produz álcool	19.10.01	Junta Comercial do Estado de São Paulo	Of. s/n, referente ao Of. 173/2001 da CPI. Solicita a retificação dos nomes solicitados	6.11.01
Virgolino de Oliveira S/A - Itapira	Informa que a produção é comercializada pela Cooper-sucar	19.10.01	Usina Colombo S/A - Açúcar e Alcool	Of. s/n, em resposta ao Of. 218/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços	6.11.01
Presidência da Alesp	Encaminha ofício nº 7588, da Procuradoria Geral do Estado, indicando o Dr. Luis Otávio de Oliveira Rocha	19.10.01	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Seção Criminal - DEPRO 25	Of. 2339/2001, em resposta ao Of. 154/2001 da CPI	6.11.01
FBA - Franco Brasileira S/A - Indústria e Comércio	Encaminha relação de entes, produtos e notas fiscais	22.10.01	Nardini Agroindustrial Ltda.	Empresa Cana Brava. Dferimento da coleta de novas amostras das substâncias	6.11.01
Viralcool	Encaminha relação de clientes, produtos e notas fiscais	23.10.01			
Copersucar/CTC - Centro de Tecnologia Copersucar	Informa que a unidade desempenha apenas atividades de pesquisa e desenvolvimento	23.10.01			
Dulcini S/A	Informa que a empresa não teve operações envolvendo distribuição ou comercialização de combustíveis pois está em processo de encerramento de atividade	23.10.01	Destilaria Flórida Paulista Floralco Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 246 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços	6.11.01
Açúcar Guarani S/A	Of. s/n, em resposta ao Of. 255 da CPI. Encaminha lista de operações de saídas de álcool	23.10.01	Ferrari Agro Indústria Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 245/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços	6.11.01
Usina Açucareira Furlan S/A	Of. s/n, em resposta ao Of. 248 da CPI. Informa que na qualidade de empresa cooperada, toda sua produção é comercializada pela Copersucar	24.10.01	Destilaria Della Coletta	Of. s/n, em resposta ao Of. 236/2001 da - CPI. Encaminha relação de clientes, - produtos e preços.	6.11.01
Usina Modelo S.A. Açúcar e Alcool	Of. s/n, em resposta ao Of. 270 da CPI. Informa que suas atividades industriais foram encerradas em 2/5/92	24.10.01	Nova União S/A - Usina Santa Lydia S/A	Of. s/n, em resposta ao Of. 279/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços	6.11.01
Usina São José S.A./Grupo Antonio Farias - Rio das Pedras	Of. s/n, em resposta ao Of. 324 da CPI. Informa que na qualidade de empresa cooperada, toda sua produção é comercializada pela Copersucar	24.10.01	Destilaria Pau D'Alho S/A	Of. s/n, em resposta ao Of. 284/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços	6.11.01
São Martinho/Grupo Iracema	Of. s/n, em resposta ao Of. 252 da CPI. Informa que é cooperada da Copersucar	24.10.01	Flag Distribuidora de Petróleo Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 360/2001. Encaminha informações sobre Postos Bandeiras e tanques	6.11.01
Irmãos Malosso Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 264 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços	24.10.01	Usina Nossa Senhora Aparecida - Açucareira Bortolo Carolo S/A	Of. s/n, em resposta ao Of. 275/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços	6.11.01
Usina Cruz Alta	Resposta ao Of. 228/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços	24.10.01	Santa Cândida Açúcar e Alcool Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 294/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços	6.11.01
Usina Santa Fé S/A	Of. s/n , em resposta ao Of. 298 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços	24.10.01	IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas	Encaminha Orçamento DQ/LCL nº 479/01, referente à análise de gasolina coletada por técnicos do IPT em caminhão localizado no pátio da Ecovias	7.11.01
Atallla Central Paulista Açúcar e Alcool	Of. EJA/18/2001, em posta ao Of. 204 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços	26.10.01			
Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A.	Of. s/n, em resposta ao Of. 383/2001 da CPI. Informa que a DPPI possui atuação regional restrita ao Estado do Rio Grande do Sul e parte do Estado de Sant Catarina	29.10.01			
Citrosuco	Of. s/n, em reposta ao Of. 210/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços.	29.10.01	Mercoil Distribuidora de Petróleo Ltda	Of. s/n, em resposta ao Of 370/2001 da CPI. Solicita prazo suplementar de 15 dias para a consecução dos trabalhos	7.11.01
Agroindustrial Oeste Paulista Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 171/2001da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços a partir de 4/4/2001, data de início de suas atividades	29.10.01	Petrosul Distribuidora Transportadora e Comércio de Combustíveis	Of. s/n, em resposta ao Of. 373/2001. Solicita dilação do prazo para o envio de documentos	7.11.01
Vale do Verdão S/A Açúcar e Alcool	Of. s/n, em resposta ao Of. 336/2001 da CPI. Informa que suas atividades comerciais limitam-se ao Estado de Goiás	29.10.01	Cerba Destilaria de Alcool Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 207/2001 da CPI. Informa que não mantém atividades comerciais envolvendo combustíveis	7.11.01
			BR Petrobrás Distribuidora S.A.	GRASP nº 071g/2001, em atenção aos Ofícios 345 e 352/2001 da CPI. Solicita dilação de prazo por 30 dias	9.11.01
			Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso	Of. 156/2001. Solicita cópias: Relatório Final, 15 projetos apresentados no Relatório Final e Metodologia	9.11.01
			Dacal - Destilaria de Alcool Califórnia Ltda.	Of. s/n, em atendimento ao Of. 232/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços	9.11.01
			Total Distribuidora Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 381/2001 da CPI. Informa que a empresa não realizou operações no Estado de São Paulo	9.11.01
			Deputado Federal Chico Sardelli	Convite ao Presidente da CPI para proferir palestra em Americana/SP	9.11.01

ÚNICA - União da Agroindústria Canavieira de São Paulo	Encaminha a publicação “O Imperativo da Energia Limpa e Renovável”	9.11.01	Destilaria de Álcool Nova Avanhandava Ltda. - DIANA	Of. s/n, em resposta ao Of. 240/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, vendas e preços	7.12.01
JARDEST S/A - Açúcar e Alcool	CDE 063/01, em resposta ao Of. 261/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços	9.11.01	IPT- Instituto de Pesquisas Tecnológicas	Orçamento DQ/LCL nº 522/01, referente às diligências efetuadas em 6/12/2001	10.12.01
Destilaria Santa Ines - Irmãos Toniello Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 300/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, vendas e preços	13.11.01	ANP- Coordenador Geral-Fiscalização - Zamir M. Velloso	Fax nº 267/NFA, em resposta ao Of. 451/2001 da CPI. Designa o fiscal Walter Antonio de Castro Ferreira para acompanhar os trabalhos da CPI	10.12.01
Usina Coraci Destilaria de Alcool Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 223/2001 da CPI. Informa que sua produção destina-se a produção de bebidas, perfumes e remédios	13.11.01	ANP-Diretor-Geral Substituto Eventual - Júlio Colombi Netto	Of. 275/DG, em resposta ao Of.446/2001 da CPI. Solicita que as requisições de técnicos para acompanharem diligências sejam encaminhadas com prazo mínimo de uma semana	10.12.01
American Lub do Brasil Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 362/2001 da CPI. Informa que a empresa não detém bandeira própria	13.11.01	Delegacia de Polícia de Taboão da Serra	Boletim de Ocorrência nº 009256/2001, emitido em 7/12/2001, ref. à empresa Auto Posto MZ-1, localizado no bairro Jd. Record, Taboão da Serra.	10.12.01
ANP	Of. 165/LAHN-DI, em resposta ao Of. 150/2001 da CPI. Encaminha relação de empresas autorizadas para o exercício da atividade de distribuição de solventes	13.11.01	Usina São João	Auto de Exibição e Apreensão	10.12.01
Asadiesel Petróleo Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 361 da CPI. Informa que não possui postos ostentando bandeira própria; outrossim, possui tancagem própria, no município de Cuiabá/MT	13.11.01	Paraíso Bionergia Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 320/2002 da CPI. Encaminha informações sobre clientes, quantidade, notas fiscais e preços, via CD	10.12.01
Alcoazul	Of. s/n, em resposta ao Of.177/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, vendas e preços	13.11.01	Petrosul Distribuidora, Transportadora e Comércio de Combustíveis Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 281/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, quantidade, preços e notas fiscais	10.12.01
Delos - Destilaria Lopes da Silva Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 263/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, vendas e preços	13.11.01	Diana Açúcar e Alcool-Destilaria de Alcool Nova Avanhandava Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 373/2001 da CPI. Encaminha relação de postos e tanques	10.12.01
Destilaria Guaricanga S.A.	Of. s/n, em resposta ao Of. 256/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, vendas e preços	13.11.01	Petrobrás Distribuidora S.A.	Of. s/n, em resposta ao Of. 240/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, quantidade, preços e notas fiscais	10.12.01
Simarelli Distribuidora de Derivados dePetróleo Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 377/2001 da CPI. Informa que a empresa não possui postos com bandeira própria	13.11.01	CETESB	Of. GRASP nº 96/2001, em resposta ao Of. 352/2001 da CPI. Encaminha relação de postos e tanques	11.12.01
Simarelli Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda	Of. s/n, em resposta ao Of. 353/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, vendas e preços	13.11.01	Usina Bazan S/A	Of. 1145/2001/P, em resposta ao Of. 350/2001 da CPI, referente ao cumprimento da Lei 9129/95. Encaminha Informação Técnica nº 4/01/CLC-A	12.12.01
Vale do Ivaí S/A - Açúcar e Alcool	Of. s/n, em resposta ao Of. 333/2001 da CPI. Informa que cerca de 90% da produção de álcool carburante é comercializada no Estadodo Paraná	14.11.01	Bandeirante Química	Resposta ao Of. 191 da CPI Encaminha relação de clientes, vendas e preços	12.12.01
Parálcool - Destilaria Paraguaçu Ltda. Bertolo e Cia. Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 282/2001 da CPI	14.11.01	Euvaldo Atalla	Of. s/n, em resposta ao Of. 161/2001 da CPI	Encami-
Usina Maringá Indústria e Comércio Ltda. -Grupo Diné	Of. s/n, em resposta ao Of. 268/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, vendas e preços	19.11.01	Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga	nha relação de clientes e volume de vendas	14.12.01
Usina Santa Rita S/A - Açúcar e Alcool - Grupo Diné	Of. s/n, em resposta ao Of. 307/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, vendas e preços	20.11.01	IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas; Depto. de Finanças da Alesp - lado nº 4960/2001, Empenho nº 2001NE01107	Encaminha denúncia ref. ao Posto Lava-Bem, sito à Av. Santo Amaro, 5.616.	14.12.01
Central Energética Moreno Açúcar e Alcool Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 272/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, vendas e preços	20.11.01	IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas	Of s/n, em resposta ao Of. 384/2001. Encaminha relação de tanques, série, datas de instalação, capacidade e propriedade	20.12.01
Cerba Destilaria de Alcool Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 207/2001 da CPI. Informa que sua produção destina-se, exclusivamente, para a área industrial (bebidas, perfumes, cosméticos).	20.11.01	ANP - Agência Nacional do Petróleo	Relatório de Ensaio nº 884 684, referente ao Of. Protocolo-342/2001 da CPI. (São Bernardo do Campo)	21.12.01
Clealco Açúcar e Alcool S.A	Resposta ao Of. 216/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, vendas e preços	20.11.01	ANP - Agência Nacional do Petróleo	Of. s/n. Solicita nota de empenho referente aos Relatórios de ensaios nº 886.135 a 886.141 e 886.145 a 886.148	30.1.02
Caribbean Distribuidora de Combustíveis e Derivados de Petróleo Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 357/2001. Informa que não possui rede de postos sob sua bandeira	20.11.01	ANP - Agência Nacional do Petróleo	Of. 109/LAHN-DI, em resposta ao Of. 8/2001 da CPI. Encaminha a Nota Técnica nº 208/SAB e a Nota Técnica 36/NFA	1.2.02
MF/SRF/Superintendência Regional - 8ª Região Fiscal	Of. Gab/800/nº 742/2001, em resposta ao Of.405/2001 da CPI. Informa que as normas relativas ao sigilo fiscal não se aplicam às Assembléias Legislativas Estaduais	21.11.01	Usina Açucareira Paredão S/A	Of. 110/LAHN-DI, em resposta ao Of. 40/2001 da CPI, encaminhando a Nota Técnica 33/SQP	1.2.02
Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga	Of. s/n, em resposta ao Of. 384/2001 da CPI. Solicita prorrogação de prazo para a entrega das informações solicitadas	21.11.01	Usina Campestre	Of. 1/NFA, em resposta ao Of. 448/2001 da CPI. Encaminha cópia de documentos relativos à Apolo Petróleo Ltda.	1.2.02
Central de Alcool Lucélia	Of. s/n, em resposta ao Of. 206/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, vendas e preços	22.11.01	Secretaria da Fazenda CAT/DEAT	Of. s/n, em resposta ao Of. 283/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços	1.2.02
SINDISOLV - Sindicato Nacional do Comércio Atacadista de Solventes de Petróleo	Of. s/n, em resposta ao Of. 174/2001 da CPI. Encaminha a relação de associados	22.11.01	Secretaria do Governo e Gestão Estratégica	Of. s/n, em resposta ao Of. 200/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes, produtos e preços	1.2.02
Mercoil Distribuidora de Petróleo Ltda	Of. s/n, em resposta ao Of. 370/2001 da CPI. Encaminha relação de clientes e informações sobre tanques.	22.11.01	IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas	Of. Deat nº 522/2001, referente à Petroforte Brasileira DE/Ofício nº 742/01 - SGGE DCA n. 14340/01. Encaminha cópia do Ofício nº 177/LAHN/DI, referente à Nota 1028/PROGE	1.2.02
Dr. Walter Emídio - Juiz da 1ª Vara de Guaratinguetá	Of. 2604/11/2001.LFS. Designa o Dr. Célio José da Silva para acompanhar os trabalhos de coleta de amostra dos tanques da empresa Cana Brava	22.11.01	Deputado Geraldo Vinholi	Relatórios de Ensaio nº 886 463 e 886 464; Nota Fiscal nº 98592 DAPPP/408/02, em resposta ao Of. 339/2001 da CPI. Encaminha relação dos clientes e volume de vendas	15.2.02
Petrobrás	GRASP Nº 092/2001, em resposta ao Of. 352/2001 da CPI. Encaminha relação de postos, volume de vendas de set/2000 a set/2001	26.11.01	IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas	Documentos apreendidos pela Delegacia Diccfazenda, relativos à Quest Ltda.	21.2.02
Delta Distribuidora de Petróleo Ltda.	Of. s/n, em resposta ao Of. 358/2001 da CPI. Informa que a empresa não possui postos que ostentam sua bandeira em SP	26.11.01	Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal	Relatórios de Ensaio nº 886 534 a 888 541, em resposta ao Of. 425/2001 da CPI. Coleta realizada na empresa Cana Brava, Potim/SP	22.2.02
RECAP-Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de Campinas e Região	Of. s/n, em resposta ao Of. 395/2001 da CPI. Encaminha documentos requisitados durante oitiva de 16/10/2001	26.11.01	IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas	Of. SRF/GAB/Nº 2660. Informa não ser possível fornecer informações protegidas pelo sigilo fiscal (Parecer PGFN/GAB nº 426, de 3/5/1995, aprovado pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional)	22.2.02
Presidência da Alesp/Dep. Mariângela Duarte	OFGDMD/090/01, encaminha denúncias subscritas pelo Sr. Marcos Gaino de Moura	30.11.01		Relatórios de Ensaios: autoposto MZ1-autoposto;Centro automotivo Lousiana; auto posto intercontinental; empresa Cana Brava	25.2.02
Agip Distribuidora	Of. s/n, em resposta ao Of. 354/2001 da CPI. Encaminha dados sobre a rede de postos, tancagem, vazamentos e lacre de bombas	3 e 4.12.01			



Assessoria Policial Ci-vil/Alesp	Of. 19/02. Encaminha cópia do B.º 34/02, elaborado pela 1ª Delegacia de Crimes Fa-zendários-DISSCFAZENDA, ref. Mercosul Distribuidora de Combustíveis Ltda.	26.2.02	218 - SSP/Delegacia de Polícia de Santana de Parnaíba	Of. 500/02, ref. a B.O. nº 1501/2002. Encaminha documentação apreendida na Empresa Sultão Transportadora de Com bustíveis nos autos de prisão em flagrante que versam sobre Crime com-tra a Ordem Econômica, mais precisamente Adul-teração de Combustível	q
IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas	DQ/LCL-011/02. Encaminha Relatório de Ensaio nº 888128, em substituição ao Relatório de Ensaio nº 886302	11.3.02	219- Texaco Brasil S.A.	Of. s/n, em atenção ao Of. 61/2002, da CPI. Encami-nha informações requisi-tadas em decorrência da oitiva do Senhor Carlos Fernandes	2.5.02
IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas	Informa que o Relatório de Ensaio ref. ao Of. 460/01 da CPI foi encaminhado à ANP AL/JM/OF nº 72/2002. Soli-cita inclusão de providências no Relatório Final da CPI, visando encaminhamento de ofício ao Poder Executivo, pleiteando a regulamentação da Lei nº 10.994, de 2001	12.3.02	220- SSP-1ª Delegacia Discsfazenda-Decap	Of. 1285/asm/02. Cumpre cota do representante do Ministério Público	2.5.02
Deputado Jamil Murad	Requer cópia dos laudos periciais apresentados pelo IPT	15.3.02	221 - Poder Judiciário - Departamento Técnico de Inquéritos Policiais e Poli cia Judiciária	Ofício IP DIPO nº 050.98.079177-9 - Asi, ref. ao Inquérito Policial nº 306/98-1ª Discsfazenda-Decon-Crime de Sonega-ção Fiscal. Encaminha cópias reprográficas onde consta como indiciado o Sr. Cecílio Rodrigues Fi-lho	7.5.02
Eduardo César Leite - advo-gado da empresa Cana Bra-va Transporte e Comércio Ltda.	Resposta aos Of. 38 e 40/2002, deferindo a oitiva do indiciado Ricardo Lyra Daim na Alesp	19.3.02	222 - Ministério Público do Estado de São Paulo	Ofício nº 529/02-GAESF Encaminha relatório do protocolado nº 16.0008.9/01-7	8.5.02
Fórum da Comarca de Gua-ratinguetá - Juiz Nelson Jor-ge Junior	Resposta ao Of. 35/2002 Justifica a ausência na reu-nião de 19.3.02	19.3.02	223-Assessoria Policial Civil	Ofício nº 70/02. Encami nha cópias do Procedi-mento Investigatório nº 71/98-B(GAECO) e auto de prisão em flagrante lavrado no município de Santana do Parnaíba.	10.5.02
Empresa Cosan S.A Indús-tria e Comércio	Of. Nº 210/DISE/2002. Apre-senta o Sr. Ricardo Lyra Daim, em razão da decreta-ção de sua prisão temporária pelo E. Juízo da 2ª Vara da Comarca de Guaratinguetá	21.3.02	224 - Presidência da Alesp	Of GPWF nº 388/02. Em-caminha cópia da corres-pondência enviada pelo Sr. José da Silva	14.5.02
SSP/DISE de Guaratin-guetá	Of. Nº 216/DISE/2002. En-caminha cópia do Auto de Qualificação e Interrogatório de Ricardo Lyra Daim	21.3.02	225 - Secretaria da Segu-rança Pública/Delegacia Seccional de Polícia de Taboão da Serra	Of GPWF nº 388/02. Em-caminha cópia da corres-pondência enviada pelo Sr. José da Silva	20.5.02
SSP/DISE de Guaratin-guetá	DMAL- 23/02. Resposta ao Of. 30/2002 da CPI. Solicita redesignação de data para oitiva do Sr. Fernando Cesar Barbosa	21.3.02	226-Gpetro Distribuidora de Petróleo	Of. nº 100/02, em atenção ao Ofício 29/02 da CPI. Encaminha cópia do In-quérito Policial nº 59/2001 Advogado Sérgio Ricardo dos Reis, em atenção ao Ofício 102/2002 da CPI. Solicita nova designação de data para oitiva	20.5.02
Petrobrás Distribuidora S.A	Resposta aos Ofícios 332/2001(da Franco Brasilei-ra S.A Açúcar e Álcool), 225/2001, 231/2001(Usina da Serra), 239/2001(Usina Diamante), 290/2001(Usina Rafard), 299/2001(Usina Santa Helena) e 316/2001(Usina São Fran-cisco), desta CPI	21.3.02	227 - Texaco Brasil S.A.	Of. s/n, em atenção ao Ofício 61/2002 da CPI. Encaminha relação de postos que apresentaram algum tipo de irregularida-de na comercialização dos seus combustíveis	21.5.02
Cosan S/A Indústria e Co-mércio	Of. GAB/44/2002. Registra o recebimento do Of. 10/2002 da CPI, ref. a votos de soli-dariedade e condolências a propósito do infausto acon-tecimento que vitimou o Dr. Francisco José Lins do Rego Santos	25.3.02	228 - Waldemar Hamilton de Mattos	Requer a juntada de pro-curação por seu advogado Carlos Alberto Casseb	23.5.02
Ministério Público de Minas Gerais	Of. IP nº 050.01.033086-0 1DIPO 3.12., referente à News Distribuidora de Pe-tróleo Ltda.	26.3.02	229 - Aster Petróleo	Of. s/n, em atenção ao Ofício 79/2002 da CPI. Encaminha documentos requisitados durante a oitiva de seu diretor-presidente	23.5.02
Poder Judiciário - Departamen-to de Inquéritos Policiais e Polícia Judiciária - Dipo 3 - Divisão de Processamento 1 ANP- Agência Nacional do Petróleo	Ofício nº 112/NFA, em res-posta ao Of. 13/2002 da CPI. Encaminha cópia do Docu-mento de Fiscalização nº 045626, ref. à empresa Cana Brava Transporte e Comércio Ltda.	3.4.02	230-FIC - Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda.	Of. s/n, em atenção ao Ofício 79/2002 da CPI. Encaminha documentos requisitados durante a oitiva de seu diretor-presidente	28.5.02
209-ANP- Agência Nacio-nal do Petróleo	Ofício nº 112/NFA, em resposta ao Of. 13/2002 da CPI. Encaminha cópia do Documento de Fiscali-zação nº 045626, ref. à empresa Cana Brava Transporte e Comércio Ltda.	9.4.02	231-Procuradoria da Alesp	Solicita o adiamento do depoimento por seu pro-curador Itaquatiara Siquei-ra Sousa	28.5.02
210-Ordem dos Advoga-dos do Brasil	CDP/1524/02-ta, solicita manifestação acerca dos fatos narrados na inicial subscrita pelo Dr. Ronaldo Augusto Bredas Marza-gão, pertinentes ao pro-cedimento interno R-10211.	9.4.02	232 - Joaquim Mariano da Silva Neto	Encaminha cópia da deci-são, deferindo o pedido de liminar para que Superin-tendência Regional da Receita Federal da 8ª Re-gião Fiscal forneça as in-formações fiscais sigilosas relativas ao Ofício CPI Combustíveis nº 405/2001	28.5.02
211-Deputado Aldo De-Marchi	Ofício GAD nº 131/02. Encaminha cópia do Re-querimento nº 54/2001, de iniciativa do Deputado Federal Mário Negro-monte, solicitando a in-vestigação do Sr. Ademir Signorini Bonssato, pre-feito de Tatuí e Sr. Muni Mohamed, seu assessor	29.4.02	233 - Gpetro Distribuidora de Petróleo Ltda.	Solicita nova designação de data para oitiva por sua advogada Adriana Meirelles Vilela do Nasci-mento e protesta pela posterior juntada de procuração	28.5.02
212 - ANP	Ofício nº 205/NFA. Enca-minha Notas Técnicas emitidas pelo CEPAT - Centro de Pesquisas Tec-nológicas, em atenção ao Of. 13/2002, da CPI	29.4.02	234-Deputado Arnaldo Jardim	Atesta por seu advogado Sérgio Ricardo Reis, que os senhores Alexandre Mallavazzi e João Degui-mendjian compareceram ao Plenário Tiradentes no dia 28.5.02 para prestar depoimento. Informa que os referidos senhores es-tarão ausentes do país até o dia 12.6.02 e solicita nova designação de data para a realização das oiti-vas	29.5.02
213 -ANP	Ofício nº 208/NFA. Enca-minha informações sobre autuações lavradas contra postos que utilizam a bandeira Aster, em atenção aos Of. 76 e 77/2002, da CPI. Encaminha cópia dos Documentos de Fis-calização nºs 047164 e 147160, lavrados contra as empresas Jomar A.P e Auto Posto Siriema Ltda., de Bragança Paulista	29.4.02	235 - Secretaria da Segu-rança Pública/Delegacia de Polícia de Guariba	Memorando AJ/026/2002, encaminha relatórios da Assessoria Policial Civil da Alesp	4.6.02
214 - Socorro Maria dos Santos	Cópia de contrato de lo-cação residencial. Decla-ração de Renda e De-monstrativo de contas de telefone	29.4.02	236 - Waldemar Hamilton de Mattos	741/2002 referente a fla-grante delito, envolvendo transferência e adultera-ção de combustível no Auto Posto do Engenho Por seu advogado Carlos Albertoasseb encami-nha Termo de Assunção de Dívidas e Responsabi-lidades da Pollus Brasilei-ra de Petróleo Ltda.	4.6.02
215 - Deputado Arnaldo Jardim	OF. Gab. AJ/016/2002. Encaminha denúncias envolvendo o Prefeito de Tatuí	29.4.02	237-ÚNICA - União da Agroindústria Canavieira de São Paulo	Relatório sobre a produ-ção de álcool e proposta de reforma tributária para o setor	4.6.02
216 - OAB/SP	CDP/1524/02-ta R-10211. Solicita manifestação acerca de fatos narrados na inicial subscrita pelo advogado Ronaldo Au-gusto Bredas Margazão	29.4.02	238 - SSP- 1ª Delegacia - Discsfazenda-Decap	Ofício nº 1534/asm/02, acusando o recebimento do Ofício CPI Combustí-veis nº 106/02 e solicitan-do cópia da oitiva de Ri-cardo Lyra Daim e origi-nais ou cópias que foram apreendidos no ano pas-sado em imóvel da Quest situado na Capital	4.6.02
217 - Deputado Arnaldo Jardim	Of. Gab. AJ/020/2002. Encaminha Relatório Final por meio magnético	30.4.02			5.6.02

# Diário Oficial

Estado de São Paulo

Volume 112 • Número 146 • São Paulo, sábado, 3 de agosto de 2002

## XI - RECOMENDAÇÕES.

### ENCAMINHAMENTOS E CONCLUSÕES

Baseado na linha do relatório parcial, este relatório traz informações e propostas criadas pela experiência que os membros desta CPI adquiriram na visita à sede da ANP no Estado do Rio de Janeiro, pela participação no 46º Congresso de Municípios realizado em Serra Negra, por diversas “blitz” e estudos realizados não somente pelos membros da CPI, mas ouvindo também outros técnicos, ouvindo o Ministério Público e também outros Parlamentares de outros Estados e Municípios da União.

Os membros desta CPI agradecem o especial apoio do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Deputado Walter Feldman, pelo apoio irrestrito ao bom desempenho desta CPI.

O enorme trabalho em decifrar elementos tão técnicos e sofisticados, foi realizado graças a enorme colaboração desempenhada pelas assessorias da Polícia Militar e Civil, das assessorias políticas, da Secretaria da CPI e dos demais servidores da casa, que ajudaram no estudo conclusivo em que se afirma que o setor de combustíveis responde por uma grossa fatia do Produto Interno Bruto Brasileiro, além de criar condições para que outros se desenvolvam, e é nesta arquitetura que se conclui que a Agência Nacional do Petróleo - ANP é parte importante, e deve ser soberana, e tecnicamente capaz nas decisões técnicas que se desenvolvem com o próprio produto.

Por isto o setor deve passar por uma reavaliação de algumas questões importantes, para a consolidação tranquila e universalização ao acesso do mesmo produto, de norte ao sul do Brasil.

Por participar das planilhas de tendência de inflação elaborada pelo Banco Central, o setor de combustíveis não pode ficar a mercê de empresários fantasmas, que movimentam irregularmente um produto tão importante para o nosso país.

A CPI no sentido de resguardar a sociedade e agindo com extrema responsabilidade, propõe que sejam revistas as portarias da ANP e as mesmas convertidas em Lei, em uma ampla revisão de penalidades daquele órgão, possibilitando inclusive a sanção pública dos infratores, que é ato pelo qual nos regimes democráticos se estabelecem as penas cabíveis.

É necessária uma revisão na Lei 8176/91, possibilitando uma maior penalização dos envolvidos.

A Secretaria de Meio Ambiente deve fazer cumprir a Lei 9129/95, cadastrar áreas poluídas e tornar público o cadastro.

A Secretaria de Segurança deve intensificar a adoção de fiscalização frequente nas rodovias e nos pedágios, utilizar o monitoramento de tráfego (câmeras) nas estradas, com policiais preparados tecnicamente para o assunto, assim se coibirá o roubo de carga e se identificará o combustível adulterado que estiver sendo transportado.

Revisão da legislação vigente conforme aqui exposto para diminuir as dificuldades na quebra dos sigilos fiscais, bancários e telefônicos, pelas CPI'S, fazendo valer as prerrogativas que as mesmas tem. O veto ao item IV do artigo 3º do projeto lei 575/2002 é prejudicial à atuação de todas as CPIS e deveria ser revisto. A abertura dos sigilos é o procedimento ideal para o cruzamento de informações.

O recadastramento geral de todas as empresas envolvidas no comércio de combustíveis e derivados, em uma operação conjunta da ANP, Secretaria da Fazenda, Junta Comercial e municípios, deverá clarificar as relações promíscuas entre algumas empresas. O recadastramento serviu para reduzir em 40% o número de distribuidoras de combustíveis do Estado do Mato Grosso.

Aos municípios, compatibilizar os serviços prestados pelo comércio de combustíveis com a legislação do uso do solo.

A ANP deve identificar as punições e os descredenciamentos realizados.

As grandes empresas distribuidoras devem divulgar os descredenciamentos de postos realizados pelas grandes companhias.

Deve-se também ampliar o programa de monitoramento de qualidade da ANP para o diesel e para o álcool, estendendo a nível nacional, programas de qualidade em áreas definidas, a exemplo do programa elaborado pela RECAP - Associação dos Revendedores de Combustível da Região de Campinas.

Espera-se que se implemente as medidas sugeridas no sentido de fortalecer a fiscalização e apurar débitos fiscais, tributários e sociais, averiguando e identificando em providências das respectivas alçadas, os termos constitucionais e legais do ardil praticado por algumas empresas do setor de combustíveis.

Face aos resultados apresentados neste relatório e o enorme volume financeiro e prejuízos ambientais e sociais que envolvem o setor de combustíveis, recomenda-se a continuidade do acompanhamento pelo Legislativo do Estado de São Paulo.

Para a redução das fraudes, o teste de vazão mostra ser o melhor caminho para inibir a adulteração e a sonegação no comércio de combustíveis. A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo deve elaborar e acompanhar a criação de lei própria, para a obrigatoriedade na implementação de um sistema informatizado “in time” que acompanhe o consumo de todos os revendedores e distribuidores de combustíveis no nosso estado, podendo se ampliar esta obrigatoriedade, até mesmo para a distribuição de alguns produtos petroquímicos.

Quanto aos documentos que serviram de prova para os trabalhos de investigação da CPI, os mesmos deverão ser encaminhados ao Ministério Público ou a outro órgão competente para que possam tomar as providências que lhe competem. Ressalte-se que somente aqueles documentos ora acobertados pelo sigilo e que são extremamente relevantes para o deslinde das investigação é que poderão

ser encaminhados ao Ministério Público, a teor do que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal10:

“A Comissão Parlamentar de Inquérito, embora disponha, ex propria auctoritate, de competência para ter acesso a dados reservados, não pode, agindo arbitrariamente, conferir indevida publicidade a registros sobre os quais incide a cláusula de reserva derivada do sigilo bancário, do sigilo fiscal e do sigilo telefônico”.

Com a transmissão das informações pertinentes aos dados reservados, transmite-se à Comissão Parlamentar de Inquérito - enquanto depositária desses elementos informativos -, a nota de confidencialidade relativa aos registros sigilosos.

Constitui conduta altamente censurável - com todas as consequências jurídicas (inclusive aquelas de ordem penal) que dela possam resultar - a transgressão, por qualquer membro de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, do dever jurídico de respeitar e de preservar o sigilo concernentes aos dados por ela transmitidos.

Havendo justa causa, - e, achando-se configurada a necessidade de revelar os dados sigilosos, seja no relatório final dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (com razão justificadora de medidas a serem implementadas pelo Poder Público), seja para efeito das comunicações destinadas ao Ministério Público ou a outros órgãos do Poder Público, para os fins a que se refere o art. 58, § 3º, da Constituição, seja, ainda, por razões imperiosas ditadas pelo interesse social - a divulgação do segredo, precisamente porque legitimada pelos fins que a motivaram, não configurará situação de ilicitude, muito embora traduza providência de absoluto grau de excepcionalidade”.

Recomenda-se também o encaminhamento integral deste relatório às autoridades competentes:

- Excelentíssimo Senhor Governador do Estado

- Presidente do Senado

- Presidente da Câmara Federal

- Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

- Presidente do Tribunal de Justiça

- Ministro das Minas e Energia

- Presidente da Câmara Municipal

- Presidentes das Assembleias Estaduais

- Secretário da Receita Federal

- Procurador-Geral de Justiça do Estado

- Secretário de Estado da Segurança,

- Secretário da Justiça e Cidadania,

- Secretário de Estado da Fazenda,

- Diretor-Geral da ANP,

- Promotores que acompanharam os trabalhos desta CPI.

Elaborar uma versão sintética deste relatório com as oitivas e as conclusões e enviar para:

- Todos os Prefeitos do Estado de São Paulo.

- Todos os Presidentes das Câmaras Municipais do Estado de São Paulo.

São Paulo, 13 de junho de 2002

a) Arnaldo Jardim  
Deputado Estadual  
Relator da CPI dos Combustíveis  
Aprovado o Relatório Final  
Plenário José Bonifácio, em 13/06/2002  
a) Edmir Chedid - presidente  
a) Arnaldo Jardim  
a) Geraldo Vinholi  
a) Pedro Yves  
a) Edmir Chedid  
a) Ary Fossen

### NOTAS:

1 Mandado de Segurança n. 2000.34.00.007945-7, Sentença n. 488/2000, j. 03-04-2000.

2 In CPI - Teoria e Prática. São Paulo: Juarez de Oliveira. 2001. p. 78.

3 Comissões Parlamentares de Inquérito - Poderes de Investigação. São Paulo: Juarez de Oliveira. 2001, p. 116.

4 Ob. cit., p. 118.

5 Mandado de Segurança n. 23.452-1-RJ, j. 16-09-1999, Tribunal Pleno do STF, Relator: Ministro Celso de Mello, DJU de 12-05-2000, Seção 1, p. 20.

6 Mandado de Segurança n. 23.669-8-DF - medida liminar, j. 12-04-2000, STF, Relator: Ministro Celso de Mello, DJU de 17-04-2000, Seção 1, p. 4.

7 Ob. cit., pp. 118 e 119.

8 Mandado de Segurança nº 23,452-1-RJ, j. 16-09-1999, Tribunal Pleno do STF, Relator: Ministro Celso de Mello, DJU de 12-05-2000, Seção 1, p. 20.

9 Mandado de Segurança nº 23,452-1-RJ, j. 16-09-1999, Tribunal Pleno do STF, Relator: Ministro Celso de Mello, DJU de 12-05-2000, Seção 1, p. 20.

CPI combustíveis Relatório final  
Folha 98 / 10  
Folha 1 / 6  
130

## Assine o Diário Oficial

diretamente na Imprensa Oficial.  
Você tem mais facilidade,  
praticidade e segurança.

## Confira nossos Preços

Receba mais rápido seu exemplar!

Tabela de Preços do Diário Oficial (Cadernos)		Assinatura trimestral	Assinatura semestral	Assinatura anual
Executivo	<b>Seção I</b> Atos Normativos e de interesse geral e mais <b>Caderno D.O. Poder Legislativo</b>	<b>R\$ 134,19</b>	<b>R\$ 268,38</b>	<b>R\$ 536,75</b>
	<b>Seção II</b> Atos do Pessoal	<b>R\$ 134,19</b>	<b>R\$ 268,38</b>	<b>R\$ 536,75</b>
Judiciário	<b>Caderno I</b> Atos do Judiciário	<b>R\$ 220,46</b>	<b>R\$ 440,93</b>	<b>R\$ 881,85</b>
	<b>Caderno II</b> Intimações - Fórum Capital	<b>R\$ 220,46</b>	<b>R\$ 440,93</b>	<b>R\$ 881,85</b>
	<b>Caderno III</b> Intimações - Fórum Interior	<b>R\$ 220,46</b>	<b>R\$ 440,93</b>	<b>R\$ 881,85</b>
	<b>TRT - 2ª Região</b>	—	<b>R\$ 152,82</b>	—
	<b>TRT - 15ª Região</b>	—	<b>R\$ 152,82</b>	—
<b>D.O. Empresarial</b> e mais o <b>Caderno Publicidade Legal Junta Comercial</b>		<b>R\$ 134,19</b>	<b>R\$ 268,38</b>	<b>R\$ 536,75</b>
<b>D.O. Município</b> Prefeitura do Município de São Paulo		<b>R\$ 134,19</b>	<b>R\$ 268,38</b>	<b>R\$ 536,75</b>

## Informações sobre Assinatura.

Ligue:  
**(011) 6099-9621 e  
6099-9423**

  
**IMPRENSA OFICIAL**  
SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE

**www.imprensaoficial.com.br/livraria**  
**e-mail: livraria@imprensaoficial.com.br**

 **SAC 0800 1234 01**

Serviço de Atendimento ao Cliente de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h30